



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Impacto dos Incêndios Florestais de 2017 nos Concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra no Setor do Turismo e Contributos para a sua Mitigação

Departamento de Turismo e Gastronomia

Mestrado em turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Alexandra Sofia Neves Almeida

**Impacto dos incêndios florestais de 2017 nos concelhos de
Arganil e Pampilhosa da Serra no setor do turismo e contributos
para a sua mitigação**

Dissertação de Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade,
apresentada ao Departamento de Turismo e Gastronomia da Escola Superior de Educação
de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Eugénia Deville

Trabalho realizado sob a coorientação da Professora Doutora Andreia Moura

Abril de 2024

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste trabalho e que, de forma positiva, contribuíram para o meu sucesso académico.

Em primeiro lugar, devo agradecer à minha orientadora de Mestrado, a Professora Doutora Eugénia Deville e à coorientadora Professora Doutora Andreia Moura, por toda a partilha de conhecimentos e pela disponibilidade e atenção demonstradas apesar do longo percurso da realização deste trabalho.

Agradeço também a todas as pessoas que se mostraram disponíveis para a realização das entrevistas realizadas, pois sem a sua ajuda, a realização desta dissertação não teria sido possível. Um especial para aquelas que conheço pessoalmente e em como sei que se trata de um tema difícil de digerir e como é duro relembrar momentos de sofrimento. Ainda assim, houve uma grande vontade de partilha de conhecimentos e de uma positividade para o futuro.

Um especial agradecimento à comunidade que faço parte há mais de cinco anos, um território tão belo como o Concelho de Arganil, mais propriamente a toda a população da Aldeia de Benfeita por me quererem ver bem-sucedida no meu percurso de vida.

Por fim, agradeço à minha família porque sem o seu apoio não estaria onde estou hoje a nível académico. Faço também um especial agradecimento à minha grande amiga Esther Harrison, por me ter apoiado especialmente na fase final e por me ter dado as últimas forças para terminar um trabalho tão duradouro e ao meu companheiro João Silva que tive a sorte de conhecer nesta instituição há nove anos e que tem estado sempre ao meu lado para me ajudar.

Impacto dos incêndios florestais de 2017 nos concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra no setor do turismo e contributos para a sua mitigação

A 7 e 15 de Outubro de 2017 os concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra foram afetados pelos incêndios florestais que dizimaram uma grande parte da floresta da região, destruindo diversas habitações, pontos de grande atração turística e inclusive pessoas perderam a vida devido a esta catástrofe. Com o aumento do turismo em territórios do interior nos últimos anos é importante perceber que impacto estes incêndios florestais tiveram nestes concelhos situados na região centro interior, perceber de que maneira afetaram proprietários de atividades ligadas ao sector do turismo, como alojamento locais e empresas de animação turística. O presente trabalho visa então dar a conhecer a opinião e a história desses mesmo proprietários e estudar o tema baseando-se no contacto direto com os mesmos.

Neste sentido, a presente investigação teve como objetivo perceber a situação pré-incêndios, momento dos incêndios e pós-incêndios, os impactos que este teve na região e as medidas e estratégias adotadas para reabilitar a atividade turística em Arganil e Pampilhosa da Serra. Para tal, a metodologia escolhida consistiu numa recolha exaustiva de informação disponível sobre este território, contemplando as três fases temporais, e na realização de entrevistas semiestruturadas a proprietários e gestores de alojamentos turísticos. Os resultados sugeriram que pré-incêndio o turismo na região estava em crescimento o que foi possível verificar nos indicadores de procura turística, mas após os incêndios o Concelho de Arganil apresentou uma descida de visitantes, enquanto o Concelho da Pampilhosa da Serra apresentou uma subida dos mesmos. Também foi possível perceber que houve uma falta de informação sobre a implementação de medidas de apoio à recuperação das empresas turísticas afetadas, bem como o desenvolvimento de estratégias de comunicação com vista à qualificação e valorização do território após a catástrofe.

Palavras-chave: Catástrofes Naturais, Incêndios florestais, Impactos, Turismo, Apoios

Impact of the 2017 forest fires in the municipalities of Arganil and Pampilhosa da Serra on the tourism sector and contributions to its mitigation

On the 7th and 15th of October 2017, the municipalities of Arganil and Pampilhosa da Serra were affected by forest fires that decimated a large part of the region's forest, destroying several homes, major tourist attractions and some people even lost their lives due to this catastrophe. With the increase in tourism in interior territories in recent years, it is important to understand what impact these forest fires had on these municipalities located in the central interior region, to understand how they affected owners of activities linked to the tourism sector, such as local accommodation and entertainment tourism companies. This work aims to publicize the opinion and history of these same owners and study the topic based on direct contact with them.

In this sense, the present investigation aimed to understand the pre-fire situation, the moment of the fires and post-fires, the impacts it had on the region and the measures and strategies adopted to rehabilitate tourist activity in Arganil and Pampilhosa da Serra. To this end, the chosen methodology consisted of an exhaustive collection of information available about this territory, covering the three temporal phases, and carrying out semi-structured interviews with owners and managers of tourist accommodation. The results suggested that pre-fire tourism in the region was growing, which was possible to verify in the tourist demand indicators, but after the fires the Municipality of Arganil showed a drop in visitors, while the Municipality of Pampilhosa da Serra showed an increase in same. It was also possible to understand that there was a lack of information about the implementation of measures to support the recovery of affected tourist companies, as well as the development of communication strategies with a view to qualifying and enhancing the territory after the catastrophe.

Keywords: Natural Disasters, Forest fires, Impacts, Tourism, Support

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
CAPÍTULO 1 - CATÁSTROFES NATURAIS: TIPOLOGIA, PREVENÇÃO E IMPACTO	8
1.1. Tipos de catástrofes naturais.....	10
1.2. Prevenção de uma catástrofe natural.....	13
1.3. Impacto de uma catástrofe natural num destino turístico.....	18
CAPÍTULO 2 - RESPOSTAS E RECUPERAÇÃO APÓS UMA CATÁSTROFE NATURAL.....	24
2.1. Apoios a nível social e económico após uma catástrofe natural.....	27
2.2. Apoios a nível do turismo após um desastre natural	28
2.3. Desastre natural – Incêndios Florestais	30
2.3.1. O turismo e os incêndios florestais: Impactos em Portugal	31
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO.....	33
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	34
3.1. Apresentação e relevância do problema	34
3.2. Opções Metodológicas.....	37
3.3. Processo de investigação e métodos usados - Plano de Investigação Empírico ...	41
3.3.1. Entrevistas.....	42
3.3.2. Amostra.....	44
CAPÍTULO 4 – CARATERIZAÇÃO GERAL DOS MUNICÍPIOS DE ARGANIL E DE PAMPILHOSA DA SERRA.....	46
4.1. Caracterização do Concelho de Arganil	47
4.1.1. Enquadramento Geográfico e Demográfico	47
4.1.2. Caracterização física do território.....	49
4.1.3. Caracterização climática	50
4.2. Caracterização do Concelho da Pampilhosa da Serra.....	51
4.2.1. Enquadramento Geográfico e Demográfico	51
4.2.2. Caracterização física do território.....	52
4.2.3. Caracterização climática	54
4.3. Caraterização Turística dos Concelhos	54
4.3.1. Património Natural	56
4.3.2. Património Cultural Material e Imaterial.....	57
4.3.3. Eventos.....	59

4.3.4. Estruturação de produtos turísticos associados ao território	60
4.3.5. Indicadores da oferta turística	63
4.3.6. Indicadores da procura turística	67
CAPÍTULO 5 - IMPACTO DOS INCÊNDIOS DE 2017 NOS CONCELHOS DE ARGANIL E DE PAMPILHOSA DA SERRA NO SETOR DO TURISMO	70
5.1. Enquadramento/ Relato do acontecimento	70
5.2. Situação turística pós-incêndio no concelho de Arganil e Pampilhosa da Serra ...	74
5.2.1. Impactos Sociais, Económicos e Ambientais	74
5.2.2. Impacto Turismo	77
5.3. Apoios e Iniciativas Implementadas	79
5.3.1. Apoios e Iniciativas Gerais	79
5.3.2. Apoios e Iniciativas ao setor do turismo	81
CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	84
6.1. Enquadramento das Dimensões de Análise	84
6.2. Identificação e Caracterização da Amostra	85
6.3. Enquadramento geral da situação pré-incêndio.....	89
6.4. Momento dos incêndios	92
6.5. Análise Formal da situação pós incêndio a curto prazo.....	94
6.5.1. Impacto direto	94
6.5.2. Impacto indireto	97
6.5.3. Ajudas e medidas tomadas para atenuar os impactos na região	98
6.6. Análise Formal da situação pós incêndio a longo prazo	100
6.6.1. Situação atual.....	100
6.6.2. Iniciativas e melhorias implementadas.....	102
6.6.3. Visão para o futuro	104
CONCLUSÃO.....	109
BIBLIOGRAFIA	115
APÊNDICES	123

Lista de abreviaturas

ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto

AL – Alojamento Local

BTT – Bicicleta Todo-o-Terreno

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro

CEE – Comissão das Comunidades Europeias

CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da CIM-RC

CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

CRED – Centre for Research on the Epidemiology of Disasters

CTI – Comissão Técnica Independente

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

GR – Grande Rota

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IIP – Imóvel de Interesse Público

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

MIP – Monumento de Interesse Público

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PDM – Plano Diretor Municipal

OMS – Organização Mundial de Saúde

PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos

RNT – Registo Nacional de Turismo

TCP – Turismo Centro de Portugal

TER – Turismo em Espaço Rural

ONG – Organização Não Governamental

PMDFCI – Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios

Lista de figuras

FIGURA 1 - NUMERO DE DESASTRES NATURAIS 1900-2023.	9
FIGURA 2— EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PRESENTE POR FREGUESIAS.	47
FIGURA 3 – POPULAÇÃO RESIDENTE NA PAMPILHOSA DA SERRA.....	51

Lista de Tabelas

TABELA 1 - TIPOS DE DESASTRE NATURAL.....	12
TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS DESASTRES EM RELAÇÃO À INTENSIDADE	13
TABELA 3 - IMÓVEIS CLASSIFICADOS NO CONCELHO DE ARGANIL.....	58
TABELA 4- EVENTOS DOS CONCELHOS DE ARGANIL E PAMPILHOSA DA SERRA.....	60
TABELA 5 - TIPO DE ATIVIDADES PROMOVIDAS PELOS AGENTES TURÍSTICOS DOS CONCELHOS EM ESTUDO.	62
TABELA 6 - OFERTA TURÍSTICA NO DISTRITO DE COIMBRA, NOS MUNICÍPIOS DE ARGANIL E PAMPILHOSA DA SERRA, EM 2024.....	63
TABELA 7- - NÚMERO DE UNIDADES DE ALOJAMENTO POR TIPOLOGIA E POR MUNICÍPIO, EM 2024.....	64
TABELA 8 -NÚMERO DE UNIDADES DE ALOJAMENTO POR TIPOLOGIA E POR MUNICÍPIO, EM 2017.....	65
TABELA 9 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO, EM CAMAS, POR TIPOLOGIA E POR MUNICÍPIO, EM 2024.....	66
TABELA 10 - NÚMERO DE DORMIDAS, POR ANO, NA REGIÃO DE COIMBRA E MUNICÍPIOS DE ARGANIL E PAMPILHOSA DA SERRA.....	67
TABELA 11 - NÚMERO DE HÓSPEDES, POR ANO, NA REGIÃO DE COIMBRA E MUNICÍPIOS DE ARGANIL E PAMPILHOSA DA SERRA.....	67
TABELA 12 - TAXA DE OCUPAÇÃO, POR ANO, NA REGIÃO DE COIMBRA E MUNICÍPIOS DE ARGANIL E PAMPILHOSA DA SERRA	68
TABELA 13 - ESTADA MÉDIA, POR ANO, NA REGIÃO DE COIMBRA E MUNICÍPIOS DE ARGANIL E PAMPILHOSA DA SERRA.	68
TABELA 14 - NÚMERO DE HABITAÇÕES DANIFICADAS, NOS INCÊNDIOS DE 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2017, NA CIM- RC E NOS MUNICÍPIOS DE ARGANIL E PAMPILHOSA DA SERRA.....	75
TABELA 15 - NÚMERO DE EMPRESAS AFETADAS E PREJUÍZOS ORIGINADOS PELOS INCÊNDIOS DE 15 DE OUTUBRO DE 2017, EM ARGANIL E PAMPILHOSA DA SERRA.	75
TABELA 16 - IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA,.....	86
TABELA 17 - CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA,	87
TABELA 18 - ANÁLISE SWOT DO DESTINO EM ESTUDO.....	107
TABELA 19 - MEDIDAS PARA TORNAR O DESTINO MAIS ATRATIVO.	108

INTRODUÇÃO

Relevância e Objetivos da Investigação

A presente dissertação foi realizada no âmbito do Mestrado em Turismo do Interior – Educação para a Sustentabilidade, do Departamento de Turismo e Gastronomia da Escola Superior de Educação de Coimbra do Instituto Politécnico de Coimbra, tendo sido orientada pela Professora Doutora Eugénia Deville e coorientada pela Professora Doutora Andreia Moura.

Os incêndios florestais representam uma ameaça significativa a diversos setores da economia, e o turismo não é exceção. Em outubro de 2017, o Concelho de Arganil e o Concelho de Pampilhosa da Serra foram gravemente afetados por incêndios florestais de grandes proporções, resultando em impactos profundos tanto no meio ambiente quanto na economia local. O setor do turismo, crucial para a economia dessas regiões, sofreu consideráveis consequências, destacando a necessidade de estratégias eficazes para mitigar esses impactos e promover a recuperação sustentável. Foi escolhido este território devido à proximidade pessoal com o mesmo e por ser um destino bastante interessante, que apesar da baixa densidade populacional apresenta uma vasta oferta turística.

Este estudo tem como finalidade analisar os impactos dos incêndios florestais de outubro de 2017 no setor do turismo no Concelho de Arganil e na Pampilhosa da Serra, bem como identificar medidas para a mitigação desses efeitos. A questão central que orienta esta pesquisa é: "Quais foram os principais impactos dos incêndios florestais de outubro de 2017 no setor do turismo no Concelho de Arganil e na Pampilhosa da Serra, e quais contribuições podem ser feitas para mitigar esses impactos no futuro?"

- **Objetivo Geral:**

Estudar os impactos dos incêndios florestais de outubro de 2017 no setor do turismo no Concelho de Arganil e de Pampilhosa da Serra e averiguar medidas tomadas para a mitigação desses impactos.

- **Objetivos Específicos:**

- Avaliar os danos ao setor do turismo, incluindo a redução no número de visitantes e a perda de receitas.
- Examinar os efeitos dos incêndios nos operadores turísticos locais e na infraestrutura turística.
- Conhecer aprofundadamente o mercado turístico da região
- Analisar a percepção dos agentes locais relativamente ao impacto no sector do turismo
- Estudar as medidas implementadas após os incêndios para atenuar o impacto no turismo

A relevância deste estudo reside na importância económica do turismo para o Concelho de Arganil e a Pampilhosa da Serra. A recuperação do setor turístico é crucial para a revitalização dessas regiões e os resultados desta pesquisa podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e para a implementação de práticas de gestão sustentável do turismo, visando minimizar os riscos e os danos associados aos incêndios florestais e promover a resiliência do setor.

A literatura existente sobre os impactos dos incêndios florestais no turismo destaca a vulnerabilidade desse setor a desastres naturais e a importância de estratégias de recuperação eficazes. No entanto, há uma lacuna significativa na compreensão dos impactos específicos no Concelho de Arganil e na Pampilhosa da Serra, bem como na análise das medidas de mitigação que poderiam ser mais eficazes nessas áreas.

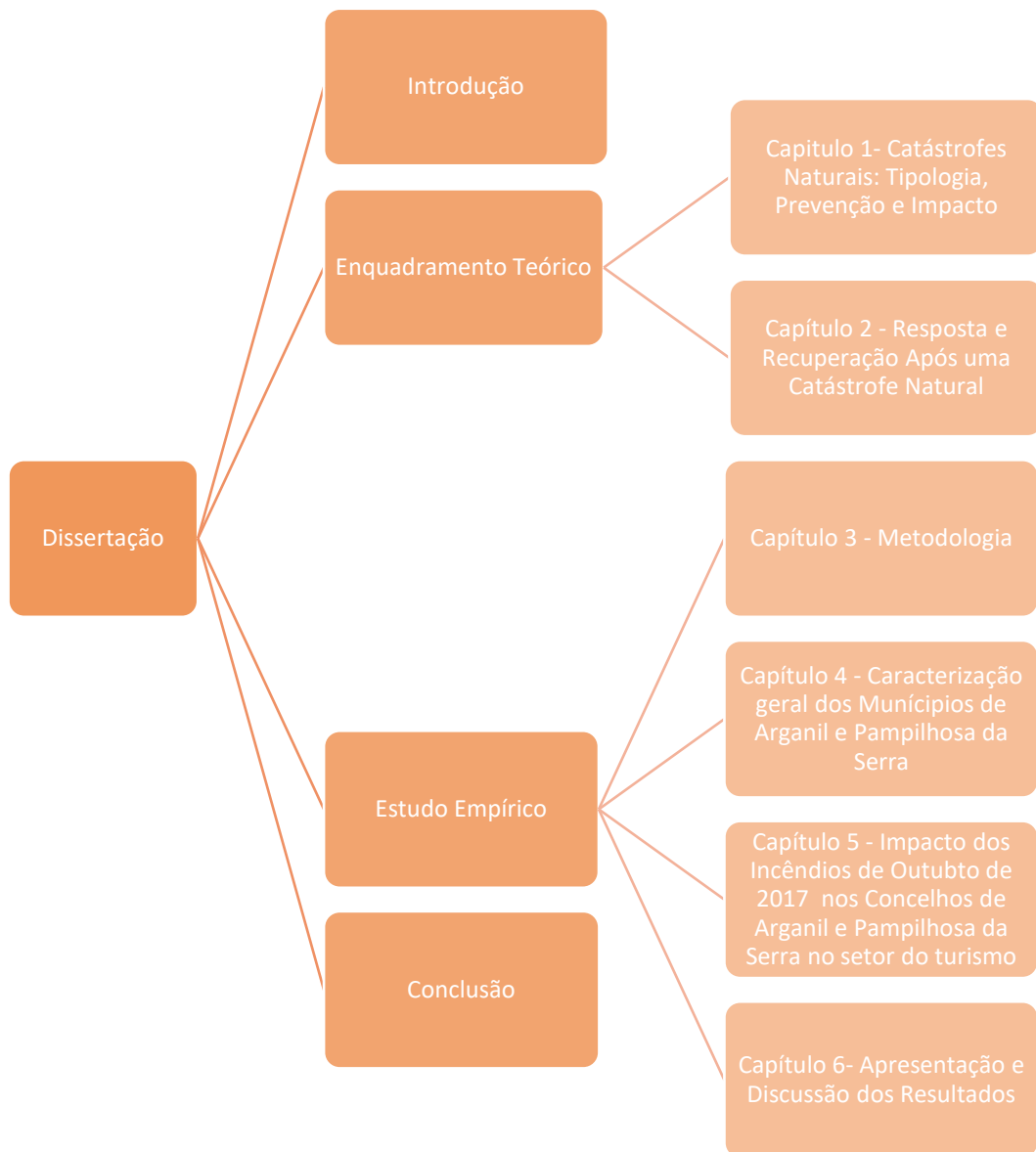
Metodologia

Depois de formular a questão de pesquisa e estabelecer os objetivos da dissertação de mestrado, é fundamental definir as etapas do estudo e as atividades a serem realizadas em cada uma delas. Dessa forma, o processo metodológico desta dissertação é dividido em fases:

-
- Identificar as atrações turísticas presentes no território, assim como a sua oferta e procura turística com o objetivo de compreender de forma mais aprofundada as potencialidades do mesmo e que produtos turísticos podem melhor contribuir para a valorização e estruturação da oferta turística.
-
- Identificar os impactos dos incêndios florestais de Outubro de 2017 nestes municípios através da recolha de dados quantitativos e dados descritivos.
-
- Identificar as medidas e apoios criados para mitigar os efeitos desses impactos através de uma pesquisa descritiva e à base de informação disponível em notícias e sites oficiais
-
- Na etapa seguinte pretendeu-se, através da realização de entrevistas semiestruturadas, auscultar proprietários, gerentes e sócios de alojamentos turísticos, para perceber se os impactos estudados anteriormente realmente foram os mesmos e se apoios e iniciativas estudadas nos capítulos anteriores foram ou não implementadas ao ver dos entrevistados e dos seus negócios
-
- Por fim, identificar medidas sugeridas nessas mesmas entrevistas que poderão ser usadas no futuro para mitigar os impactos no setor do turismo de incêndios futuros na região em estudo
-

Organização e Estrutura da Investigação

Esta tese encontra-se dividida em quatro partes e organizada em seis capítulos, sendo cada um dos capítulos composto por diversas secções. Para melhor compreender a estrutura da dissertação, apresenta-se a mesma de forma esquematizada como se segue.



A primeira parte corresponde à introdução, onde é apresentado e enquadrado o tema da dissertação, bem como os objetivos, a metodologia e estrutura da mesma.

A segunda parte Enquadramento Teórico apresenta o primeiro e segundo capítulo que dizem respeito à revisão da literatura, onde o capítulo um foca essencialmente na caracterização de uma catástrofe natural e os impactos que ela tem no setor do turismo assim como saber prevenir das mesmas, e o capítulo dois aborda a resposta e recuperação após uma catástrofe natural em foco o setor do turismo.

No terceiro capítulo é analisada com maior precisão a metodologia utilizada para a realização da presente dissertação, onde é possível encontrar ao pormenor as características da amostragem e as técnicas de recolha de dados.

O quarto capítulo é feita uma caracterização dos municípios em estudo com foco na sua oferta e procura turística, informação baseada na pesquisa de dados oficiais e no conhecimento pessoal do destino em causa.

No quinto capítulo são apresentados os impactos dos incêndios de Outubro de 2017 nos concelhos em estudo, relatando brevemente o acontecimento e apresentando os impactos que estes tiveram em grande foco no setor do turismo assim como perceber que apoios e iniciativas foram criadas para mitigar esses mesmos impactos

No sexto capítulo são então apresentados e discutidos os resultados provenientes das entrevistas realizadas de forma a dar resposta aos objetivos propostos anteriormente, com o foco mais pessoal que os capítulos anteriores baseados em dados quantitativos. São também recolhidas diversas medidas que a ver dos promotores se fossem implementadas a atratividade do destino em estudo iria aumentar e mitigar os impactos dos incêndios florestais.

A última parte respeita às conclusões da dissertação, salientando as principais conclusões do estudo, o contributo que este poderá trazer para os territórios e são ainda referidas as limitações encontradas no desenrolar do estudo.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 - CATÁSTROFES NATURAIS: TIPOLOGIA, PREVENÇÃO E IMPACTO

As catástrofes ou desastres naturais constituem um tema cada vez mais debatido e presente na vida das pessoas, independentemente de estas residirem ou não numa área de risco, isto deve-se, em parte, ao fato de a população mundial ter mais e melhor acesso a informação através das novas tecnologias. Hoje em dia quando um desastre natural com grande impacto no nosso planeta ocorre é imediatamente considerado e transmitido como notícia principal.

A Emergency Events Database (EM-DAT) contém mais de 26.000 registos de desastres (naturais e tecnológicos) ocorridos por todo o mundo desde 1900 até aos nossos dias, trata-se de uma ferramenta com grande utilidade, que está disponível ao público, que funciona como uma espécie de cadastro oficioso e arquivo histórico de catástrofes, disponibilizando uma enorme variedade de informação, a qual pode ser consultada e trabalhada em função de diversos critérios de pesquisa consoante o tipo de desastre, localização, número de mortes, número de pessoas afetadas e prejuízo económico causado. Segundo dados desta instituição, os desastres naturais são cada vez mais frequentes, tendo um crescimento significativo entre 1900 e 2023 como podemos observar na Figura 1. O que nos leva a pensar se os desastres naturais serão apenas “mão de Deus”, expressão utilizada muitas vezes para justificar uma catástrofe, ou se realmente o impacto da humanidade e das evoluções tecnológicas na terra terão consequências neste aumento. Cientistas da NASA afirmam que o aquecimento global e as alterações climáticas são um grande impacto a ter em consideração sobre este aumento, assim como preveem que mais e maiores catástrofes ocorrerão nos próximos anos.

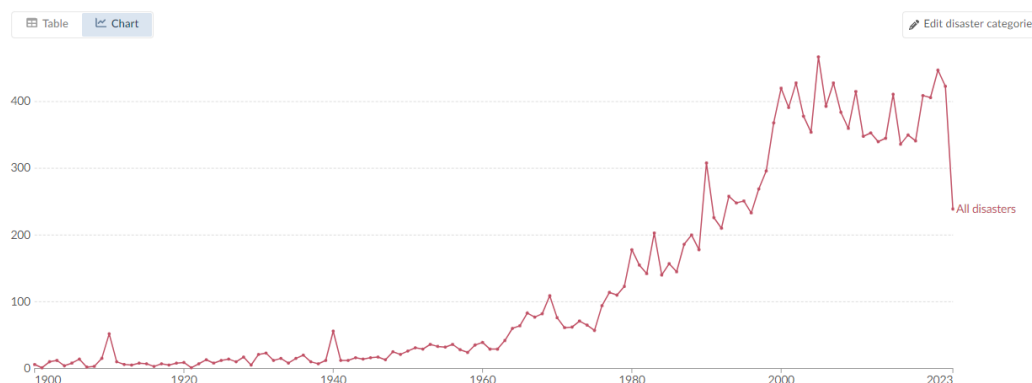


Figura 1 - Numero de desastres naturais 1900-2023. Fonte: EM-DAT (2024)

O conceito de catástrofe natural é definido por vários autores e organizações/instituições mundiais, especialmente no século passado e no presente, devido a este significativo aumento. Certos autores definem este conceito simples e abrangente como é o caso de Chemillier-Gendreau (citado por Antunes, 2012, p.124), referindo que as catástrofes ecológicas são como “modificações súbitas e imprevisíveis do ambiente”, integrando também realidades tão distintas como o derretimento dos glaciares, os fenómenos migratórios em massa ou eventuais mutações genéticas. Posner (2006) argumenta que se trata de um acontecimento de baixa probabilidade, mas que, quando ocorre, provoca danos tão significativos e súbitos que é percebido como uma rutura em relação ao fluxo de eventos anteriores. Um desastre natural necessita de ser definido também através de uma vertente social, pois este é o resultado do impacto de fenómenos naturais extremos ou intensos sobre um sistema social, que causa danos significativos e prejuízos que excedem a capacidade da comunidade ou da sociedade atingida a conviver com o impacto (Marcelino, 2008).

Esta perspetiva vai ao encontro da terminologia oficial, adotada pelas Nações Unidas, definindo um desastre numa “perturbação séria do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causando perdas humanas, materiais, económicas ou ambientais generalizadas, que excede a capacidade da comunidade ou sociedade afetada para reagir usando os seus próprios recursos”. Já noutro plano, a Comissão de Direito Internacional define desastre como “um evento ou uma série de eventos calamitosos, que resultam na perda generalizada de vidas, num grande incómodo e sofrimento humano ou em danos

materiais ou ambientais de larga escala, afetando seriamente o funcionamento da sociedade. O “Centre for Research on the Epidemiology of Disasters” (CRED), um centro de investigação ligado à Organização Mundial de Saúde (OMS) que mantém desde 1988 uma base de dados sobre desastres naturais, devido à internacionalização das catástrofes e ao fato de estas se tornarem mais visíveis em todo o mundo, define o desastre – tecnológico ou natural – como “uma situação ou um acontecimento que ultrapassa a capacidade local, implicando um pedido de assistência externa ao nível nacional ou internacional; um evento imprevisto e muitas vezes repentino que causa grandes danos, destruição e sofrimento humano”. Podemos assim considerar um desastre ou catástrofe natural como um fenómeno ou acontecimento natural que ocorre subitamente e que provoca danos e prejuízos na sociedade humana atingida, originando despesas e sofrimento humano (feridos e mortes).

Mas para atingir uma definição ainda mais específica foram adotados critérios objetivos no Relatório Estatístico Anual do EM-DAT (Emergency Disasters Data Base) sobre desastres de 2007 considerando que para se tratar de uma catástrofe é necessária a ocorrência de pelo menos um dos seguintes critérios: 10 óbitos, 100 ou mais pessoas afetadas, declaração de estado de emergência; ou pedido de auxílio internacional.

1.1.Tipos de catástrofes naturais

Num primeiro momento o termo “catástrofes naturais” tende ser associado com terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas, ciclones e furacões, mas os desastres naturais contemplam, também, processos e fenómenos mais localizados tais como deslizamentos, inundações, subsidências e erosão, que podem ocorrer naturalmente ou ser induzidos pelo homem.

Fenómenos e desequilíbrios da natureza que atuam independentemente da ação humana são os responsáveis pelos desastres naturais. Em geral, considera-se como desastre natural todo aquele que tem como início um fenómeno natural de grande intensidade, agravado ou não pela atividade humana tendo como exemplo: chuvas intensas que provocam inundações, erosão e deslizamentos de terras.

Os desastres naturais podem ser ainda originados pela dinâmica interna e externa da Terra. Os decorrentes da dinâmica interna são terremotos, maremotos, vulcanismo e tsunamis. Já os fenómenos da dinâmica externa envolvem tempestades, tornados, inundações, deslizamentos de terras, entre outros. No quadro seguinte podemos observar os tipos de desastre natural classificados pela EM-DAT.

Subgrupo de desastre	Principal tipo de desastre	Subtipo de desastre
Geofísico	Terramoto	Tremor de Terra
		Tsunami
	Deslizamento de Massas	Queda de rochas
		Avalanches
		Deslizamento de terras
	Atividade Vulcânica	Erupção
		Queda de cinzas
		Lahar
		Deslizamento de lava
		Fluxo piroclástico
Meteorológico	Tempestade	Tropical
		Extra-tropical
		Locais (convectivas)
	Temperatura extrema	Onda de calor
		Onda de Frio
		Extremas condições de inverno
	Nevoeiro	
Hidrológico	Cheias	Depressão/inundação costeira
		Inundação do rio
		Rápida
		Deslizamento de terras
		Avalanches
		Onda de frio
		Invernia

	Seca	
	Fogos	Florestais Terreno
Biológicos	Epidémicos	Vírus
		Bactérias
		Parasitas
		Fungos
		Prião
	Pragas	
Extra-terrestres	Pânico (animais)	
	Impactos	Meteoritos
		Asteroides
	Tempo espacial	Partículas energéticas
		Tempestade geomagnética
		Onda de choque

Tabela 1 - Tipos de desastre natural Fonte: *Actas do Colóquio. Catástrofes Naturais (2012)*

Estes desastres também podem ser classificados consoante a sua intensidade. Segundo Kobiyama (2006), podem ser definidos vários níveis de intensidade, representados no Quadro 2, que facilitam o planeamento de resposta e de recuperação da área atingida, visto que as ações e os recursos necessários para socorro às vítimas dependem da intensidade dos danos e prejuízos provocados.

Nível	Intensidade	Situação
I	Desastres de pequeno porte, também chamados de acidentes, onde os impactos causados são pouco importantes e os prejuízos pouco vultosos.	Facilmente superável com os recursos da comunidade e do município.
II	De média intensidade, onde os impactos são de alguma importância e os prejuízos são significativos, embora não sejam vultosos	Superável pelo município, desde que envolva uma mobilização e administração especial.
III	De grande intensidade, com danos importantes e prejuízos vultosos.	A situação de normalidade pode ser restabelecida com recursos locais, desde que complementados com recursos do estado. (Situação de Emergência – SE)
IV	De muito grande intensidade, com impactos muito significativos e prejuízos muito vultosos.	Não é superável pelo município, sem que receba ajuda externa. Eventualmente necessita de ajuda internacional. (Estado de Calamidade Pública – ECP)

Tabela 2 - Classificação dos desastres em relação à intensidade (modificado de Kobiyama et al, 2006)

Por vezes, estes desastres ocorrem por negligência humana ou por falta de informação da população. Existem muitas populações que continuam a viver em zonas de risco e outras que não têm recursos para se protegerem perante um destes desastres. Mesmo os países que têm esses recursos nem sempre o conseguem fazer, pois estas são súbitas e nem sempre se consegue calcular a sua intensidade antes de ocorrerem.

1.2. Prevenção de uma catástrofe natural

Uma catástrofe natural dificilmente se evita mas os seus efeitos devastadores podem ser mitigados, com adequadas e atempadas medidas preventivas. Das Estratégias de Yokohama e de Hyogo foi elaborado um conjunto de linhas operativas de prevenção, destacando as seguintes: o planeamento territorial (zoneamento; sinalização; fiscalização), os sistemas de alerta precoce, a formação de profissionais e voluntários, a informação ao público, o incremento da qualidade de construção, a implementação de

estruturas institucionais de resposta pronta, nacionais e internacionais, e a criação de fundos de assistência à reação e recuperação.

White (1974) propôs cinco itens para estudo de desastres naturais que são relevantes para que se possa perceber como prevenir e atenuar os danos de uma catástrofe: estimar a área ocupada pelo ser humano nas áreas de perigo; determinar a faixa de ajuste possível contra eventos extremos; examinar como a população percebe os desastres naturais; examinar os processos de seleção de medidas adequadas; e estimar os efeitos da política sobre essas medidas. Além desses cinco itens, Hewitt (1983) adicionou mais um ponto, que inclui a forma como os aspetos socioeconómicos da sociedade contribuem para geração de desastres.

A Estratégia de Hyogo referiu algumas prioridades de ação concertada a nível mundial para o espaço temporal entre 2005-2015, referindo designadamente uma melhor preparação e prontidão de resposta em caso de emergência, o reforço da capacidade de recuperação e a criação de estruturas de coordenação da concessão de ajuda internacional, nacional e local. Outras prioridades aí definidas são baseadas na avaliação, gestão, monitorização e no alerta dos riscos naturais, na sistematização da informação e no mapeamento sistemático das zonas de risco, no investimento em sistemas de alerta precoce, a aposta em novas tecnologias (como os SIG - Sistemas de Informação Geográfica, ou os GPS nas ações de busca e salvamento), modernizando as observações locais ou por satélite.

Uma questão que emerge em vários estudos sobre esta temática é o valor monetário que pode estar em causa com sistemas para a prevenção de vidas humanas. Viscusi e Aldy (2003) analisam estes valores para quanto vale uma vida de um cidadão americano, utilizando uma literatura económica substancial que descreve o valor da vida que as pessoas estão dispostas a pagar para evitar pequenos riscos de morte, então se uma pessoa estiver disposta a pagar €70 para evitar 1 em 100 000 riscos de morte o valor seria estimado em €7 milhões ($€70/0.00001$), concluindo a média estimada do valor da vida de um humano.

Analizando o artigo *Efficient Responses to Catastrophic Risk* de Richard A. Posner (2006) podemos encontrar esta questão ao pormenor dando o exemplo do Tsunami no Oceano Índico em Dezembro de 2004, catástrofe que tinha uma probabilidade muito baixa ou desconhecida de ocorrer, mas ocorreu e criou sofrimento a muitas pessoas, mortes, deixando um rasto de destruição que não tem um valor calculável. A este respeito, Posner afirma que havia justificação para criar medidas de prevenção como a educação da população local para este possível desastre como o detetar e como proceder, como estabelecer sistemas de aviso de emergência eficazes para espalhar a palavra, e melhorar a resposta de emergência. Toda a prevenção teria justificado os seus custos pois o investimento será sempre inferior ao custo da vida humana e ao custo dos danos materiais. Posner questiona o porquê de não existirem medidas de prevenção em locais de riscos, mesmo que este seja mínimo ao qual próprio autor responde com alguns pontos: o facto de os governos serem responsáveis pela precaução de risco nos seus países leva a que estes decidam tratar de assuntos mais importantes ou até de riscos com mais probabilidades e depois os riscos com menor probabilidade ficam esquecidos apesar de poderem ocorrer, no caso de os riscos poderem atingir uma região ou uma área mais global e não um local mais pequeno e específico, muitas nações mais pobres ou pequenas aproveitam-se da ajuda das nações mais ricas, o que faz com que não invistam na prevenção mas sim esperem ajuda exterior, e por fim, muitos países especialmente pobres não investem em prevenção porque são governados por pessoas corruptas ou eficientes ou quando são bem governados mas não têm rendimento per capita para investir nesta mesma prevenção.

Os cientistas têm um papel importante na prevenção de uma catástrofe natural, pois através da evolução de formas de prever catástrofes naturais já se conseguem prever mesmo que sejam minutos antes, minutos esses que salvam vidas. Também a evolução das novas tecnologias contribuem para mais e melhores formas de prevenir um desastre, como exemplo melhores meios de comunicação, transportes de fuga mais rápidos, apoios de socorro mais rápidos e melhores equipados entre outros. É neste contexto que se coloca a questão sobre as alterações climáticas causadas pelo aquecimento global, se este realmente tem consequências no aumento das catástrofes naturais, é necessário então reduzir os componentes causadores do aquecimento global. Medidas são expostas

todos os dias nas redes sociais, na televisão, rádio entre outros, é um tema bastante debatido entre todos mas que nem todos levam a sério e fazem o seu dever, exemplos simples como reciclagem, redução da utilização do carro e optar por transportes públicos, reduzir a utilização de químicos e optar por produtos biológicos, entre outros.

O Protocolo de Kyoto entrou em vigor a Fevereiro de 2005 apresentando medidas de redução de CO₂ e metas para os países assinantes, os Estados Unidos da América não se comprometeram pois os seus governantes afirmaram que essas metas prejudicariam a sua atividade económica, pois os EUA são os maiores emissores de CO₂ (Redação Pensamento Verde, 2013), assim como em 2017 deixaram de fazer parte do Acordo de Paris (Observador, 2017) acordo este assinado em Dezembro de 2015 no âmbito da Cimeira do Clima, em Paris, destinado a substituir o Protocolo de Quioto em 2020 em que uma das premissas do documento, que reuniu consenso de todas as partes envolvidas, é a necessidade de “reconhecer que as alterações climáticas representam uma ameaça urgente e potencialmente irreversível para as sociedades e para o planeta”. Com isto podemos concluir que a prevenção e adoção de medidas contra o aquecimento global têm um impacto direto na diminuição de catástrofes naturais, mas na realidade a sua ocorrência e os seus efeitos são difíceis de estimar.

No caso de Portugal, as catástrofes naturais têm seguido o aumento de ocorrências mesmo que não sejam muito significativas, dando como destaque os incêndios florestais como os de maior frequência (Silva, 2012), que depois originam cheias e enxurradas que podem ser ou não devastadoras. A prevenção e resposta a estas catástrofes são da responsabilidade da Proteção Civil que tem como missão de planear, coordenar e executar a política de proteção civil, designadamente, na prevenção e reação a acidentes graves e catástrofes, na proteção e socorro das populações, na superintendência da atividade dos bombeiros e no planeamento civil de emergência com vista a fazer face a situações de crise ou de guerra (DL 75/2007, de 29 de Março, Lei Orgânica da ANPC, alterada pelo DL 73/2012, de 26 Março) e tem como objetivos: prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultantes, de atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, de socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse

público, e de apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

Neste seguimento, Silva (2012), afirma que o Estado sempre atribuiu à Proteção Civil essencialmente o papel operacional de organismo responsável pela preparação e pela coordenação da resposta, que visa remediar os efeitos das catástrofes, relegando para segundo plano o papel mais técnico de promover ações que visem prevenir essas mesmas catástrofes, reduzindo as vulnerabilidades das populações, das atividades económicas e das edificações expostas. Isto, apesar de os objetivos da Proteção Civil abrangerem claramente as quatro componentes do ciclo da catástrofe: (prevenção> preparação> resposta> reposição da normalidade). Este mesmo autor apresenta medidas que devem ser tomadas em conta não só no nosso país mas em todo o mundo, medidas simples como ter mais em conta o ordenamento do território e do urbanismo ao qual coloca questões que se não forem respondidas levam a que o plano não seja favorável, como exemplo: “São identificados cartograficamente na planta de condicionantes os riscos naturais e tecnológicos?”; “Os riscos identificados são caracterizados quanto à sua magnitude e severidade e são elaboradas estimativas dos impactos nas pessoas, bens e ambiente?”; “São apresentadas as necessárias medidas restritivas ou mitigadoras de modo a salvaguardar a segurança de pessoas, bens e ambiente, no relatório que acompanha o plano?”, entre outras. Outra das medidas passa pela fiscalização e certificação técnica da segurança das edificações.

No livro de David Alexander intitulado de Desastres Naturais (1990), este explica o que leva as populações a continuarem a viver em zonas de risco de catástrofe, apesar do seu conhecimento. Muitas destas áreas oferecem oportunidades económicas significativas, como por exemplo os solos férteis em zonas vulcânicas ou de cheias. Mas, para muitos esta é a única alternativa, pois nem todos se conseguem mudar para outro local assim como não conseguem ajustar-se ao local de risco. Outros grupos de pessoas apenas se localizam nestas zonas de risco por um período curto para concretizarem certos objetivos, como por exemplo escalar uma montanha com perigo de avalanche. Depois existe um grupo que vê aquele local de risco como uma zona de obter lucros, como grande exemplo o Turismo, temos o exemplo de resorts à beira mar ou até com

alojamento na água em países que existe um risco de um tsunami, mas como as probabilidades são muito baixas, o investimento compensa.

Podemos então perceber que existem formas de prevenir catástrofes e que por vezes estas medidas não têm um custo elevado ou significativo que justifique perdas humanas, concluímos que os países que detêm de menores recursos para se proteger de um acontecimento deste acabam por ser os mais afetados, apesar de as grandes nações também serem surpreendidas, não se pode ver uma catástrofe como algo que é muito improvável de acontecer mas sim como um acontecimento que tem probabilidade de ocorrer. É necessário informar a população sobre os riscos e como proceder para que esta esteja mais preparada para responder a estas catástrofes.

1.3. Impacto de uma catástrofe natural num destino turístico

O setor turístico tem vindo a assumir uma importância fundamental no desenvolvimento económico de determinadas localidades, sendo por vezes o gerador do maior número de receitas, para além de gerar emprego, fortalece a economia local/regional, e estimulando outras vantagens para o território (Ouriques, 2005). Pode se então afirmar que o setor turístico é inerente ao desenvolvimento territorial.

Assim, este setor tem sido tratado como um segmento estratégico em função do seu poder de gerar divisas, principalmente em relação a espaços que apresentam condições favoráveis para a exploração de seus recursos naturais ou socioculturais. No entanto, tal desenvolvimento é comprometido pela vulnerabilidade a desastres naturais, podendo o turismo ser exposto aos impactos dos desastres naturais e, desta forma, muitos destinos estarão em risco devido a estes fenómenos. (Ghaderi, Mat Som e Herderson, 2015). Segundo a UNWTO (s.d.), de entre todos os fatores que limitam o crescimento do setor do turismo, todos parecem passíveis de serem solucionados, exceto a ocorrência de desastres naturais, que, dependendo da sua intensidade, podem resultar no abrandamento do crescimento do turismo.

Na última década, uma série de desastres naturais afetaram severamente algumas rotas de turismo. Os exemplos mais proeminentes incluem o tsunami do Oceano Índico em 2004, o furacão Katrina nos Estados Unidos em 2005, o tsunami de Samoa em 2009, as inundações na Austrália, que ocorreram entre 2010 e 2011, e os terremotos em Christchurch, na Nova Zelândia, entre 2010 e 2011 (Bechen & Hughey, 2013). Muitas localidades, que se tornaram destinos turísticos por possuírem elementos naturais e/ou culturais destinados à comercialização, podem apresentar alguma característica de vulnerabilidade que, associadas a práticas ambientais insustentáveis, possibilitam uma maior probabilidade de ocorrência de desastres. Segundo Toubes e Brea Fraiz (2012), quando ocorre uma catástrofe natural num destino turístico, devem ser desenvolvidas ações operacionais de recuperação, evitando assim que a imagem do destino sofra impactos negativos. “O turismo é altamente sensível a crises e elas se agravam quando associadas a desastres e, um sistema de proteção aos turistas e de recuperação das áreas turísticas deve ser implementado pelas autoridades competentes” (Zucco & Magalhães, 2011, p.603)

Os desastres são considerados causadores de prejuízos que podem afetar o setor turístico a curto, médio e longo prazo. Por isso, é necessário que os organismos públicos e privados desenvolvam um planeamento estratégico para mitigar os possíveis problemas decorrentes de catástrofes naturais. (Toubes & Brea Fraiz, 2012)

Para poder planear formas de atenuar os impactos de um desastre natural num destino turístico é preciso perceber que impactos é que este pode efetivamente causar. De uma maneira geral, estes podem abranger a infraestrutura física (estradas, meios de hospedagem, meios de transporte, entre outros elementos), o marketing turístico (rádio e TV) e, por consequência, a perda do fluxo de turistas. Segundo Maditinos e Vassiliadis (2008) os desastres aumentam as preocupações dos turistas com a segurança e a proteção, colocando pressão crescente sobre os responsáveis e gestores envolvidos no setor do turismo obrigando-os a analisar o impacto das catástrofes sobre esta indústria e a desenvolver estratégias para lidar com as crises.

O medo é o grande fator que influencia as atitudes dos turistas, quanto maior o desastre registado maior é o impacto na sua decisão ao escolher um destino turístico. Isto é,

quando um desastre destes ocorre compromete a viabilidade de um destino turístico, já que para muitos turistas o facto de se sentirem seguros ou não é um dos principais fatores de seleção, considerando que a sua principal preocupação é viajar para um destino satisfazendo os seus desejos com o mínimo de complicações ou ameaças à sua segurança e bem-estar (Beirman, 2003).

Assim podemos identificar um conjunto de impactos debatidos por diferentes autores, impactos que não só afetam o turismo da região, mas também os habitantes locais e a decisão dos turistas em viajar para esse mesmo local. Os desastres naturais causam o declínio do número de turistas que visitam a região, pois um desastre natural cria um sentimento de insegurança perante o destino (Hanqin Qiu Zhang, 2005) e devido a essa redução de visitantes os lucros gerados pelo setor do turismo reduzem significativamente, turistas com viagens planeadas para esse destino afetado cancelam a sua visita. Um exemplo desse fenómeno foi visível na Tailândia em consequência do terramoto no Oceano Índico em 2004. Outro impacto de grande relevância é a destruição de áreas turísticas, propriedades turísticas, pontos turísticos naturais e humanos, alojamentos turísticos e outras infraestruturas que poderão custar um valor descomunal para reconstruir (Beirman, 2012). Com a destruição destas infraestruturas o desemprego aumenta, devido ao desaparecimento de postos de trabalho o que, em consequência, atinge a população local que gasta menos dinheiro no dia-a-dia e consequentemente gera menos impostos. O facto de o número de turistas diminuir também faz com que o negócio tenha um grande declínio, diminuindo, por sua vez, os postos de trabalho. A destruição de solos férteis da região assim como qualquer recurso natural ligado à alimentação, faz aumentar os preços dos alimentos não só no país ou região afetada mas também aqueles que são fornecidos por este, que consequentemente afeta o tipo e a variedade de refeições fornecidas ao turistas, visto que a gastronomia é um produto extremamente procurado. Outro impacto que tem um grande valor no setor de turismo é que a partir do momento em que o destino é afetado passará a demonstrar instabilidade, o que trará prejuízos das mais diversas ordens, principalmente financeiros, deixa de ser um destino seguro para receber turistas apesar de a probabilidade de um outro desastre natural ser muito reduzida (Hystad, 2008).

Nem todos os impactos são negativos, quando um destino turístico é afetado por um desastre natural tornar-se mais conhecido, o que pode gerar um fascínio a alguns turistas que têm como principais destinos zonas afetadas, não para ajudar as vítimas, mas apenas para observar a destruição. Outros são estudantes ou investigadores que pretendem realizar algum tipo de trabalho ou estudo (Popp, 2006). Aqui é indispensável mencionar o turismo negro (Dark Tourism) que segundo Yan (2016) é um processo de consumo psicológico que oferece aos turistas resultados psicológicos desejados e resultados psicológicos reais para satisfazer as procuras emocionais dos turistas. É um processo de consumo simbólico que fornece experiências emocionais e cognitivas aos turistas que têm um relacionamento interativo com um produto turístico negro, incluindo destinos de desastres naturais ou artificiais. Também as empresas de seguradoras ganham com estes desastres, pois o número de seguros criados por turistas aumenta (Hanqin Qiu Zhang, 2005).

O que podemos perceber através destes impactos é que se tornam um ciclo vicioso: sem turistas a visitar o local o dinheiro gasto na região diminui, o que leva ao declínio da economia em geral, em consequência os negócios ligados ao setor de turismo recebem menos dinheiro, negócios locais fecham e grandes negócios sofrem também declínio, resultando na redução de postos de trabalho. Por fim, o governo também recebe menos devido à diminuição de entrada de impostos, o que combinando com os valores gastos para a recuperação após desastre pode ter um impacto muito negativo na economia do território.

Um exemplo de uma catástrofe natural que afetou um destino turístico foi o gravíssimo incêndio florestal Okanagan Mountain Park, em Kelowna, Canadá, durante o verão de 2003, que começou a 16 de agosto e se prolongou por quase um mês, forçando a evacuação de 26 mil moradores e destruindo 238 casas particulares e uma parte substancial da infraestrutura do turismo regional. Como referem Hystad e Keller (2008), o turismo representa uma parcela significativa deste local, que concentra lagos e montanhas, oferece turismo rural e atrativos como vinhos, músicas e artes. Hystad e Keller (2008) identificaram um conjunto de aspetos que influenciaram a intensidade dos impactos nesta região, tais como, a indústria do turismo não estar devidamente preparada para um grande desastre de incêndios florestais, apesar da probabilidade da

sua ocorrência, de a maiorias das empresas relatarem uma preparação passiva e reativa, bem como uma atitude "esperar para ver", de as empresas de pequeno porte e do setor de alojamento parecerem ser as mais suscetíveis a resultados negativos do desastre; de as autoridades locais responsáveis pelo marketing turístico estarem inicialmente mal preparados, mas assumirem o controlo efetivo das responsabilidades de comunicação e empenharem-se em transformar a cobertura dos meios de comunicação inicial negativa em algo mais positivo e informativo, e de um número de empresas continuarem a ser afetadas pelo desastre e estarem preocupadas com os impactos a longo prazo.

Estes pontos levam-nos a retomar ao assunto da prevenção, mas neste caso na prevenção de um destino turístico. A prevenção de catástrofes e gestão das mesmas deve ser uma parte essencial do plano de gestão turística para qualquer destino (Madininos & Vassiliadis, 2008). Para se poder prevenir é necessário conhecer o destino turístico, os seus pontos fortes e a suas fraquezas como o caso das catástrofes naturais, algo que nem sempre ocorre pois a dimensão económica e o lucro a curto prazo assume a principal preocupação para muitas empresas.

Segundo Tsai e Chen (2010), para explorar plenamente os recursos naturais, a maioria dos operadores de turismo, naturalmente, querem construir instalações turísticas perto de locais com belas paisagens, muitas vezes ao lado de montanhas ou à beira-mar. Mas, muitas vezes, esses locais apresentam problemas e são caracterizados pelo alto risco de desastres e falta de recursos para o trabalho de socorro ao público. Dessa forma, os autores puderam constatar que “existem muitos equipamentos turísticos localizados em regiões que também estão sujeitas a taxas de alta frequência de desastres naturais” tais como terremotos ou incêndios florestais.

Quando um destino turístico é completamente destruído e a possibilidade de construir tudo de novo é uma realidade, pode tornar-se um ponto positivo. Temos como exemplo a vila de Boscastle, Cornwall que sofreu uma cheia repentina que destruiu tudo, felizmente não resultando em vítimas mortais, mas após esta tragédia o governo gastou milhões na reconstrução planeada que trouxe mais empregos e negócios (Financial Times 2009).

Segundo Toubes e Fraiz Brea (2012), as estratégias de gestão de resposta a crises que ocorrem num destino turístico devem ser suficientemente amplas e abrangentes quando

aplicadas em diferentes situações, não se limitando a casos específicos. Estas devem ter em conta os elementos de prevenção antes da crise, pois são uma parte essencial do planeamento de gestão estratégica contra os desastres, uma vez que a preparação para um desastre é a chave para uma recuperação rápida e eficaz.

CAPITULO 2 - RESPOSTAS E RECUPERAÇÃO APÓS UMA CATÁSTROFE NATURAL

Quando um desastre natural ocorre é necessário uma resposta imediata e eficaz mediante o tipo de desastre e a sua intensidade, sendo que os meios iniciais a imobilizar deverão ser os de emergência médica e socorro imediato. Após garantir a segurança de todos os cidadãos e permitir um período de luto, caso haja vítimas fatais, começa-se a pensar na recuperação. Nesse momento, as organizações e o estado devem envolver-se no atendimento às necessidades básicas, como a resposta à destruição de habitações e a reconstrução do essencial. Só após este cenário define-se como dar resposta e recuperar os negócios e a economia local. É de salientar que este processo se deveria realizar com uma certa rapidez para que os locais afetados se possam erguer rapidamente e conseguir fazer uma vida dentro de o normal, algo que nem sempre acontece com facilidade.

No que respeita à resposta, o grande objetivo centra-se no atendimento às vítimas e reabilitação do cenário (serviços essenciais). Esta resposta pode variar entre os países desenvolvido que estão mais bem preparados a nível de recursos de emergência e socorro enquanto os países em desenvolvimento carecem deste tipo de recursos especializados, como equipas de salvamento especializadas, equipas de emergência médicas bem equipadas entre outros.

A revista “Consciência” apresenta um conjunto de notícias sobre a resposta e a recuperação após o terramoto de 2004 que atingiu o Oceano Índico nas quais podemos perceber que a resposta foi diferente de país para país, consoante os seus recursos e a intensidade que foi afetado. Devido às dificuldades de governação e consenso entre organizações governamentais e não-governamentais a ONU declarou logo em 2005 que os trabalhos de reconstrução estavam com atrasos o que frustrava a população local assim como apontou que a ajuda para abrigar a população era insuficiente e para agravar mais a situação a corrupção tomou um impacto negativo na resposta, fundos eram desviados. Existiram falhas na resposta, o que era de prever, visto que muitos destes locais não detinham recursos ou qualquer prevenção para este tipo de catástrofe. No que toca á recuperação, podemos analisar a entrevista do Jornal Sol intitulada de “Tsunami: 10 anos após catástrofe, como estão as coisas em Banda Aceh?” (2024), onde um representante da OIKOS descreve como se encontra a situação em Banda Aceh após 10 anos, explicando que as necessidades continuam a existir, pois sendo esta uma zona que

tinha problemas estruturais anteriormente, alguns desses problemas naturalmente não foram reparados em dez anos, sendo que alguns agravaram-se. Refere que uma das principais lacunas é a "organização do tecido social", nomeadamente a nível de "competências e de participação da sociedade civil nas tomadas de decisões", que para além da destruição de infraestruturas destruiu o próprio tecido social, que já era frágil na altura e que mais fragilizado ficou. Explica ainda que depois de uma resposta imediata às necessidades mais básicas, o apoio à reconstrução "começou a ser feito de outra forma", sendo agora mais dependente do governo indonésio, e faz-se através de financiamentos bancários e de cooperações bilaterais, retirando espaço às organizações da sociedade civil.

Outro exemplo é o Furacão Katrina, dez anos depois da catástrofe um projeto de infraestrutura com um orçamento de 14,5 bilhões de euros foi erguido para proteger a cidade de Nova Orleans dos efeitos de novas tempestades, que incluiu a construção de paredes contra inundação para impedir que a água de dois rios entre pelos canais da cidade, diques e fundações foram reforçados e estações de bombeamento agora ajudam a drenar a água durante tempestades.

A 23 de Novembro de 2017, a Comissão Europeia apresentou novos planos para fortalecer a resposta a catástrofes naturais. Devido ao aumento de desastres no território da EU e ao número de países afetados, esta entidade encontra-se com dificuldade em responder a todos os casos com desejaria. Assim, com a proposta apresentada, foi criada uma reserva de ativos para a proteção civil da UE, chamada RescEU, destinada a ajudar os Estados Membros a responder a catástrofes quando as capacidades nacionais estiverem sobrecarregadas. Esta reserva incluirá ativos como aeronaves de combate a incêndios e equipamentos de bombeamento de água, que complementarão as capacidades nacionais. Todos os custos e as capacidades da RescEU serão totalmente cobertos pelo financiamento da UE, mantendo a Comissão o controlo operacional destes ativos e decidindo a sua implantação. Paralelamente, a Comissão ajudará os Estados-Membros a aumentar as suas capacidades nacionais, financiando os custos de adaptação, reparação, transporte e funcionamento dos seus recursos existentes - enquanto hoje apenas os custos de transporte são cobertos. Os bens passariam a fazer parte de um conjunto compartilhado de recursos de resposta de emergência no âmbito do Pool

Europeu de Proteção Civil e estarão disponíveis para implantação quando ocorrerem os desastres. A proposta reforça a cooperação e a coerência com as políticas da UE existentes em matéria de prevenção e preparação. Isto inclui, por exemplo, a Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, o Fundo de Solidariedade, a legislação ambiental (por exemplo, planos de gestão de inundações e soluções baseadas no ecossistema), investigação e inovação e políticas para abordar graves fronteiras ameaças à saúde e mais. Por fim, a proposta simplificará os procedimentos administrativos, a fim de reduzir o tempo necessário para implementar a assistência salva-vidas.

Mais uma vez, em Portugal a entidade responsável pela prevenção de riscos e pela organização de operações de proteção e socorro é a Proteção Civil. A lei de bases da Proteção Civil, decreto-lei aprovado a 3 de Julho de 2006, define como seus objetivos “prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultante, atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público, apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe” (Lei de Bases da Proteção Civil, Artigo 4º). O Decreto-Lei nº134, de 25 de Julho de 2005 prevê a criação de um sistema integrado de operações de proteção e socorro (SIOPS) e cabe a este sistema assegurar que todos os agentes de proteção civil atuem de acordo com o plano operacional, articulando as suas ações num comando único. Como agentes de proteção civil entendem-se os elementos das instituições e entidades que intervêm em situações de catástrofe ou acidente grave.

Apesar de existirem muitos apoios, a resposta e recuperação a um desastre natural depende muito da preparação e prevenção do local assim como os seus habitantes e a sua situação financeira e governamental.

2.1. Apoios a nível social e económico após uma catástrofe natural

Quando ocorre um desastre natural, as pessoas, instituições e organizações mobilizam-se para ajudar as pessoas afetadas. Existe, quase de imediato, uma onda de solidariedade para com os afetados. Essas organizações ou são independentes e funcionam através de fundos próprios como donativos e campanhas ou estão ligadas ao governo ou a alguma comissão superior.

A União Europeia é portadora de um fundo solidário que foi criado para responder às cheias que afetaram o Centro Europeu em 2002 e até hoje já foi usado para responder a 72 desastres e 24 países da Europa. Este apoio pode cobrir até 95 % dos gastos na reconstrução. Portugal já recorreu a este fundo seis vezes até 2022 incluindo nos incêndios do ano de 2017. (Eco, 2022)

A presença da ajuda humanitária e de emergência junto das populações tem também um efeito indireto de defesa dos direitos humanos já que as organizações que prestam este tipo de ajuda adquirem a qualidade de testemunhas imparciais dos acontecimentos, podendo evitar e denunciar abusos e violações de direitos fundamentais. As ONG necessitam de avaliar em que patamar vão atuar, a emergência médica é habitualmente a mais premente em caso de catástrofe, as organizações que operam no domínio da saúde são as que, pelas suas características, tendem a responder em primeiro lugar. Têm normalmente uma capacidade para conseguir, em poucas horas, mobilizar pessoal especializado e recursos materiais e enviá-los para o terreno, podendo contar com um financiamento privado significativo que lhes permite não depender de um apoio público cuja concretização pode demorar mais tempo do que a situação exige. De realçar que as ONG para este tipo de intervenção não se limitam aos primeiros dias chamados de «urgência vital». Depois da destruição, vem o período de reconstrução: apesar das estruturas locais recuperarem pouco a pouco a sua capacidade de intervenção, o contexto físico mantém-se extremamente desfavorável: os edifícios foram destruídos, as comunicações não foram ainda restabelecidas, falta o acesso à água, os movimentos de refugiados desorganizaram o normal funcionamento das Instituições e das Comunidades. A fase de reabilitação corresponde: as populações já não correm perigo de vida, todavia a desorganização provocada pela crise de emergência ainda não permite ao País ou à Região afetada recuperar um ritmo normal de desenvolvimento sem um apoio externo.

O período da reabilitação não tem a carga emotiva dos primeiros dias, exige competências fora do estrito domínio das necessidades mais básicas (como a saúde e alimentação), implica uma forte participação da população local e constitui uma etapa indispensável ao regresso à normalidade e, no caso de países com fracos recursos, a processos mais alongados de Cooperação para o Desenvolvimento.

A ONU é um exemplo presente em quase todos os desastres naturais de grande escala, atua não só em momentos de desastre como também no dia-a-dia em problemas como a fome e a pobreza. É das primeiras ONG a responder a catástrofes naturais pois defende os direitos humanos que poderão ser violados após as catástrofes, como por exemplo discrepâncias de ajudas. Para além do apoio financeiro, é necessário assegurar também apoio mais a nível social, que tem como prioridade o bem-estar da pessoa afetada a nível físico e psicológico. O apoio psicológico nem sempre é visto como algo de primeira prioridade mas a verdade é que muitas pessoas afetadas ficam traumatizadas e necessitam desse tipo de apoio.

Como foi referido anteriormente, a prioridade de apoio será sempre à população afetada, fornecendo-lhe os melhores cuidados possíveis. Só após esta estar mais estável é que se intervém na reconstrução e no apoio aos negócios destruídos, como, por exemplo, o turismo.

No que toca especificamente ao sector do turismo, como qualquer outro negócio ou detentor de infraestruturas, no caso de pertencer à EU pode receber os apoios do fundo europeu. Mas ao longo da pesquisa bibliográfica existe pouca informação sobre estes apoios. Estes partem especialmente do Estado, pois é este que tem o interesse de querer ou não continuar a investir neste sector após uma catástrofe. No caso referido anteriormente sobre a Tailândia, devido às condições que esta oferece no sector do turismo seria de prever a continuação do investimento neste sector, pois é um dos grandes geradores de receitas do país.

2.2. Apoios a nível do turismo após um desastre natural

Para Lew (2014), o turismo é visto como uma atividade económica resiliente, que oferece uma melhor perspetiva dos sistemas que lidam com adversidades, defendendo que as

organizações têm a capacidade de se adaptar, responder e evoluir. Ou seja, o sistema turístico é um alvo constante de pressões exteriores e interiores, vulnerável à ocorrência de catástrofes naturais em que os limites do sistema só permitem que ele suporte uma certa quantidade de pressões e perturbações, o que, muitas vezes, obriga à sua adaptação e transformação. Butler (2017) sugere que existem diferentes tipos de resiliência, sendo uma delas a resiliência ao desastre, cuja definição depende exatamente dessa capacidade de adaptação, descrevendo-se como: a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a perturbações perigosas, em resistir, assimilar, adaptar-se e recuperar dos efeitos dessas perturbações, de uma forma oportuna e eficiente, através da preservação e restauração das suas estruturas e funções essenciais básicas. Scott, Laws e Prideaux (2008) referem que a recuperação de crises ou desastres no turismo pode significar uma alteração dos modos de operação que existiam antes dos eventos. Cochrane (2017) acrescenta que as características e a velocidade da recuperação dependem da capacidade de adaptação do sistema, a qual, por sua vez, depende dos capitais e recursos acumulados nas fases anteriores ao evento. Buultjens, Ratnayake e Gnanapala, (2017) defendem igualmente que a resiliência requer um bom planeamento e preparação, uma distribuição equitativa dos rendimentos e uma economia estável. Uma tragédia pode constituir-se como um ponto de viragem para o sistema turístico, em que o desfecho pode ser positivo, abrindo portas para que se repensem as políticas públicas e as formas de gestão, tornando-as mais inclusivas e colaborativas. Aliás, o turismo, neste contexto, pode até apresentar um papel importante e revitalizador nas comunidades a seguir a momentos de desastre ou conflitos (Butler, 2017).

Após a leitura de artigos onde são mencionados apoios ao turismo em caso de catástrofe podemos perceber que os apoios são criados no momento consoante a catástrofe e a primeira avaliação de prejuízos, sendo abertos apoios do Estado de um certo valor monetário para cada sector de cada município afetado. Desses sectores incluem empresas ligadas ao turismo e instalações.

No caso dos incêndios que atingiram o nosso país a no ano de 2017, o Estado decidiu duplicar para 60 milhões de euros, o apoio à recuperação turística dos territórios atingidos. Alargou também os apoios do Programa Valorizar, programa este do Turismo de Portugal de apoio ao investimento na promoção da qualificação do destino turístico

Portugal cujo objetivo se pauta por dotar os agentes públicos e privados que atuam na área do turismo de um instrumento financeiro que permita potenciar e melhorar a experiência turística que prevê a concessão de apoios financeiros a projetos de investimento e a iniciativas que tenham em vista: a regeneração e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo; a valorização turística do património cultural e natural do país, promovendo condições para a desconcentração da procura; a redução da sazonalidade; a criação de valor. Alargando assim também para projetos que tenham em vista a recuperação de ativos das empresas do turismo afetados pelos incêndios, incluindo a reparação de instalações e a substituição de equipamentos danificados, deduzindo as indemnizações recebidas.

2.3. Desastre natural – Incêndios Florestais

Os incêndios florestais continuam a ser eventos que afetam várias regiões do globo dada a sua complexidade para se prever e, por conseguinte, pela falta de dados organizados para a perceção de perdas derivadas destes acontecimentos.

Tedim, Leone e McGee (2020), apresentam como exemplo Estados Unidos da América, que embora seja um país com uma aposta profunda no desenvolvimento de tecnologia, não conta com uma base de dados nacional com este tipo de informações. Ainda a nível internacional das bases de dados existentes contém poucos dados o que compromete a perceção da realidade. Outra das fraquezas mencionadas por Tedim *et al.* (2020), é o facto de nestas ferramentas apenas serem registadas as mortes imediatas provocadas pelos fogos e deixando de parte as perdas provocadas por consequência da existência destes fogos, nomeadamente a inalação de fumos. Na Europa durante um incêndio a prioridade é atacar as chamas e quando essa estratégia não é possível, então retirar a população da zona de risco e só em último recurso a evacuação. Por outro lado, na América do Norte e na Austrália, as políticas relacionadas com incêndios já são direcionadas para a proteção de propriedades, proteção pessoal e avisos ou campanhas de alerta para o risco do evento. Isto faz com que a população tenha tempo necessário para evacuar de forma segura as suas casas. Para Tedim *et al.* (2020), existe momento antes, durante e pós evento que devem ser tidos em consideração tanto pelas autoridades, assim como pela população.

Para estes, o momento “antes evento” é considerado o período temporal indeterminado, que por consequência deve ser para prevenir o máximo a ocorrência de incêndios florestais, sendo o momento de preparar a população para se defender, criar regulamentação/planos de emergência, e interpretação dos níveis de incêndio.

Durante a ocorrência do evento, é foco destes autores a paragem de todas as atividades e o aproveitamento de recursos humanos da melhor forma para combate aos fogos. Realçam ainda a importância de um alerta com antecedência para se combater e antecipar às chamas, assim o levantamento de informação sobre o território que sofre o incêndio e a direção dos ventos. Por último e se necessário então a forma de notificar, evacuar e assistir a população para que se possam refugir em áreas seguras.

Para finalizar, no pós evento, há a existência de traumas tanto para a população como para os profissionais que combateram o incêndio, bem como o momento de perceção de estragos e custos causados pelo evento, a preparação de um relatório para em futuras ocasiões se minimizar os estragos, a criação de planos de recuperação das regiões, o apoio à comunidade local para recuperação do seu quotidiano e a criação de um sistema de angariação de fundos e donativos para que os apoios sejam atribuídos equitativamente. Tedim *et al.* (2020), concluem que a sociedade tem de envolver-se e interessar-se mais a cooperar com as autoridades nos incêndios florestais. As autoridades podem até ter os planos para as três fases mencionadas anteriormente, mas só a população local tem a capacidade de recuperar e dinamizar determinadas áreas onde a capacidades de preparação para eventos não é suficiente, sendo que só com a cooperação de ambas as partes (autoridades e população local), é possível reduzir os estragos causados.

2.3.1. O turismo e os incêndios florestais: Impactos em Portugal

Portugal pela sua localização geográfica privilegiada e pela diversidade paisagística, apresenta motivações para o crescimento constante da atividade turística. Esta atividade, segundo a World Travel & Tourism Council, representava em 2019 cerca de 19,1% do Produto Interno Bruto português, sofrendo quebras apenas em 2020 e 2021 devido à pandemia de Covid-19. Ainda assim, verificando o histórico de Portugal em incêndios, este país tem vindo a sofrer grandes catástrofes que atingem direta e indiretamente o turismo.

Em 2016, como retratado por Couto (2021), a ilha da Madeira sofreu um evento de incêndio florestal de grande dimensão, provocando o fecho total da ilha dada a incerteza quanto à segurança da utilização de aviões e barcos para evacuar a população. Já em 2018, conforme referenciado por Couto, Andrade, Salgado & Serra (2021), o incêndio na Serra do Monchique obrigou a evacuação de diversas unidades hoteleiras dado o receio existente das chamas se aproximarem demasiado.

Num contexto do impacto dos incêndios florestais no turismo, diversos estudos demonstram que os principais fatores destes eventos extremos têm como fonte, embora não seja motivo único, as alterações climáticas, sendo um desafio calcular os impactos e perdas na economia local devido a estes eventos. Otrachshenko & Nunes (2021) focam-se nas previsões dos custos dos incêndios no turismo para a economia portuguesa a curto e médio prazo, nomeadamente para 2030 e 2050, utilizando uma amostra de 278 municípios, e os dados de 2000 a 2016. As previsões dos autores apresentam uma redução acentuada do turismo nas zonas de área ardida, sendo que o turismo doméstico sofrerá uma redução de 2% até 2030 e poderá duplicar esta redução até 2050. Acompanhando esta queda, o turismo internacional sofrerá uma diminuição de 0,5% até 2030 e poderá atingir 1% em 2050. O estudo utilizou dois modelos para estimar a relação entre áreas ardidas e chegadas de turistas em determinado município, e num segundo momento as áreas ardidas, a precipitação e a temperatura. Para isto ser possível os autores recolheram os dados do INE - Instituto Nacional de Estatística (2019) sobre o número de chegadas de turistas, a dimensão de área ardida, a densidade populacional, e a taxa de criminalidade referente aos 278 municípios. Os resultados obtidos demonstram a redução acentuada de visitantes ao longo dos anos. Estes dados são importantes para perceber o tempo que o turismo local demorará a recuperar após cada evento, tendo em conta que para pesquisas futuras os autores sugerem que se abranja outros setores que certamente sofrem com estes eventos

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Após a constatação, na revisão bibliográfica, que as catástrofes naturais podem ter efeitos bastante significativos nos destinos turísticos afetados é necessário desenvolver um estudo empírico para perceber que impactos os incêndios de Outubro de 2017 tiveram no Concelho de Arganil e Pampilhosa da Serra. Este será apresentado nos próximos tópicos, que determinam o desenho de um percurso metodológico. Assim, procede-se a uma descrição das diferentes fases que integram o planeamento e a realização do estudo empírico: formular a questão de investigação, os objetivos e a finalidade do estudo, proceder à caracterização e à justificação da opção metodológica adotada; apresentar a unidade de caso estudada; caracterizar as principais estratégias e instrumentos para a recolha de dados bem como os processos de validação e fiabilidade dos dados recolhidos.

3.1. Apresentação e relevância do problema

A região centro de Portugal tem vindo a crescer ao nível do turismo com um aumento de visitantes ao longo dos últimos anos, sendo que o ano de 2017 foi bastante positivo para a região (INE, 2018). Neste mesmo ano a região centro foi afetada por uma catástrofe natural, os incêndios de Junho e Outubro, incêndios que afetaram grande parte da área natural de inúmeros concelhos da zona centro. Para este estudo específico foi escolhido especificamente o impacto dos incêndios florestais de Outubro de 2017 no concelho de Arganil e Pampilhosa da Serra no setor do turismo e também perceber que medidas podem ser feitas para contribuir para a sua mitigação.

Como foi referido anteriormente o ano de 2017 foi um ano bastante positivo para o Turismo do Centro, segundo o mesmo e dados do INE entre janeiro e dezembro de 2017 registaram-se 5.654.683 dormidas no Centro de Portugal, o que representa um crescimento de 14,52% em relação ao total de 2016, que tinha sido de 4.937.900. No entanto, este números, pecam por defeito, uma vez que estes dados não incluem todos os alojamentos turísticos, ocultando o turismo de

habitação, o turismo em espaço rural e o alojamento local (unidades que assumem um peso muito grande nas opções de quem visita esta região). Para melhor perceber o impacto destes alojamentos no Centro de Portugal, atente-se nas contas de 2016. Quando se juntaram as dormidas provenientes de turismo de habitação, turismo em espaço rural e alojamento local aos números do INE desse ano, obteve-se um total de cerca de 5,6 milhões. Desta forma, pode afirmar-se com segurança que, relativamente aos números de 2017, depois de somados os números dos alojamentos alternativos, o número de dormidas no Centro de Portugal terá ultrapassado largamente os 6 milhões (Turismo do Centro de Portugal, 2018).

Já no ano de 2018 o crescimento abrandou, este abrandamento deve-se ao ano 2017 ter sido o ano da visita do Santo Padre e o Centenário das Aparições e estes eventos terem feito disparar os recordes da região, segundo o Turismo do Centro esse abrandamento aconteceu na fase inicial do ano, mas os últimos meses do ano foram de franca recuperação, tanto a nível de turismo interno como de visitantes de fora do país.

Devido a estes factos de crescimento é imprescindível perceber se este crescimento foi notado ou visível no concelho de Arganil e Pampilhosa da Serra após os incêndios, e para perceber que impacto obteve no turismo da região e pessoas ligadas a este sector. Assim é necessário analisar o que existia no setor do turismo antes dos incêndios de Outubro de 2017, ou seja, analisar em que situação se encontrava o concelho pré-catástrofe e de seguida analisar a situação em que se encontra agora (pós-catástrofe) para assim se poder averiguar os impactos destes nestes concelhos fazendo uma comparação. Numa fase final do estudo pretende-se também averiguar que iniciativas foram tomadas ou poderão ser tomadas para atenuar estes impactos e não perder o crescimento turístico da região.

Neste âmbito, são então formuladas duas questões de partida para este trabalho empírico:

- Qual o impacto dos incêndios florestais de Outubro de 2017 no concelho de Arganil e Pampilhosa da Serra no sector do turismo?
- Que contributos foram e podem ser utilizados para mitigar esse mesmo impacto?

A partir da questão colocada, definimos os objetivos gerais e os objetivos específicos que funcionarão como fios condutores da investigação e que passamos a distinguir:

Objetivos Gerais:

- Estudar os impactos dos incêndios florestais de Outubro de 2017 nos concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra
- Averiguar quais as medidas tomadas para mitigar os impactos sentidos nesta região

Objetivos Específicos:

- Conhecer aprofundadamente o mercado turístico da região
- Analisar a perceção dos agentes locais relativamente ao impacto no sector do turismo
- Estudar concretamente o impacto dos incêndios de 2017 no concelho de Arganil e no concelho da Pampilhosa da Serra no setor do Turismo identificando também aspetos sociais, económicos e demográficos.
- Estudar as medidas implementadas após os incêndios para atenuar o impacto no turismo

Para se poder chegar aos objetivos anteriores será criado um plano de investigação, que muito resumidamente se irá basear nos pontos seguintes: pesquisa bibliográfica exaustiva; estudo de mercado da região; visitas de campo e participação em reuniões de Câmara e Freguesias; contacto pessoal com empresas e pessoas ligadas ao setor turístico afetadas; entrevistas a detentores

de empresas de atividades turísticas e de estabelecimentos turísticos para perceber a sua situação pré e pós incêndio.

3.2. Opções Metodológicas

Para conseguir dar resposta a todas estas questões e concretizar os objetivos referidos anteriormente é necessário seguir certas etapas, começando por escolher o melhor método de estudo. Segundo Hill e Hill (2000) a investigação empírica é uma investigação onde se fazem observações para compreender melhor o fenómeno a estudar, portanto esta investigação empírica deve ser desenvolvida através de uma estrutura objetiva e claramente bem definida, quanto ao suporte teórico, caminho e método a prosseguir, visando desta forma obter uma ou mais respostas aos problemas em análise. Uma investigação também pode ser definida como o melhor processo de chegar a soluções fiáveis para problemas, através de recolhas planeadas, sistemáticas e respetiva interpretação de dados. É uma ferramenta da máxima importância para incrementar o conhecimento e, deste modo, promover o progresso científico permitindo ao Homem um relacionamento mais eficaz com o seu ambiente, atingindo os seus fins e resolvendo os seus conflitos.

Começamos então por definir metodologia, segundo Vilela (2009), esta consiste em estudar e avaliar vários caminhos disponíveis e as suas utilizações. Corresponde a um conjunto de procedimentos que contribuem para a obtenção do conhecimento. Deste modo, o desenvolvimento de uma metodologia pressupõe um conjunto de métodos e de técnicas que se aplicam no processo de investigação com o objetivo de construir uma solução potencial para o problema em análise. Para Kerlinger (1980) a metodologia significa maneiras diferentes de fazer coisas com propósitos diferentes, ou seja maneiras de formular problemas, hipóteses, métodos de observação e recolha de dados, medida de variáveis e técnicas de análise de dados. No entanto, como o mesmo autor refere, a metodologia inclui também aspetos da filosofia da ciência, pressupondo uma constante atitude de análise crítica, sobretudo quando tal análise assume a forma de uma crítica epistemológica dos conceitos utilizados, no quadro de uma investigação.

Segundo Yin (2005) uma das importantes metodologias de pesquisa é o estudo de caso que articula procedimentos de natureza qualitativa e quantitativa, tornando-se um dos métodos mais adequados à compreensão, exploração e descrição de acontecimentos e contextos complexos como os que são inerentes aos fenómenos sociais. É necessário então perceber o estudo de caso que se define como uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente delimitados (Yin 2005), o investigador procura o “como” e o “porquê” de fenómenos ou procura encontrar interações entre fatores relevantes de um determinado contexto para aprender a dinâmica de um fenómeno, de um programa ou de um processo.

Assim existem duas abordagens que seriam consideradas para estudar este tema, a abordagem quantitativa e a qualitativa. A pesquisa quantitativa é uma modalidade de pesquisa que atua sobre um problema humano ou social, é baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com o objetivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não, enquanto a abordagem qualitativa procura entender fenómenos humanos, procurando neles obter uma visão detalhada e complexa por meio de uma análise científica do pesquisador, este tipo de pesquisa preocupa-se com o significado dos fenómenos e processos sociais.

A abordagem qualitativa, por seu lado, baseia-se no modelo indutivo e é fundamentada na fenomenologia. Uma das razões principais para a realização de uma pesquisa qualitativa é que o estudo é exploratório (Creswell, 2008) que utiliza estratégias de pesquisa como narrativas, fenomenologias, etnografias ou estudos de caso. O método qualitativo permite completar lacunas no conhecimento existente, bem como consolidar as situações em que são detetadas inconsistências nomeadamente entre o que a teoria prevê e os resultados da investigação realizada. Todavia, e apesar de existir esta distinção entre o paradigma quantitativo que segue o positivismo e o qualitativo que segue a fenomenologia, os métodos não são exclusivamente parte de uma tradição de pesquisa ou paradigma. Refira-se que a questão da pesquisa qualitativa foi, durante algum tempo, o centro de debate das ciências sociais. Ultimamente, a discussão sobre a pesquisa qualitativa ganhou um maior destaque na investigação em turismo.

Franklin e Crang (2001) expressam essencialmente três preocupações com a investigação turística. O primeiro problema com os estudos do turismo está no facto do seu objeto de investigação ter crescido de uma forma rápida e dramática e a comunidade académica de investigação turística ser relativamente nova. O crescimento do turismo como negócio e como fenómeno social fez com que os investigadores tivessem problemas em acompanhar tal desenvolvimento, levando a uma situação na qual se limitaram a registar essa expansão impressionante, produzindo uma enorme quantidade de exemplos, estudos de caso e variações (Franklin e Crang, 2001). Os autores argumentam que os estudos turísticos têm sido dominados por um trabalho orientado por políticas e patrocinados pela indústria e, portanto, a análise tende a internalizar prioridades e perspectivas direcionadas para a indústria deixando, desta forma, o sujeito da pesquisa aos imperativos das políticas.

Analisando o estudo de caso e o tema apresentado, o processo que seria então mais adequado para fazer este estudo seria uma abordagem qualitativa, apesar de se recorrer também a uma recolha de dados secundários numa fase inicial, dados já processados, normalmente vindos de pesquisas oficiais e/ou outras fontes credenciadas. Como afirmam Bogdan e Biklen (1994) uma abordagem qualitativa requer que os investigadores desenvolvam empatia com os participantes no estudo e que façam esforços concentrados para compreender vários pontos de vista. O objetivo não é o juízo de valor, mas sim, o de compreender o ponto de vista dos sujeitos e determinar como e com que critério eles o julgam, o que neste contexto se insere perfeitamente por ser um tema com uma certa sensibilidade, visto que os incêndios de Outubro de 2017 tiveram um grande impacto psicológico na população. A pesquisa qualitativa pode ser também definida como um processo de investigação e entendimento baseado em tradições de investigação metodológicas que exploram o problema humano e social. O investigador constrói um quadro complexo e holístico, analisa palavras, reporta detalhadamente as visões de informantes e conduz o estudo num campo natural, e preocupam-se mais com a compreensão e a interpretação sobre como os fatos e os fenómenos se manifestam do que em determinar causas para os mesmos (Serrano, 2004). Já no turismo, a investigação qualitativa consiste numa estratégia usada para responder a questões sobre os grupos, comunidades e interações humanas, e tem uma finalidade descritiva dos fenómenos de

interesse ou previsão dos fenómenos turísticos, ou dos comportamentos humanos e a sua relação com o turismo (OMT, 2001). Portanto, a abordagem qualitativa oferece um grande potencial, ajudando-nos a compreender as dimensões humanas da sociedade, o que inclui as implicações sociais e culturais do turismo.

Considerando as características referidas por Bogdan e Biklen (1994) como ligadas a uma investigação qualitativa pode-se nomear as que estão inerentes a este estudo:

-
- A fonte direta de dados é o ambiente natural. Uma vez que se assume que o comportamento humano é significativamente influenciado pelo contexto em que ocorre, entende-se que as ações poderão ser melhor compreendidas se observadas no seu ambiente natural de ocorrência. O instrumento principal de “recolha de dados” é o investigador. O instrumento chave da análise é, por isso, o entendimento que o investigador tem sobre os dados e sobre o contexto em que estes são recolhidos e complementados pela informação resultante do contacto direto do investigador com o ambiente de recolha.
-
- Os dados recolhidos são predominantemente descritivos. Estes podem assumir a forma de palavras ou imagens. A recolha de dados descritivos permite uma abordagem minuciosa, em que nada é considerado trivial e passível de ser deixado ao acaso.
-
- O processo é mais relevante que os resultados ou produtos. Destaca-se a necessidade de compreensão pelo investigador de como se desenvolve a relação do objeto em estudo com as suas atividades, procedimentos e interações.
-
- Os dados são analisados de forma indutiva. Os dados recolhidos não têm como função a verificação de hipótese, sendo a inter-relação dos dados a fonte de construção das teorias, mesmo partindo de um quadro teórico de base. Toda a investigação é baseada numa orientação teórica. A recolha de informação, sendo orientada pelo quadro teórico de referência, revela a necessidade de ajustar, especificar ou até reformular este quadro, tornando-o um guia de observação do real mais eficaz e preciso (Almeida & Pinto, 1986). Durante todo o processo

investigativo existe uma interação entre a teoria e a pesquisa empírica, uma retroação mútua (Vieira-Tenreiro, 1999).

- O significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Os investigadores privilegiam a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação, interessando-se pelo modo como as pessoas atribuem significado às coisas e às suas vidas, e em aprender as suas perspectivas como participantes.

Assim neste estudo serão recolhidos dados secundários, no qual serão analisados todos os dados e estatísticas já publicadas para formar a base de estudo e para perceber em que situação se encontrava ambos os municípios antes dos incêndios de 2017. Após esta pesquisa detalhada será feita então a recolha de dados primários através de entrevistas, pois as pesquisas qualitativas interessam-se mais pelos processos do que pelos produtos (Bogdan e Biklen, 1994) e deste modo, entre as técnicas de pesquisa qualitativa, a técnica de entrevista e a observação participante são algumas das que melhor dão resposta às características anteriormente referidas (Serrano, 2004). Esta técnica de recolha de dados coloca o investigador em contato direto e pessoal com os indivíduos e permitem compreender com detalhe o que eles pensam sobre determinado assunto ou fazem em determinadas circunstâncias. Serrano (2004) refere que interessa conhecer as realidades concretas nas suas dimensões reais e temporais, o aqui e o agora no seu contexto social. Apesar disso, procura-se, nesta investigação, manter-se o foco especialmente no impacto no turismo, tentando manter o rigor e imparcialidade de forma a evitando assuntos pessoais e sociais, dada a sensibilidade do tema.

3.3. Processo de investigação e métodos usados - Plano de Investigação Empírico

Para se poder chegar aos objetivos pretendidos é então necessário criar um plano de investigação, descrever etapa por etapa de como se vai chegar à resposta para esse objetivo. Começando pela delimitação da unidade caso, o que exige habilidade de quem pesquisa em perceber quais os dados suficientes para chegar à compreensão do objeto como um todo. De seguida a recolha de dados que habitualmente requer uma pluralidade

de procedimentos de carácter quantitativo e qualitativo (observação e análise de documentos, entrevistas, aplicação de questionários, análise de conteúdo, levantamento de dados...). E por fim a seleção, análise e interpretação de dados que implica não só a consideração dos objetivos da investigação. Deve ser definido antecipadamente o seu plano de análise, considerando as limitações dos dados obtidos, sobretudo no referente à qualidade da amostra que, se for expressiva, possibilita a base racional para se fazerem generalizações a partir de dados. Caso contrário, os resultados devem ser apresentados em termos de probabilidades.

3.3.1. Entrevistas

Segundo Ludke e André (1986), a observação é um dos instrumentos básicos para a recolha de dados na investigação qualitativa. Na verdade, é uma técnica de recolha de dados, utilizando os sentidos, de forma a obter informação de determinados aspetos da realidade. Obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade, ajudando-o a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam o seu comportamento.

Assim descrevemos a entrevista como um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações (Ketele & Roegiers, 1999). A entrevista permite que a observação chegue mais perto da perspetiva dos sujeitos e a experiência direta ser melhor para verificar as ocorrências (Ludke & Andre, 1986), ou ainda o permitir a evidência de dados que não seriam possíveis de obter nas respostas a questionários. A amostra dos indivíduos a entrevistar deve ser selecionada segundo métodos representativos da população ou de oportunidade.

Uma entrevista estruturada é elaborada a mediante um questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e onde se mantém uma preocupação em não fugir a elas. O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças deverão refletir diferenças entre os respondentes e não a diferença nas perguntas

(Lakatos, 1996). Numa entrevista semiestruturada combinam-se perguntas abertas com perguntas fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas fá-lo num contexto semelhante ao de uma conversa informal. O papel do entrevistador é o de dirigir, sempre que achar oportuno, a discussão para o assunto que lhe interessa, fazendo perguntas adicionais para esclarecer questões que não ficaram claras ou para ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha “fugido” ao tema ou manifeste dificuldades com ele (Lakatos, 1996). Sendo este último o que se mais aplica à entrevista pretendida neste contexto.

Assim é necessário construir um guião de entrevista, este é um instrumento para a recolha de informações na forma de texto que serve de base à realização da entrevista propriamente dita. O guião é constituído por um conjunto, ordenado ou não, de questões abertas, semiabertas ou fechadas. Deve incluir uma indicação da entidade e/ou pessoa, data, local e título. Um texto inicial apresenta a entrevista e os seus objetivos, devendo ser lido ao entrevistado. O guião ainda pode conter notações que auxiliam a condução da entrevista.

No apêndice I encontra-se o guião de entrevista que foi aplicado neste estudo, que visa dar resposta aos objetivos descritos anteriormente e uma maior aproximação à realidade problemática. Este guião inicia-se com um conjunto de questões fechadas para identificação e caracterização da amostra, ou seja, para perceber que tipo produto é oferecido e identificar o entrevistado. De seguida engloba um conjunto de questões abertas divididas em 4 partes distintas, a situação pré-incêndio para perceber como se encontrava a situação do negócio, de seguida o momento em que ocorreram os incêndios e a dimensão do seu impacto no momento, a situação pós-incêndio a curto prazo, ou seja, os impactos imediatos no território e no negócio assim como ajudas imediatas, e por fim a situação pós-incêndio a longo prazo, onde se caracteriza o negócio após mais de um ano dos incêndios e que medidas foram implementadas durante esse período, assim como uma visão para o futuro. As entrevistas foram realizadas presencialmente e por chamada telefónica e em média tiveram uma duração de cerca de vinte minutos.

Após a realização das entrevistas estas foram transcritas manualmente na sua totalidade e estudadas no capítulo 6 “ Apresentação e Discussão de Resultados” dividindo em

tópicos correspondentes às perguntas. Este estudo foi realizado não recorrendo a qualquer programa de tratamento de dados, mas sim então recorrendo a essa divisão por tópicos e destacando o relacionado a cada tópico à mão das entrevistas transcritas.

3.3.2. Amostra

Antes de iniciar a discussão propriamente dita sobre amostra, é necessário perceber o que é população, para assim poder definir amostra. Segundo Karmel e Polasek (1974), a palavra “população” é aqui apresentada em seu sentido técnico, esta refere-se ao universo ou à totalidade das observações, da qual a amostra foi retirada.

Antes de tudo, é preciso garantir que a amostra ou amostras que serão usadas sejam obtidas por processos adequados. Se erros forem cometidos no momento de selecionar os elementos da amostra, o trabalho todo ficará comprometido e os resultados finais serão provavelmente bastante incorretos. É necessário garantir que uma amostra seja representativa da população. Isto significa que a não ser por pequenas discrepâncias verificadas à aleatoriedade, a amostra deve ter as mesmas características básicas da população, no que diz respeito às variáveis a serem pesquisadas, como média, desvio padrão, variância entre outras grandezas

A validade das conclusões sobre uma população depende do fato de a amostra ter sido escolhida adequadamente, de forma a representar a população suficientemente bem; um dos problemas importantes da inferência estatística é precisamente o da escolha da amostra.

Após a pesquisa sobre o conceito e os tipos de amostra, conclui-se que o método que mais se aplica a este estudo é utilização de uma amostragem não probabilística, definida como: “amostragens em que há uma escolha deliberada dos elementos da amostra. Não é possível generalizar os resultados da amostra para a população, pois amostras não probabilísticas não garantem a representatividade da população” (Martins, 2002,p.195). Dentro da amostragem não probabilística existem 3 grupos diferentes: amostragem acidental, que se trata de uma amostra formada por aqueles elementos que vão aparecendo, que podem ser obtidos até completar o número desejado de elementos da

amostra, geralmente utilizada em pesquisa de opinião em que os entrevistados são acidentalmente escolhidos. Amostragem intencional que é escolhido intencionalmente um grupo de elementos, conforme determinado critério, que irão compor a amostra; a amostragem por quotas que é a amostra que segue três passos pré-determinados. Que são: 1º) “Classificação da população em termos das propriedades que se sabe, ou se presume, serem relevantes para o estudo”. 2º) “Determinação da proporção (%) da população para cada característica (propriedade) relevante ao estudo”. 3º) “Fixação de quotas para cada observador, ou entrevistador, a quem cabe a responsabilidade de selecionar interlocutores, ou entrevistados, de modo que a amostra total observada ou entrevistada contenha iguais proporções de cada característica que está sendo avaliada”.

Neste estudo em concreto foi escolhida a modalidade de amostragem intencional, pois dentro de um número de alojamentos turísticos foram escolhidos especificamente certos alojamentos conforme a sua localização, disponibilidade e tipologia. Mais à frente será possível ver essa amostra, que é composta por 7 entrevistados, no subcapítulo “6.2. Identificação e Caracterização da Amostra” nas tabelas 16 e 17, em que foi atribuído um código a cada entrevista para manter o anonimato do entrevistado.

No próximo capítulo será então exposta toda a informação recolhida sobre o concelho de Arganil e Pampilhosa da Serra, a sua caracterização geral e da sua atividade no sector do turismo, sendo este tipo de recolha os dados secundários descritos anteriormente. Esta recolha de dados será feita através de pesquisa em documentos, *sites* relevantes e outras plataformas disponíveis.

CAPÍTULO 4 – CARATERIZAÇÃO GERAL DOS MUNICÍPIOS DE ARGANIL E DE PAMPILHOSA DA SERRA

Neste capítulo pretende-se estudar o caso em pormenor do impacto dos incêndios nos concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra no setor do turismo, ambos manifestam-se como um núcleo aglomerador de oferta turística em territórios de baixa densidade, daí o interesse do estudo dos incêndios e do seu impacto nas atividades económicas, sendo que aqui serão especialmente valorizados os recursos e os ativos turísticos. Esta é uma área rica em recursos naturais e culturais, os quais já foram aproveitados para estruturar vários produtos turísticos como museus, percursos pedestres, rotas temáticas, praias fluviais, redes de aldeias temáticas, entre outros. Todas as especificidades do território, permitem organizar uma oferta turística que pretende responder às necessidades do turista, proporcionando experiências únicas e diferenciadoras, seja no âmbito do turismo de contemplação, turismo de aventura, seja participando nas atividades agrícolas e pastorícias tradicionais, ou simplesmente provando um prato ou doçaria regionais dando expressão à experiência, à participação e à criatividade.

Para perceber esses impactos é necessário estudar o território e conhecer em que situação se encontrava antes dos incêndios de 2017, o momento do acontecimento e consequentemente em que situação se encontra o território neste momento. Para chegar a esses resultados é feita inicialmente uma descrição dos territórios e uma apresentação territorial dos mesmos, da sua população e da sua oferta turística.

De seguida, o foco no acontecimento em si, nos dias 7 e 15 de Outubro em que ambos os territórios foram cripticamente afetadas por incêndios florestais de grande dimensão, dando não só ênfase nas descrições feitas por relatórios oficiais de entidades superiores mas também baseadas em relatos pessoais de habitantes da região publicados em diversos canais media.

Por fim, conhecer os impactos que este desastre natural teve, não só no turismo mas também na economia em geral, na sociedade e no ambiente, pois apesar de serem concelhos diferentes apresentam características semelhantes em todos os setores referenciados anteriormente, o que os torna em dois casos de estudo possíveis de estudar em simultâneo, e em que as medidas de apoio foram idênticas após o acontecimento.

4.1. Caracterização do Concelho de Arganil

4.1.1. Enquadramento Geográfico e Demográfico

O concelho de Arganil pertence ao distrito de Coimbra e encontra-se inserido na região Centro (NUTS II), na sub-região de Coimbra (NUTS III). Este ocupa uma área de 33.283 ha (INE, 2017), composto por catorze freguesias: Benfeita, Celavisa, Cepos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Coja e Barril de Alva, Folques, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, São Martinho da Cortiça, Sarzedo, Secarias, e Vila Cova de Alva e Anseriz. O concelho faz fronteira com os concelhos de Tábua e Oliveira do Hospital a norte, Penacova e Vila Nova de Poiares a oeste, Góis e Pampilhosa da Serra a sul e Covilhã e Seia a este.

No concelho de Arganil a população estimada em 2016 era de 11.317 (INE, 2017). Na última década, os resultados dos Censos 2021 mostram que, apesar do contínuo aumento da população em Portugal, a região centro regista uma diminuição de 4,3%, fortemente influenciada pela diminuição da população dos concelhos do interior desta zona do País. A população continua a optar por se deslocar e fixar-se nos grandes centros urbanos.

CENSOS 2021 Contámos com todos					RESULTADOS PRELIMINARES			
Área Geográfica	C2011		C2021		Variação			
	Nº Alojamentos	Nº Indivíduos	Nº Alojamentos	Nº Indivíduos	Alojamentos		Indivíduos	
					Nº	%	Nº	%
0601 - Arganil	10 927	12 137	10 918	11 068	-9	-0,08	-1 069	-8,81
060102 - Arganil	2 452	4 002	2 515	3 824	63	2,57	-178	-4,45
060104 - Benfeita	697	394	714	415	17	2,44	21	5,33
060105 - Celavisa	339	182	313	143	-26	-7,67	-39	-21,43
060109 - Folques	469	356	457	342	-12	-2,56	-14	-3,93
060111 - Piódão	460	178	452	120	-8	-1,74	-58	-32,58
060112 - Pomares	826	509	812	431	-14	-1,69	-78	-15,32
060113 - Pombeiro da Beira	902	1 010	892	903	-10	-1,11	-107	-10,59
060114 - São Martinho da Cortiça	929	1 315	921	1 190	-8	-0,86	-125	-9,51
060115 - Sarzedo	546	685	520	637	-26	-4,76	-48	-7,01
060116 - Secarias	283	430	284	395	1	0,35	-35	-8,14
060119 - Cepos e Teixeira	466	270	456	198	-10	-2,15	-72	-26,67
060120 - Cerdeira e Moura da Serra	595	439	599	373	4	0,67	-66	-15,03
060121 - Côja e Barril de Alva	1 359	1 708	1 376	1 563	17	1,25	-145	-8,49
060122 - Vila Cova de Alva e Anseriz	604	659	607	534	3	0,50	-125	-18,97

Figura 2– Evolução da população presente por freguesias. Fonte: INE – Censos 2011 e 2021

Podemos, então, verificar na figura 2 que o valor da população, num período de 10 anos, obteve uma descida especialmente nas freguesias mais isoladas da Serra do Açor. Porém

as freguesias com melhores acessos com o exterior e com maior atividade económica, registaram um menor decréscimo populacional e apenas a Freguesia de Benfeita apresenta um aumento de população.

Um outro fator de relevante importância neste estudo é o envelhecimento da população no concelho. Segundo os Censos de 2021 (Pordata, 2023 - B) verificou-se um aumento nos grupos etários mais idosos e um decréscimo significativo na base da pirâmide etária, o que nos leva a concluir que no concelho de Arganil existe um envelhecimento da população, sendo que em 2011 para cada cem jovens existiam 269 idosos e em 2021 passaram a existir 330 idosos para 100 jovens. Devido ao envelhecimento da população e a esta ter pouco poder económico, existe um abandono e falta de gestão da propriedade rural, que levam às devidas consequências em termos de incêndios (PMDFCI 2018 – 2027)

Taxa de Alfabetização

Poderia considerar-se um fator não relevante ao caso de estudo, na verdade é bastante importante devido ao aumento de campanhas de sensibilização contra os incêndios e outros problemas ambientais. Tornou-se, assim, mais fácil disponibilizar e comunicar informação à população dado o número de pessoas analfabetas ter diminuído cerca de 50% no período entre 2011 - 2021 (Pordata, 2023 - B).

População por sector de atividade

Segundo a Pordata (Pordata, 2023 - B) as alterações demográficas no concelho de Arganil seguiram o panorama do resto do país. Em 1950, 80,68% do total de ativos do concelho, estavam empregados no sector primário (agricultura e pecuária), algo que mudou nos últimos anos, sendo que em 2021 a maioria da população ativa se inseria no sector terciário. Assim, o sector terciário é bastante significativo, apresentando um valor de mais de 50% da população ativa, em metade das freguesias, salientando, ainda, que o setor de turismo se insere neste sector.

4.1.2. Caracterização física do território

A caracterização física de qualquer território é importante para perceber que desastres naturais podem afetar o mesmo e que dificuldade poderá existir por exemplo para combater incêndios florestais.

O concelho de Arganil apresenta uma altitude média de 500 metros (ICNF, 2017) e apresenta diferentes altitudes entre a zona oeste e a zona este, a zona do Alva e a zona do Açor respetivamente. A zona do Alva varia entre os 70 e os 400 metros de altitude enquanto a zona do Açor apresenta altitudes mínimas de 400 metros, atingindo-se as máximas na Serra da Cebola, com 1.410 metros, o que torna o concelho bastante heterogéneo em paisagem e recursos (ICNF, 2017)

As zonas referidas anteriormente também são diferenciadas pelos seus declives. A zona do Alva apresenta um declive mais suave, entre os 10 e os 20% (5,7º e os 11,3º), existindo também declives acima dos 40% associados às proximidades de linhas de água e do Rio Alva. Já a zona do Açor apresenta na maioria do seu território declives superiores a 40% (21,8º), são evidentes alguns declives muito acentuados (superiores a 50% (26,6º) associados a linhas de água.

Este concelho é também composto por inúmeras linhas de água, sendo o Rio Alva o curso de água mais marcante (tributário do Mondego). São tributárias do Alva diversas ribeiras e linhas de água no concelho: Ribeira da Aveia, Ribeira de Folques, Ribeira da Mata, Ribeira de Celavisa e Ribeira de Pomares, entre outros cursos menores permanentes e não permanentes. Outro curso de água com grande destaque no concelho, é o Rio Ceira que estabelece a divisão com o concelho de Pampilhosa da Serra, tendo este como linhas tributárias no concelho: a Ribeira de Parrozelos, a Ribeira da Fórnea e a Ribeira do Moinho entre outras. No concelho também existem duas barragens: a barragem das Fronhas e a barragem do Alto Ceira.

4.1.3. Caracterização climática

A plataforma da Beira encontra-se aberta à passagem de massas de ar marítimo. O clima do concelho de Arganil caracteriza-se por uma influência marcadamente mediterrânea, atenuada pela interferência oceânica, assim como pela altitude (Lourenço, 2007).

As variações de altitudes implicam que haja temperaturas mais homogéneas, maior quantidade de vegetação, menor nível de precipitação e ventos com menor intensidade nas zonas de menor altitude (zona do Alva em Arganil). Nas zonas mais montanhosas verificam-se temperaturas mais heterógenas, menor quantidade de vegetação, maior nível de precipitação e ventos mais intensos (zona do Açor em Arganil) (ICNF, 2017).

Segundo o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios (2018-2027), as alterações climáticas são perceptíveis na última década, as estações do ano apresentam-se cada vez mais inconstantes, com extensos períodos de ausência de precipitação e temperaturas acima da média ao longo de todo ano, factos que são difíceis de caracterizar ao pormenor devido à inexistência de dados meteorológicos mais antigos.

Segundo o Gabinete Técnico Florestal (2018) que recorreu à publicação “O Clima de Portugal – Normais Climatológicas da Região de Entre Douro e Minho e Beira Litoral, correspondentes a 1951-1981” do Instituto de Meteorologia, o concelho de Arganil é diversificado quanto aos valores de temperatura registados, apresentando temperaturas médias anuais de 15,8°C (ICNF, 2017) sendo que as temperaturas mínimas correspondem à zona do topo da Serra do Açor. Os valores máximos são obtidos nos meses de verão (julho, agosto e setembro) com temperatura máxima superior a 25 °C, o que faz aumentar o risco de incêndio nesses meses.

Já a precipitação média anual, varia consoante a altitude: na zona a oeste da linha que une Arganil e Coja (zona de menor altitude), a precipitação média anual ronda os 1000mm e os 1200mm, enquanto a este da linha (zona de maior altitude), os valores variam entre os 1200mm e os 1600mm. Os períodos secos correspondem aos meses de julho e agosto, dados apresentados quer pelo posto udométrico de Fajão (Pampilhosa da Serra), quer pelo posto udométrico de Lousã/Mondego. Março, abril e maio são os correspondentes ao período estival.

Os ventos dominantes sopram de este, 36,5% frequência média registada para todo o ano na estação meteorológica de Lousã – Boavista. Durante os meses de junho, julho e agosto a direção predominante dos ventos é de oeste-sudoeste. Nestes mesmos meses também é frequente ocorrerem ventos quadrantes sendo estes caracterizados por serem secos e quentes, intensos e constantes ao longo de períodos pequenos de tempo, sendo acompanhados de rajadas violentas.

4.2. Caracterização do Concelho da Pampilhosa da Serra

4.2.1. Enquadramento Geográfico e Demográfico

O concelho de Pampilhosa da Serra localiza-se na Região Centro, pertence ao distrito de Coimbra e situa-se na zona do Pinhal Interior Norte. No que se refere ao enquadramento nas zonas do Instituto Florestal, o concelho de Pampilhosa da Serra pertence à Direção Regional de Florestas do Centro e Unidade de Gestão Florestal do Pinhal Interior Norte.

Durante a década de 40 a Pampilhosa da Serra cresceu demograficamente, fruto da exploração mineira de volfrâmio, matéria-prima fundamental para indústria de guerra. A partir da década de 60, o concelho da Pampilhosa da Serra viu partir muitos dos seus conterrâneos para os grandes centros urbanos do País e do Estrangeiro. Esta forte migração explica a baixa taxa de população residente no Concelho que, e de acordo com os censos de 2021, a população atual é cerca de 4 083 habitantes, tendo assim o concelho perdido cerca de 400 habitantes desde 2011 como mostra a figura seguinte.

Sexo	H			M			Total		
Município	2021	2011	Var.	2021	2011	Var.	2021	2011	Var.
Pampilhosa Serra	1 903	2 065	-7.8%	2 180	2 416	-9.8%	4 083	4 481	-8.9%
Total	1 903	2 065	-7.8%	2 180	2 416	-9.8%	4 083	4 481	-8.9%

Figura 3 – População residente na Pampilhosa da Serra. Fonte: PORDATA, 2023 - A

Assim como o concelho de Arganil, Pampilhosa da Serra segue o mesmo percurso, sendo que a população idosa representa a maioria, por cada 100 jovens existem, 693 jovens

(PORDATA, 2023 - A), caracterizando assim a população como envelhecida, tendência geral para regiões rurais como esta.

Taxa de Alfabetização

Analisando os dados de 2021 do analfabetismo do concelho, verifica-se uma diminuição de cerca 49,9% comparativamente ao ano de 2011, o que vai ao encontro da caracterização da população residente por níveis de ensino, apresentando maiores níveis de instrução. Esta melhoria deve-se especialmente à mudança das leis do ensino obrigatório assim como os jovens procurarem níveis de escolaridade cada vez mais elevados, outra tendência visivelmente significativamente nas regiões rurais (PORDATA, 2023 - A).

População por sector de atividade

O Sector Primário tem uma maior expressão nas freguesias de Machio e Portela do Fojo e o setor terciário apresenta uma maior representatividade nas freguesias de Pampilhosa, Vidual e Pessegueiro. É notório o abandono do sector da agricultura no concelho, existe praticamente só agricultura de subsistência, especialmente praticada por reformados que carecem dessa atividade para complementar as suas reformas baixas (PMDFCI, 2018). O sector terciário apresenta os valores mais altos de 73,7% da população ativa (PORDATA, 2023 - A).

4.2.2. Caracterização física do território

O concelho da Pampilhosa da Serra pode ser dividido em duas áreas, a zona do Alto Concelho por apresentar características mais montanhosas e rochosas e o Baixo Concelho, zona de baixa elevação junto aos percursos de água do rio Zêzere. O Alto Concelho abrange principalmente as Freguesias de Cabril, Fajão, Unhais-O-Velho e Vidual, onde se localiza o ponto mais alto do Concelho, o Pico de Cebola a 1418 m de altitude que é também o ponto mais alto da zona do pinhal. A altitude média do Alto do Concelho é de 981 m. O Baixo Concelho engloba as Freguesias de Dornelas do Zêzere, janeiro de Baixo, Machio, Pampilhosa da Serra, Pessegueiro e Portela do Fojo. Esta zona não apresenta grande relevo e geologicamente é constituída por xistos argilosos, que formam

serras e cumes arredondados. A cadeia montanhosa mais evidente apresenta uma serra cujas cotas variam entre os 436 m e os 851 m nos Padrões (Portela do Fojo) e Cabeça da Urra (Pampilhosa da Serra) respetivamente. A altitude média do Baixo Concelho é de cerca de 700 m (PMDFCIPS – 2019).

Pode-se afirmar que cerca de 70,8% da área total do Concelho tem declives entre os 20% e 45% e cerca de 13,4% com declives superiores a 45 %, tornando muito difícil tanto o combate aos fogos florestais, como a tomada de medidas que diminuam o risco de incêndio (PMDFCI ,2018).

Da mesma forma que a inclinação do terreno é um fator relevante, também a sua exposição é um fator muito importante na propagação do incêndio. Como norma geral as encostas viradas ao sol estão mais secas e têm menos combustíveis que as de sombra. Quanto ao Concelho, as exposições predominantes estão voltadas ao Sol com cerca de 20 548ha, aproximadamente 50% da área do Concelho. As áreas sombrias com 8626ha, representam 22% da totalidade do Concelho, caracterizando-se como locais mais húmidos e com um desenvolvimento de vegetação superior (PMDFCI, 2018).

No concelho, estão representadas áreas pertencentes a duas bacias hidrográficas de dois afluentes – o Rio Ceira (afluente do Mondego) e o rio Zêzere (afluente do Tejo). A bacia que ocupa maior área, refere-se ao Zêzere e equivale a cerca de 70% da área total. Existem no Concelho três importantes barragens: a Barragem do Cabril, de maiores dimensões, a Barragem de Sta. Luzia a norte do concelho e existe ainda uma pequena barragem, a do Alto Ceira (PMDFCI, 2018).

Deverá ainda ser salientada a riqueza de pequenas linhas de água permanentes durante todo o ano. O facto do Rio Zêzere banhar o Concelho com um leito muito sinuoso, origina uma extensão de contacto com o rio em cerca de 50km. Podemos afirmar que o concelho de Pampilhosa da Serra, pelas suas três importantes massas de água, se encontra em ótimas condições, sobretudo para abastecimento aéreo, aquando da necessidade de combate a incêndios.

4.2.3. Caracterização climática

A temperatura varia de região para região e de local para local. A sua variação deve-se fundamentalmente aos fatores fisiográficos, nomeadamente o relevo (altitude e exposição), a natureza do solo, o seu revestimento, a proximidade de grandes superfícies de água e ao vento. As temperaturas mais elevadas, ocorrem nos três meses de julho, agosto e setembro, coincidindo com o período de menos precipitação e humidade relativa, proporcionando maior risco de incêndio (PMDFCIPS – 2019).

Pode-se afirmar que o mês do ano onde ocorre maior precipitação é janeiro, e os meses de junho e julho registam menor precipitação, coincidindo com o registo de maior temperatura, logo propícios para a ocorrência de incêndios.

Os ventos locais ocorrentes dentro do Concelho no período estival são determinantes para a deflagração dos incêndios. Em condições gerais a situação mais frequente na latitude de Pampilhosa da Serra é a ocorrência de “nortada” (vento do quadrante nor-noroeste). Este fator resulta da circulação contornante da Península Ibérica, associada à fixação do Anticiclone dos Açores, a nordeste do arquipélago. Nestas condições os incêndios raramente alcançam grandes proporções. A situação mais perigosa acontece quando se verifica a interrupção da superfície contornante, gerando-se um intenso fluxo do quadrante. Este possui uma massa de ar muito quente e seco que caminha do interior para as regiões costeiras. O vento originado nestas condições é suficientemente intenso para neutralizar a brisa marítima, mas reforça a fraca brisa terrestre noturna. Os incêndios que deflagram nestas condições podem assumir grandes proporções porque conjugam uma intensidade de vento com a menor capacidade dos meios de combate, sobretudo dos aéreos (PMDFCI, 2018).

4.3. Caracterização Turística dos Concelhos

Os concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra, inserindo-se na Região Centro, pertencem a um grupo de localidades com indicadores turísticos particularmente baixos, comparativamente a outras regiões de Portugal, onde o turismo apresenta um papel mais ativo e em massa. Contrapondo-se ao turismo de massas, o turismo de nicho emergiu

como resposta a um aumento da procura turística mais consciente, identitária e autêntica que exige produtos turísticos específicos e que se opõe à oferta estabelecida pelo mercado de massas (Novelli, 2005). É, pois, neste panorama que o território em estudo se insere, assumindo-se como um destino de nicho, justamente por apresentar especificidades que se traduzem numa oferta turística que vai ao encontro das necessidades do novo turista, como o define Poon (1993).

Neste sentido, o território detém vários ativos importantes que o diferenciam e representam, a potencialidade de o posicionar como destino de nicho, associado a qualificadores turísticos, como afirma a Estratégia para o Turismo (2027). Realçando os elementos que apelam essencialmente aos sentidos, destacando-se a natureza e a beleza paisagística que esta proporciona, a cultura local que vai desde o património edificado e espólios arqueológicos, à gastronomia, costumes e tradições, e às próprias pessoas que, no mundo globalizado, cada vez mais impessoal, se destacam pela sua simplicidade, hospitalidade e autenticidade.

Apesar de os dois concelhos serem distintos entre si, oferecendo diferentes recursos, património natural e cultural, o tipo de turismo oferecido insere-se na mesma tipologia, passando pelo turismo cultural, turismo rural, turismo de aventura e turismo ambiental.

Existem ainda localidades no território que, pela sua singularidade e peculiaridades arquitetónicas e de organização no espaço, se constituem elas próprias como atrações turísticas. O principal exemplo será a aldeia do Piódão, no concelho de Arganil, conhecida como a aldeia-presépio, devido à distribuição das suas casas de xisto em anfiteatro. O Piódão situa-se na encosta da Serra do Açor, em local de difícil acesso, mas rodeado de uma beleza paisagística única. A aldeia, pertencente à rede das Aldeias Históricas de Portugal, recebe turistas de todo o mundo, devido à recuperação da sua arquitetura original e à natureza circundante.

Existem, ainda, quatro aldeias do território integradas na rede das Aldeias do Xisto, geridas pela Agência para Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR) que se estende por 16 concelhos do Centro de Portugal. Pampilhosa da Serra conta com duas aldeias do xisto: Fajão e Janeiro de Baixo, no Concelho de Arganil existem duas aldeias de xisto: Benfeita e Vila Cova de Alva.

4.3.1. Património Natural

Os dois concelhos têm como pontos fortes o seu meio natural e beleza paisagística, que influenciam profundamente o desenvolvimento turístico. O território é rodeado por serras e a sua composição física varia entre vales com cursos de água únicos, planaltos que oferecem vistas panorâmicas para as serras em redor e montanha de grande altitude. A particularidade de residir no território em estudo, deu-me um diferente acesso a todos estes locais, e de experienciar na totalidade o seu quotidiano. Assim, a presença no território, bem como a pesquisa do património em websites das Câmaras Municipais permitiram-me perceber quais os locais de maior valor natural. Salientam-se como locais de interesse turístico, pelos seus recursos naturais ou beleza paisagística, os seguintes:

-
- A Serra do Açor que abrange ambos os concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra, destacando-se a Mata da Margaraça que, devido à sua riqueza biogenética fauna e flora primitiva é única no país;
-
- A Fraga da Pena, local composto por cascatas, em plena Área Protegida da Serra do Açor, cenário natural único e encantador para muitos turistas;
-
- O Rio Ceira que nasce na Serra do Açor e funciona como fronteira entre ambos os concelhos, ou seja, ambos usufruem das suas margens para praias naturais, fazendo também um ponto de encontro de investimento turístico conjunto;
-
- Os Meandros do Rio Zêzere, classificados como geossítio pela Unesco, onde é possível observar algumas das mais belas paisagens de toda a Grande Rota do Zêzere, a garganta quartzítica, as Aldeias do Xisto de Janeiro de Cima e Janeiro de Baixo, a serra do Machialinho ou os icnofósseis;
-
- O Rio Alva que nasce na Serra da Estrela e atravessa a Serra do Açor dando grande visibilidade à Vila de Coja, Concelho de Arganil, intitulando-a de “as portas do açor”;

-
- Os Penedos de Fajão, localizados a poucos quilómetros da Aldeia do Xisto de Fajão, concelho de Pampilhosa da Serra, estão a quase 900 metros de altitude, proporcionando uma vista sobre todo o horizonte.

Como podemos verificar, a água, sendo aqui um elemento bastante presente, com vários açudes dispersos pelo território, dá origem a inúmeras praias fluviais e a zonas de lazer balneares, muitas apresentando bons conjuntos de equipamentos, para que os banhistas delas possam usufruir da melhor forma. Destacam-se diversas praias fluviais como a Praia Fluvial de Pomares, da Cascalheira, de Coja, do Piódão e de Benfeita, assim como inúmeras zonas de lazer balneares como de Cartamil (Cepos e Teixeira), do “Poço da Cesta” (Casal Novo), do “Poço do Pojadouro” (Cepos), de Barril de Alva, do Moinho de Alva (Côja), do “Urtigal” (Barril de Alva), de Folques, de Foz d’Égua, de Malhada Chã (Piódão), de Lazer de Agroal (Pomares), de “Valeiro do Barco” (Sarzedo), de “Peneda Talhada” (Secarias), em Arganil, sendo que algumas destas zonas pertencem ao concelho da Pampilhosa da Serra, pois encontram-se no Rio Ceira, como a zona de lazer de Cartamil e o Poço da Cesta. Já no concelho vizinho destacam-se diversas praias fluviais como a Praia Fluvial de Janeiro de Baixo, a Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra, a Praia Fluvial de Pessegueiro, e a Praia Fluvial de Santa Luzia.

4.3.2. Património Cultural Material e Imaterial

Ainda que o meio natural e paisagístico seja um recurso turístico de grande relevância para estes municípios, o património cultural tem também uma expressão significativa no território, desde o património edificado, de cariz histórico e religioso, ao património imaterial visível na etnografia e tradições regionais que persistem ainda no dia-a-dia das populações.

Os dois concelhos apresentam vestígios de ocupação antrópica que remontam à pré-história, ostentando variados monumentos megalíticos como sepulturas e arte rupestre, em especial, localizadas sobretudo nas cabeceiras do Rio Unhais. Existe, ainda, um número significativo de sítios compostos por monumentos funerários, designados de mamoaas. A influência do Império Romano também se faz sentir com alguma intensidade,

dando origem a valiosos espólios arqueológicos, nomeadamente a Lomba do Canho, um acampamento militar romano datado do século I a.c. Algo importante de salientar no concelho da Pampilhosa da Serra é a história das Minas da Panasqueira que estão operacionais há mais de um século, onde é visível o passado e o presente desta indústria na região.

Na tabela seguinte, enumeram-se todos os imóveis classificados no concelho de Arganil, distinguindo-se os Monumentos Nacionais, MIP e IIP.

Monumentos Nacionais	Igreja de S. Pedro
Monumento de Interesse Público (MIP)	Capela da Póvoa da Rainha Santa
	Convento de Santo António
	Igreja Paroquial de Vila Cova de Alva
Imóveis de Interesse Público (IIP)	1 Monumento Megalítico
	3 Pelourinhos
	Capela do Sr. da Agonia
	Castro da Lomba do Canho
	Igreja de S. Salvador
	Mosteiro de Folques

Tabela 3 - Imóveis classificados no concelho de Arganil. Fonte: Elaboração Própria

No concelho da Pampilhosa da Serra existe alguma dificuldade em classificar os monumentos, sendo que essa informação não está disponível na Direção-Geral do Património Cultural. No entanto, podemos identificar diversos exemplos de património material, tal como oito capelas, dando o exemplo da Capela da Nossa Senhora da Guia, localizada num local privilegiado, com vista para a barragem de Santa Luzia. Estão, também, identificadas 8 igrejas matrizes, dando o exemplo da Igreja Matriz de Fajão, localizada na Aldeia de Xisto de Fajão, assim como a arte rupestre e as Minas da Panasqueira, referenciadas anteriormente.

Quanto ao património cultural imaterial, o maior atrativo do território, são as pessoas, essas pessoas que são muitas vezes chamadas de “pessoas da serra”. Tipicamente genuínas e hospitaleiras, são as pessoas residentes no território que proporcionam as experiências ao turista e consoante o serviço prestado, o contacto genuíno e a boa disposição, determinam se a visita será positiva ou negativa, se excede as expectativas ou não. Estas pessoas têm um certo orgulho em apresentar o construído e edificado pelos seus antepassados e de contar histórias e tradições a quem passa nas suas aldeias e vilas.

Nestes concelhos, onde existem ainda dezenas de artesãos, o artesanato torna-se um grande atrativo turístico. Estes saberes únicos, são atributos culturais do território que contribuem para a experiência turística de qualidade, para os visitantes. Os turistas têm interesse em aprender e conhecer as técnicas dos artesãos, participando em ateliers e workshops. Os turistas sentem que participam e que têm parte ativa na experiência do que é viver o património cultural imaterial da região. Em Arganil destacam-se os trabalhos em madeira, em especial colheres de pau, mas também a criação de casas-miniatura em xisto, típicas do Piódão. Devido à proximidade do território, as miniaturas de xisto são também conhecidas e fabricadas artesanalmente na Pampilhosa da Serra. Este tipo de peças artesanais e outras peças associadas a práticas agrícolas, antigas, dão ainda origem a espaços culturais de interpretação e a museus etnográficos, tais como, o Núcleo de Arqueologia de Arganil, o Núcleo de Etnografia de Arganil, o Centro Interpretativo de Arte Rupestre de Chãs d’Égua e o Centro Interpretativo da Mata da Margaraça, no concelho de Arganil; o Museu Municipal de Pampilhosa da Serra, a Casa Museu de Carvalho, o Museu Etnográfico de Dornelas do Zêzere, e o Museu Monsenhor Nunes Pereira, no concelho da Pampilhosa da Serra.

4.3.3. Eventos

Os eventos, culturais ou desportivos, incluindo as feiras e festas tradicionais, são um importante recurso associado ao território que promove mobilidade ao nível regional e nacional, incrementando a economia dos concelhos. Para além de eventos de maior dimensão, existem frequentemente pequenos eventos e festas tradicionais, organizadas por associações locais, criadas pelas aldeias. Apesar de essas festas não terem um grande

peso a nível de atração turística, acabam por deslocar pessoas para a região, muitos sendo conterrâneos com residência em grandes cidades. Listam-se assim os principais eventos anuais, desenvolvidos no território em estudo.

Arganil	Arganil Rock FICABEIRA e Feira do Mont'Alto Feira de Sopas e Doces Festa da Nossa Sr.ª do Mont'Alto Feira das Freguesias
Pampilhosa da Serra	Festas do Concelho da Pampilhosa da Serra Feira de Artesanato e Gastronomia Passeio Todo-o-Terreno Winter Tour Pampilhosa da Serra Natal Serrano

Tabela 4- Eventos dos concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra. Fonte: Elaboração própria

4.3.4. Estruturação de produtos turísticos associados ao território

Com a organização e sistematização de todos estes recursos naturais e culturais é possível proceder-se à estruturação de produtos turísticos e de lazer com grandes potencialidades para afirmar o território como um destino de nicho. A estruturação de produto é um processo de criação de valor no território, conferindo-lhe vantagens competitivas, que permite aumentar a sua competitividade no mercado. As rotas e percursos pedestres são apenas um exemplo de como, a partir dos recursos naturais e culturais, se pode criar um produto que tem a capacidade de captar turistas que se deslocam para o ver ou experimentar, mas, principalmente, para dele fruir. Outro exemplo são as praias fluviais, como referido acima, surgem do aproveitamento dos espaços fluviais naturais, envolvidos pelo verde da vegetação e que permitem um relaxamento e recreio adequados, com o apoio de infraestruturas próprias para o uso do espaço. Ainda assim, os casos de maior

sucesso são a criação de programas e redes que organizam os espaços por temática e os promovem como um todo, revelando-se diferenciador, bem estruturado e competitivo no mercado. É o caso da rede das Aldeias Históricas de Portugal e das Aldeias do Xisto que, englobando um conjunto organizado de aldeias com características e potencial turístico semelhantes, se direcionam para mercados específicos e se inserem nos tipos de turismo de nicho. Distribuindo programas e atividades pelas várias aldeias da rede, atraem turistas para todas as aldeias integradas. Os aspetos referidos refletem, no território, uma boa articulação entre as atividades produtivas, as políticas culturais e o desenvolvimento rural por meio do turismo. Além disso, a criação de redes e a cooperação entre os vários agentes locais, regionais, ou mesmo entre diferentes municípios, para se criar valor regional, segundo um processo de competitividade, revela uma visão estratégica de aproveitamento dos recursos territoriais, de modo a aumentar a competitividade dos territórios, ao cooperarem entre si, conjugando e harmonizando os ativos de cada um. Os elementos naturais e culturais, que se constituem como importantes recursos do território, aliados a uma crescente vontade de investimento no Centro de Portugal, suscitaram a estruturação de vários produtos turísticos para complementar uma oferta turística que, cada vez mais, se faz sentir em Arganil e Pampilhosa da Serra. São exemplos:

Os percursos pedestres, como Pequenas Rotas (PR) e rotas temáticas e outros circuitos, como circuitos de BTT (bicicleta todo-o-terreno) ou Grandes Rotas (GR);

A prática de desportos aquáticos e desportos radicais na natureza;

A observação de fauna e flora;

O provimento de parques de lazer;

A estruturação de praias fluviais com bons conjuntos de infraestruturas;

A criação das redes das Aldeias Históricas de Portugal e das Aldeias do Xisto.

Esta estrutura leva a criação de Agentes Turísticos que ganham em criar programas, utilizando e aproveitando os recursos existentes para dar a conhecer a região. No território estão inscritos, até 2023, no RNT, nove agentes de animação focados, especialmente, em atividades de Turismo de Natureza, Turismo Cultural e Paisagístico e Turismo de Aventura e Desporto. Podemos na tabela seguinte identificar o tipo de atividades promovidas por estes agentes.

Turismo na Natureza	Turismo Cultural e Paisagístico	Turismo de Aventura e Desportivo
Percursos pedestres na natureza; Montanhismo; Atividades de observação da natureza (birdwatching, rotas geológicas); Atividades de orientação na natureza (percursos, geocaching, caça ao tesouro e similares);	Percursos pedestres do âmbito cultural (românicos, arqueológicos, gastronómicos, de vinhos); Visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial; Atividades associadas ao património etnográfico (participação na vindima, apanha da azeitona, pisa da uva, ateliers de atividades artesanais tradicionais e atividades pastorícias).	Atividades aquáticas (rafting, canoagem, canyoning) BTT, passeios todo o terreno com moto 4, viaturas 4x4 Escalada e espeleologia

Tabela 5 - Tipo de Atividades Promovidas pelos Agentes Turísticos dos Concelhos em estudo. Fonte: Elaboração Própria

Para além dos Agentes Turísticos, diversas associações e coletividades locais beneficiam dos inúmeros recursos da região para divulgar e angariarem recursos monetários para a requalificação das suas aldeias, o que atrai um turismo solidário. Ambos os concelhos estão localizados em zonas rurais que, devido à baixa densidade populacional, existe um menor investimento em diversos parâmetros, não só na economia como também na requalificação e preservação de bens materiais, facto que leva estas pequenas associações a agir por conta própria.

Ainda assim, o investimento turístico no território que se fez sentir nos últimos anos foi introduzido, essencialmente, ao nível do alojamento, apresentando uma capacidade considerável para territórios de baixa densidade. O território pode, deste modo, ser considerado uma referência na Região Centro, no sentido em que se assume como um núcleo aglomerador de oferta turística em espaço de baixas densidades.

4.3.5. Indicadores da oferta turística

O Distrito de Coimbra apresenta um total de 2.148 unidades de alojamento, distribuídas pelos seus 17 municípios, a média é de 113 unidades de alojamento por cada município, aproximadamente. Sendo que apenas os municípios de Coimbra, Figueira da Foz, Arganil, Oliveira do Hospital e Mira se encontram acima do número médio de unidades de alojamento (RNT, 2024). Deste modo, são os cinco municípios referidos que contribuem para que a média seja relativamente elevada, essencialmente as cidades de Coimbra e Figueira da Foz. Os municípios em estudo apresentam uma grande margem de diferença entre ambos, pois Arganil apresenta um valor superior à média, 156 alojamentos, enquanto a Pampilhosa da Serra apresenta um número bastante reduzido, de 32 alojamentos (RNT, 2024). Assim, podemos afirmar que o território adquire um peso arredondado de 9% da totalidade das unidades de alojamento do distrito de Coimbra, o que para uma região de tão baixa densidade populacional é um valor positivo. Quanto à oferta de animação turística e agentes de viagens e turismo, ambos têm uma expressão muito pouco significativa nos concelhos em estudo, apresenta apenas uma percentagem de 3,5%.

Localização	Unidades de Alojamento	Agentes de Animação Turística	Agentes de Viagens de Turismo
Distrito Coimbra	2.148	213	72
Arganil	156	5	1
Pampilhosa da Serra	32	3	1

Tabela 6 - Oferta turística no distrito de Coimbra, nos municípios de Arganil e Pampilhosa da Serra, em 2024. Fonte: RNT (2024)

Esta intensidade da oferta de alojamento no território deve-se, especialmente, à presença, cada vez mais predominante do alojamento não tradicional, seja Alojamento Local (AL) ou TER. No que se refere ao número de unidades de alojamento por tipologia verifica-se, que o AL é a tipologia dominante, com um total de 156 das 188 unidades totais, no conjunto dos dois concelhos. Seguem-se as Casas de Campo, apesar de apresentarem um número muito mais reduzido, totalizam 18 unidades. Hotéis e Parques de Campismo são empreendimentos também algo relevantes neste território. Porém, empreendimentos de Turismo de Habitação, Aldeamentos Turísticos, Agroturismo e Pousadas são praticamente residuais. Arganil destaca-se como o concelho com mais unidades de alojamento, com 156 no total, mostrando assim uma grande discrepância entre os concelhos em estudo.

Tipologia de Alojamento	Arganil	Pampilhosa da Serra	Total
Alojamento Local	130	26	156
Casa de Campo	13	5	18
Hotel	3	-	3
Parque de Campismo	3	1	4
Hotel Rural	1	-	1
Turismo de Habitação	1	-	1
Aldeamento Turístico	-	-	-
Agroturismo	1	-	1
Pousada	-	-	-
Total	156	32	188

Tabela 7- - Número de unidades de alojamento por tipologia e por município, em 2024. Fonte: RNT (2024)

O AL, como referido, assume especial destaque, representando 83% do total das unidades de alojamento existentes no território em estudo, destacando o investimento neste tipo de empreendimento turístico no concelho de Arganil. Este crescimento, é um crescimento

recente, o que se pode verificar comparando com os números apresentados até à data dos incêndios de Outubro de 2017.

Tipologia de Alojamento	Arganil	Pampilhosa da Serra	Total
Alojamento Local	31	9	40
Casa de Campo	12	5	17
Hotel	3	-	3
Parque de Campismo	2	1	3
Hotel Rural	1	-	1
Turismo de Habitação	-	-	-
Aldeamento Turístico	-	-	-
Agroturismo	-	-	-
Pousada	-	-	-
Total	49	15	64

Tabela 8 -Número de unidades de alojamento por tipologia e por município, em 2017. Fonte: RNT (2024)

É imperioso falar do crescimento agigantado que o AL teve no Concelho de Arganil após os incêndios de 2017 que, apesar da devastação do território, continuou a existir investimento, em 7 anos foram criados cerca de 100 AL novos no território.

Verifica-se que o território apresenta uma capacidade total de 1.722 camas, sendo que Arganil continua a ser o município com os números superiores, devido à capacidade abundante dos Parques de Campismo e dos Alojamentos Locais, que continuam a destacar-se por serem algo não muito comum num território de baixa densidade populacional. Mais uma vez o concelho da Pampilhosa apresenta um número extremamente mais baixo que o concelho vizinho.

Tipologia de Alojamento	Arganil	Pampilhosa da Serra	Total
Alojamento Local	540	148	688
Casa de Campo	118	28	146
Hotel	170	-	170
Parque de Campismo	600	67	667
Hotel Rural	20	-	20
Turismo de Habitação	15	-	-
Aldeamento Turístico	-	-	-
Agroturismo	16	-	-
Pousada	-	-	-
Total	1.479	243	1.722

Tabela 9 - Capacidade de alojamento, em camas, por tipologia e por município, em 2024. Fonte: RNT (2024)

Atentando aos elementos relativos à oferta turística nos concelhos de estudo, especialmente o alojamento e animação turística aqui discriminados, entendem-se estes concelhos como um território com oferta turística considerável e um caso de excelente oferta para o território rural e de baixas densidades. Em termos de comparação, verificou-se que, em municípios pertencentes à mesma região e com características semelhantes quanto à densidade populacional e grau de urbanização do território, a oferta turística revela-se muito inferior no município da Pampilhosa da Serra. No entanto, tomando o território como um todo, esta deve ser considerada uma região turística do Centro de Portugal, onde já existe um determinado tipo de turismo bem consolidado e que se acredita estar em expansão.

4.3.6. Indicadores da procura turística

A procura turística pela região em estudo tem vindo a aumentar ao longo dos anos, o que vai ao encontro da sua oferta. No entanto entre o período dos incêndios de 2017 e 2021 podemos verificar uma descida notável devido aos incêndios e a outro fator, não menos significativo, a Pandemia de Covid-19, obrigando à paralisação do turismo por vários meses. Ou seja, desde 2017 que a região em estudo tem sido penalizada com diversos fatores, razão pela qual se verifica alguma dificuldade em recuperar o turismo da região. Nas tabelas seguintes podemos verificar esses valores, no número de dormidas, hóspedes, a taxa de ocupação e estada média, não só em ambos os concelhos mas também na Região de Coimbra.

Dormidas							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Região de Coimbra	1.263.902	1.428.524	1.517.841	1.536.903	715.767	715.767	1.482.057
Arganil	31.956	28.683	27.651	26.771	18.359	24.347	32.725
Pampilhosa da Serra	11.037	10.551	10.923	14.825	6.649	6.818	6.819

Tabela 10 - Número de dormidas, por ano, na Região de Coimbra e municípios de Arganil e Pampilhosa da Serra.
Fonte: Pordata 2023 - C.

Hóspedes							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Região de Coimbra	760.986	875.629	913.331	914.087	386.268	506.283	854.895
Arganil	21.520	19.710	19.001	16.392	11.673	12.500	19.490
Pampilhosa da Serra	6.330	6.083	6.589	7.957	2.256	1.560	1.746

Tabela 11 - Número de hóspedes, por ano, na Região de Coimbra e municípios de Arganil e Pampilhosa da Serra.
Fonte: Pordata 2023 - A.

Taxa de Ocupação Cama (%)							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Região de Coimbra	41%	43,8%	43,9%	45,5%	20,8%	26,9%	41,5%
Arganil	44,4%	42,3%	41,4%	32,1%	26,8%	31,3%	33,3%
Pampilhosa da Serra	21,9%	19,7%	21,7%	23,3%	17,1%	17,6%	15,8%

Tabela 12 - Taxa de Ocupação, por ano, na Região de Coimbra e municípios de Arganil e Pampilhosa da Serra. Fonte: INE 2022; Pordata 2023 - A.

Estada Média							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Região de Coimbra	1,7	1,7	1,7	1,8	2	2,1	1,9
Arganil	1	2,5	1,5	1,7	1,5	1,5	1,7
Pampilhosa da Serra	2,6	2,5	2	2,4	2,6	2,5	2,2

Tabela 13 - Estada média, por ano, na Região de Coimbra e municípios de Arganil e Pampilhosa da Serra. Fonte: Pordata, 2023 - D.

Ao analisar as tabelas podemos verificar que é no concelho de Arganil que mais se nota a descida durante esse período de quatro anos, ao contrário do concelho da Pampilhosa da serra que começou a recuperar exponencialmente no ano de 2019. O Concelho de Arganil continuo a diminuir nestes quatro indicadores de procura, o que vai ao desencontro do investimento notável em Alojamentos Locais, esta discordância poderia tornar-se num problema de investimento irracional, não fosse o concelho apresentar valores superiores ou idênticos a 2016 no ano de 2022, por exemplo no número de dormidas, assim como, nas previsões de um crescimento nos próximos anos. Já no concelho de Pampilhosa da Serra é possível verificar que os incêndios não tiveram um grande impacto nos

indicadores, já que se mantiveram e até sofreram um aumento em 2019, verifica-se que é um destino mais estável, em que os hóspedes pernoitam por mais tempo. No entanto, desde a pandemia que se encontra com dificuldades em recuperar os valores superiores a 2016. O mesmo acontece na taxa de ocupação por cama em que novamente o concelho da Pampilhosa da Serra apresenta percentagens mais elevadas logo a seguir aos incêndios ao contrário de Arganil, apesar de esses aumentos não serem muito significativos transferem uma imagem diferente do que deveria ser a descida de indicadores de procura após uma catástrofe natural. Também este concelho apresenta, uma estada média superior, ou seja, em média o visitante fica num destino, pelo menos, mais um dia que no concelho de Arganil, como por exemplo no ano de 2021. Esta variável não é só superior à média de Arganil mas também se encontra acima da média da região de Coimbra.

Os municípios em estudo recebem uma percentagem superior de turistas de nacionalidade portuguesa comparando com os estrangeiros que visitam a região, estes no ano de 2022 apenas representaram 15,8 % dos visitantes em Arganil e 1,7 % em Pampilhosa da Serra (Pordata 2023 - F), esta percentagem tão reduzida pode dever-se a estes municípios se encontrem numa região distante dos grandes centros urbanos do país, assim como, não apresentarem uma vasta escolha de transportes públicos e opções de deslocação dos aeroportos do país, para a região. São municípios bastante isolados, tornando-se difícil a deslocação e o encontro de certos serviços públicos, algo que a população estrangeira pretende ter por perto. Em 2017 os turistas que visitavam a Pampilhosa da Serra representavam um maior peso que agora, 10,7% (Pordata 2023 - F), visto que o número de visitantes também tem vindo a diminuir, pode concluir-se que essa perda de turistas poderá ser maioritariamente de público estrangeiro.

Observando o território podemos concluir que se trata de um território acolhedor para famílias e pessoas que queiram usufruir da natureza envolvente, que procuram fugir ao quotidiano citadino e que procuram experiências diferentes. É uma região em crescimento e com um grande potencial de oferta cultural e natural, que acompanhada de um investimento gradual poderá tornar-se numa região de grande procura.

CAPÍTULO 5 - IMPACTO DOS INCÊNDIOS DE 2017 NOS CONCELHOS DE ARGANIL E DE PAMPILHOSA DA SERRA NO SETOR DO TURISMO

5.1. Enquadramento/ Relato do acontecimento

A situação vivida em Portugal no mês de outubro foi completamente atípica. Portugal encontrava-se em seca prolongada, na fase de transição, em que o dispositivo operacional de vigilância e combate a incêndios se encontrava parcialmente desmobilizado, ao qual se associou um fenómeno meteorológico pouco usual, o furacão Ophelia, manifestando-se em todo o País, em especial na região centro com ventos muito fortes, quentes e secos. Todos estes fatores potenciaram centenas de ignições que se registaram no dia 15 de outubro de 2017, originando inúmeros incêndios que, no seu conjunto destruíram mais de 220 mil hectares em menos de 24 horas, constituindo um recorde devastador para Portugal.

Nas zonas afetadas pelos incêndios, o teor de humidade dos combustíveis finos foi significativamente inferior a 10%, atingindo valores muito próximos dos 5%, tendo criado assim condições de perigo extremo de incêndio. Vários focos de incêndios foram causados por reativações de focos pré-existentes do dia 7 de outubro, dia em que a região de Arganil e Pampilhosa da Serra já tinham sido afetadas e que não haviam sido devidamente vigiados durante o dia 15. Existiram, no entanto, diversas ignições resultantes de queimas e queimadas, causadas por pessoas que as realizaram pela necessidade de eliminar vegetação ou resíduos de atividades agrícolas, na convicção de que haveria de ocorrer chuva, como fora anunciado e que de facto ocorreu, mas apenas no final do dia 16.

Uma definição rígida de períodos de risco de incêndio, baseada em datas do calendário, sem tomar em conta as alterações sazonais da meteorologia e uma preocupação com a contenção de despesas públicas, terão levado à redução do dispositivo operacional. Esta falta de recursos ter-se-á sentido sobretudo na ausência de uma vigilância mais reforçada, que detetasse precocemente o número de ignições, e com isso reduzisse o risco de fogo. É questionável, no entanto, que a existência de mais recursos operacionais, incluindo meios aéreos, pudesse ter feito grande diferença, perante o número e intensidade dos focos de incêndios ocorridos. Esses meios em falta poderiam mesmo assim ter contribuído para uma redução do número de ocorrências e eventualmente conseguido extinguir

incêndios na sua fase inicial. Com as condições de vento, induzidas pela passagem do furacão, quando os incêndios se encontravam já em evolução, era praticamente impossível enfrentar o fogo em segurança. A defesa de pessoas e bens foi também limitada pela dificuldade de conseguir coordenar e gerir os recursos existentes e de os colocar onde fossem requeridos. Outro fator agravante foi a dificuldade de acessos e o já conhecido desordenamento florestal.

Considera-se a inexistência de vítimas entre as forças da Proteção Civil como algo positivo, o que deve continuar a encorajar todos os envolvidos na estratégia de sensibilização e formação no sentido de um combate eficaz e seguro. Em relação à população civil, registaram-se 51 vítimas mortais nos incêndios de outubro.

O facto de uma parte importante da propagação do incêndio ter ocorrido durante a noite de 15 para 16, contribuiu para que muitas pessoas tivessem sido surpreendidas pelo fogo quando já estavam recolhidas em casa e a dormir. Esta circunstância deu muito pouco tempo de reação para a maioria das pessoas e da qual terá resultado um número relevante de vítimas que não tiveram sequer tempo para sair das respetivas habitações. Muitas ficaram incapacitadas para promover estratégias de sobrevivência.

Este dia foi considerado o *“pior dia do ano”* em termos de fogos florestais, com a Proteção Civil a registar 443 ocorrências. As centenas de fogos que deflagraram, provocaram 48 mortos e cerca de 70 feridos, dezenas dos quais graves. As chamas obrigaram a evacuar várias localidades, a realojar populações e a cortar várias estradas. Mais de 800 habitações permanentes e quase 500 empresas ficaram destruídas. Os incêndios de outubro tiveram consequências terríveis em diferentes contextos e dimensões: desde a perda de habitações consumidas ou danificadas pelo fumo ou fogo, à queda de árvores que resultaram em danos de bens materiais, ao desaparecimento e destruição de empresas e explorações agrícolas e de pastorícia que resultaram na perda de postos de trabalho. Culminando no falecimento de 48 pessoas, os incêndios foram em muitos aspetos devastadores e nunca antes testemunhados com estes contornos no nosso país. O impacto do conjunto dos incêndios foi de tal forma severo que afetou 30 concelhos dos 6 distritos do centro de Portugal (Guarda, Coimbra, Viseu, Leiria, Aveiro e Castelo Branco) onde o fogo, segundo o Relatório da Comissão Técnica Independente, consumiu cerca de 241.000 hectares, destruiu 2000 casas e teve impacto nas infraestruturas de 521

empresas. com perdas no valor de em 275 M €, afetando mais de 4.500 postos de trabalho. Segundo a notícia da TSF de 20 de outubro de 2017, Oliveira do Hospital foi o concelho mais fustigado, onde foram identificadas mais de 200 casas, das quais mais de metade são de primeira habitação.

Foram exibidas as fragilidades que as regiões afetadas atravessavam, vulnerabilidades que são comuns a todo o meio rural português e que revelaram não só falhas do modelo de atuação e combate ao fogo, mas também dos mecanismos de prevenção e ordenamento florestal, além da falha na transmissão de informação de procedimentos de segurança das populações.

A região centro, especialmente os dois concelhos em estudo foram extremamente afetados, não só no dia 15 de outubro, mas também no dia 7. Apesar de nesse dia a situação ter sido mais controlada e os recursos existentes para o combate ao fogo fossem adequados, a falta de vigilância pós-incêndio fez com que o fogo recativasse em diversos pontos no dia 15. O que fora salvo no dia 7 acabou por arder devido à falta de meios e às condições atmosféricas severas, já referidas anteriormente

No caso específico do concelho de Arganil o presidente da Câmara descrevia uma situação “incontrolável”. “Há várias aldeias evacuadas. A situação está má. O fogo lava com grande intensidade, em várias frentes”, disse Ricardo Alves (Observador, 2017). O mesmo referiu no momento que “O número de habitações totalmente destruídas pelos incêndios florestais que lavraram o concelho de Arganil, nos dias 15 e 16 de outubro, já ultrapassa as 145, sendo que mais de 85 são de primeira habitação”.

Vítor Almeida contrerrâneo de Relvas descreve que "o dia do incêndio foi sentido como algo devastador e destruidor de qualquer esperança no futuro desta região. O pensamento focou-se não só nas pessoas em risco e nas que viriam a falecer, mas também na fauna perdida, no sofrimento atroz de animais em fuga e nos danos que viriam a ficar para o futuro. A sensação foi de profunda perda e desolação, com a clara noção que nada podia ser feito para combater as chamas, a não ser proteger as aldeias e as pessoas na linha do fogo. A esperança num futuro melhor nessa região, morreu nesses dias.” (Testemunho recolhido pessoalmente a 26 de Novembro de 2023).

Já no caso específico do concelho de Pampilhosa da Serra o Presidente da Câmara sublinha que, no total, arderam cerca de 32 mil hectares da floresta de Pampilhosa da Serra, ou seja, arderam 80% do concelho, sendo que oito mil hectares em Junho, no incêndio de Pedrógão Grande, 20 mil no incêndio de 15 de outubro e, em Agosto ocorreu ainda um outro incêndio de grande escala.

Na localidade de Sobral de Baixo, uma das mais afetadas pelo incêndio de Outubro, João de Menezes, diz que tudo se passou de forma tão rápida que nem sabe explicar muito bem o que aconteceu: "Estava aqui, vi o fogo lá em cima, naquele cabeço. Como já se tinha passado quando foi o de Pedrógão Grande. O fogo já esteve naquela zona e eu pensei, não vai chegar cá. Não houve bombeiros, não houve nada. Só houve fogo de repente. Quando procurei fazer algo, de repente era tarde de mais", disse.

Já Carminda Silva, outra moradora de Sobral de Baixo, diz que o fogo chegou à povoação à noite. Esta reformada de 84 anos perdeu uma casa que usava para arrumações: "Esta minha casa era a casa de arrumação. Tinha uma mala cheia de cobertores, tinha lá as minhas batatas e as minhas cebolas, fiquei sem nada. Andei a trabalhar todo o verão para ficar sem nada. Olhe, foi uma tristeza", desabafa. (Jornal de Negócio, 14 de Novembro de 2017)

Foi durante a noite de domingo que "o inferno" passou por Vale Serrão em que os nove habitantes (mais outras três pessoas que estavam na aldeia) recorreram as baldes e a mangueiras para molhar tudo o que podia ser molhado antes de as chamas começarem a subir a encosta.

No meio da aflição, Conceição só gritava à padroeira da aldeia, ignorando os pedidos do marido para se calar. "A mim, diziam-me para eu me calar, mas eu gritei tanto que valeu a pena. O gato cercado safou-se, umas galinhas numa capoeira com tábuas velhas safaram-se. Tudo o que tinha vida escapou-se. Casa habitada não ardeu nenhuma e ninguém se escaldou", assegura a habitante de 66 anos, que diz que andou a gritar durante três/quatro horas "Nossa Senhora das Preces salva as pessoas e as casas".

A norte do concelho, na aldeia de xisto de Fajão, também em Pampilhosa da Serra, a agência Lusa chegou quando se preparava uma vala comum para 60 cabeças de gado que morreram no incêndio. "Eram de um menino daqui. Ele só chorava. Não tem mais

nadinha", conta Conceição Pereira, senhora de 57 anos funcionária do lar da aldeia que tem cerca de 60 habitantes.

Em Fajão, contaram-se 18 casas destruídas, duas de primeira habitação. "Nós, que somos de cá, vamos continuar a vir porque as casas eram dos nossos avós e bisavós, são as nossas memórias. Mas ninguém agora vem ver o paraíso que isto era. Antes, vínhamos para nos sentirmos bem e agora é uma tristeza, uma desolação. Já não regressamos ao paraíso, mas regressamos para cuidar. Isto faz parte de nós", frisa Arminda. (TSF, 17 Outubro, 2017)

Tendo em conta a extensão e violência destes incêndios, em comparação com o de Pedrogão Grande, considera-se que terá havido algumas lições aprendidas, mas não podemos deixar de apontar a existência, ainda, de um grande número de falhas. Talvez mais ainda do que os incêndios de junho, estes incêndios evidenciaram o potencial de destruição maciça de vidas humanas que os incêndios florestais têm.

Embora não seja de excluir ação criminosa na origem de um grande número de ignições, parece estar estabelecido que muitas delas se deveram, como foi dito anteriormente, a queimas e queimadas intencionais, com fins de eliminação de combustíveis ou de resíduos de operações agrárias. A ocorrência de ventos fortes, como os do dia 15 de outubro, elevaram significativamente a probabilidade de ocorrência deste tipo de acidentes.

5.2. Situação turística pós-incêndio no concelho de Arganil e Pampilhosa da Serra

5.2.1. Impactos Sociais, Económicos e Ambientais

O território em estudo engloba os concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra, exatamente porque estes pertencem a uma das zonas mais afetada pelos incêndios, onde os impactos se fizeram sentir com mais intensidade. Conta-se uma área ardida de 22.980ha em Arganil (CMDFCI, 2018) e cerca de 32.000ha na Pampilhosa da Serra como já foi referido anteriormente, a contar com os fogos de todo o ano de 2017 que corresponde a 80%. Das 48 vítimas mortais, 4 foram registadas em Arganil e uma em Pampilhosa da Serra (CTI, 2018). O facto de terem ocorrido perecimentos constitui-se

como um impacto brutal e complexo na vida das pessoas, que não pode ser reparado e que dificilmente se mede ou calcula. Por outro lado, houve impactos mensuráveis que se materializaram na danificação de habitações e empresas, na perda de inúmeras cabeças de gado e na destruição do meio natural, tendo comprometido o normal funcionamento de várias atividades económicas.

Localização	Nº de Habitações Danificadas
CIM - RC	962
Arganil	118
Pampilhosa da Serra	283

Tabela 14 - Número de habitações danificadas, nos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017, na CIM-RC e nos municípios de Arganil e Pampilhosa da Serra. Fonte: CCDRC, 2018.

Quanto às empresas diretamente afetadas nas suas instalações, maquinarias ou outros equipamentos, do total das 521 empresas, os concelhos em estudo somaram 49 empresas, das quais 19 pertencem ao município de Arganil e 30 ao município de Pampilhosa da Serra (CTI, 2018). Os prejuízos foram imensos, totalizando-se, em Arganil e Pampilhosa da Serra mais de 4M € (CTI, 2018).

Localização	Empresas afetadas	Prejuízos (euros)
Arganil	19	3.366.238
Pampilhosa da Serra	30	788.581
Total	49	4.154.819

Tabela 15 - Número de empresas afetadas e prejuízos originados pelos incêndios de 15 de outubro de 2017, em Arganil e Pampilhosa da Serra. Fonte: CTI, 2018.

Além da perda de vidas humanas e animais, da destruição de habitações e da danificação direta em empresas, as áreas florestais, existindo em maior número do que nos espaços urbanos, foram, assim, as mais afetadas. As consequências da devastação do meio natural são imensas, começando pelas repercussões sentidas no setor primário. A população empregada na agricultura, silvicultura, pastorícia e outros, perdeu nos incêndios praticamente toda a sua matéria-prima, como por exemplo, a produção de mel e vinho

que foram duas atividades económicas afetadas. Por outro lado, a população que vivia da agricultura de subsistência e cujos recursos naturais arderam nos incêndios, viu-se sem fonte de sustento. O mesmo sucedeu para aqueles que viviam da exploração florestal, pecuária, agrícola, entre outros, e cuja matéria-prima foi destruída.

Numa das áreas considerada como grande atração turística do município de Arganil, a Mata Nacional da Margaraça, cerca de 99% da sua área ardeu, o que teve um impacto muito significativo na procura por aquela região dedicada ao turismo de natureza. A destruição da floresta abalou também os esforços de preservação dos redutos florestais com importância ecológica e científica, como é o caso do local mencionado anteriormente que detém espécies únicas no seu portfólio.

Os impactos foram sentidos ainda ao nível da segurança e da saúde pública. Quanto à segurança, houve o risco de muitas árvores ardidas ou mesmo edifícios degradados poderem ruir, situação agravada com as chuvas intensas que se fizeram sentir nos meses seguintes, colocando em risco qualquer indivíduo que passasse por uma zona de derrocadas, pois deixaram de existir raízes a sustentar os solos, especialmente numa zona tão montanhosa como esta. Em relação à saúde pública, os cursos de água foram contaminados com as cinzas e detritos provenientes dos incêndios, algo sentido pela população em geral. O aparecimento de pragas de ratos, devido à morte de milhares de predadores foi, também, outra consequência dos incêndios devastadores.

Ambos os concelhos estão inseridos no mundo rural, caracterizado pelo envelhecimento da população e o crescente despovoamento, expressando uma extenuação das atividades económicas, principalmente do setor primário, contribuindo para uma ausência de gestão florestal, muito ligada ao abandono das atividades e dos terrenos. Ao contrário dos territórios litorais e das grandes cidades, as zonas rurais expressam quatro grandes fatores que aumentam o seu risco natural de incêndios (Dimuccio, 2019): (a) falta de limpeza das matas; (b) falta de cadastro de propriedade; (c) falta de capacidade municipal; (d) falta de capacidade do poder central. Estes fatores se juntos aos impactos de um grande incêndio no território, contribuem para a maior propagação dos incêndios e, consequentemente, maiores impactos, propiciando-se, assim, um estado de insustentabilidade e dependência territorial. Isto é, os prejuízos em milhões de euros, a destruição dos recursos naturais e a perda de matérias-primas, associados a um território

de baixas densidades, com população envelhecida e falta de capacidade municipal, deixam o território sem capacidade de se auto-reabilitar, ficando a sua recuperação dependente de apoios e incentivos exteriores.

5.2.2. Impacto Turismo

A atividade turística não conseguiu escapar aos impactos dos incêndios de outubro de 2017, verificando-se danos diretos e indiretos nos empreendimentos turísticos, alguns deles de complexidade acrescida e de dificuldade de resolução.

Impactos diretos

De acordo com os registos da Entidade Regional de Turismo – Turismo Centro de Portugal (TCP), foram avaliados 61 empreendimentos turísticos na Região Centro com danos diretos, que se traduzem como danos nas infraestruturas, equipamentos ou materiais, que se refletem em prejuízos numéricos. Este tipo de danos manifesta-se essencialmente nos seguintes aspetos (Amaro e Barroco, 2018):

-
- Empreendimentos ou partes de empreendimentos consumidas pelas chamas;
-
- Anexos ou outros espaços ardidos;
-
- Destruição de vedações, gradeamentos e cercas;
-
- Destruição de jardins e árvores de frutos;
-
- Destruição de mobiliário ou equipamentos exteriores;
-
- Danos nas redes de água, canalização ou rede elétrica;
-
- Sinalética destruída;
-
- Avaria de equipamentos elétricos devido aos picos de corrente;
-
- Falha nas comunicações (telefone, internet e televisão).

No concelho de Arganil foram afetadas diretamente 6 unidades de alojamento turístico e na Pampilhosa da Serra duas unidades de alojamento turístico, perfazendo um total de oito alojamentos que sofreram fisicamente com os incêndios de outubro de 2017. (TCP, 2017)

Além deste tipo de danos diretos e imediatos, existem outro tipo de consequências que afetaram a normal atividade dos promotores turísticos. Muitos empreendimentos encerram nas primeiras semanas após os incêndios, ainda que não tenham tido equipamentos e materiais queimados, mas por questões de limpeza, perturbações nas telecomunicações e acessibilidades, existência de funcionários afetados, entre outros, que por consequência resultam em prejuízo para o detentor. Outras intervenções necessárias de fazer após um incêndio, como as telecomunicações e as acessibilidades, estão fora do alcance do promotor, dependendo da ação das entidades públicas e privadas responsáveis pelas infraestruturas, o que se torna num problema de dependência, fora do seu alcance de resolução. Por outro lado, existiu o cancelamento imediato de reservas nas primeiras semanas após os incêndios, uma vez que não existiam condições para desfrutar desta região.

Impactos Indiretos

O turismo nesta região está dependente de tudo o que esta oferece, seja da natureza ou da população que lá reside, sem a junção de todos estes fatores o turismo nunca seria bem-sucedido. Ao arder tudo o que a rodeia, a destruição da floresta e de sítios classificados com valor ambiental e científico, comprometeram a qualidade da paisagem, havendo uma perda de valores naturais e paisagísticos no território, retirando-lhe a atratividade. Comprometeu-se, também, a prática de turismo de natureza, essencialmente com a danificação de percursos pedestres e estragos nas praias fluviais.

A imagem de um destino trata-se da soma das qualidades emocionais e estéticas, tais como experiências, crenças, ideias e impressões, que um indivíduo tem sobre um destino, e é um fator extremamente influente nos processos de decisão do turista, no que diz respeito ao ato de viajar (Crompton, 1979), devido à destruição de todo o território, este deixa de ser apelativo e de apresentar segurança para os turistas, a imagem do destino

passa a ser negativa, o que geralmente cria uma crise turística. Como foi referido anteriormente o sentimento de segurança é algo de grande valor para o visitante escolher o destino para onde viaja e sendo que pela segunda vez em 2017 se registaram tantas fatalidades na sequência de incêndios rurais na Região Centro de Portugal, propiciou que os indivíduos tivessem uma perceção desse território como inseguro.

O destino corre também o risco de ficar associada a um destino rural onde os principais ativos rurais deixaram de existir, deixando, portanto, de haver atratividade. Como foi mencionado no capítulo respeitante à descrição turística dos concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra, o território tem como principais ativos, elementos associados ao meio natural, como a paisagem, as zonas fluviais, a floresta e a montanha. Mais uma vez o turismo de natureza é o mais presente no território e sem esses atrativos o território deixa de fazer sentido como um destino turístico atrativo, pois não consegue oferecer os elementos da natureza, perdendo assim competitividade no mercado. É neste sentido e tendo em conta os possíveis danos da imagem negativa do destino, seja uma imagem associada à insegurança ou uma imagem associada a um destino destruído e menos atrativo, que surge a necessidade de se adotarem medidas e estratégias de valorização do território, para que o mesmo não entre numa crise turística.

5.3. Apoios e Iniciativas Implementadas

5.3.1. Apoios e Iniciativas Gerais

Numa catástrofe como esta, existe um grande movimento de solidariedade por parte da humanidade, são criados movimentos para ajudar as pessoas afetadas de maneira a chegarem os bens de primeira necessidade. Somente, após a população estar devidamente atendida e em segurança se pode aferir quais as carências para além do essencial. Para primeira necessidade, ambos os municípios criaram contas solidárias e ações de voluntariado para minimizar os impactos dos incêndios de outubro passado (ADXTUR, 2017). Exemplos desse voluntariado, é a criação do Apoio ao Desenvolvimento Reconstrução e Ordenamento /ADRO), criado por dois irmãos, em conjunto com amigos, que após os incêndios de outubro decidiram ajudar a população da Freguesia de Fajão-Vidual, em Pampilhosa da Serra, da qual são descendentes, apoiando ao nível de primeiras

necessidades, assim como na reconstrução de habitações e recuperação da floresta envolvente.

Com o objetivo de dar resposta a necessidades prementes das populações dos concelhos do Norte e do Centro do país abrangidas pelos incêndios, foram estabelecidas medidas excecionais de apoio à reconstrução de habitações e de apoio às empresas. O Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente (PARHP) visou a concessão de apoio às pessoas singulares e aos agregados familiares cujas habitações permanentes foram danificadas ou destruídas naqueles incêndios, nos concelhos identificados por despacho dos membros do Governo, responsáveis pelas áreas das autarquias locais e do planeamento e infraestruturas. Ambos os municípios em estudo estavam integrados neste apoio (CCDR, 2018). Em conjunto, nos concelhos em estudo, foram aprovados 140 projetos e neste momento encontram-se todos concluídos.

No sentido de promover uma pronta recuperação da economia local, aliviando as populações atingidas de uma parte das dificuldades com que se confrontam, aprovam-se várias medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15 de outubro (Decreto-Lei n.º 141/2017, de 14 de novembro): suspensão dos processos de execução fiscal instaurados pela Segurança Social; suspensão dos processos de execução fiscal instaurados pela Autoridade Tributária e Aduaneira e outras entidades; manutenção de benefícios autorizados ao abrigo do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado; Prorrogação de prazos relativos a obrigações fiscais. Também a CCDR, criou um apoio para empresas afetadas pelos incêndios, empresas cuja capacidade produtiva ficou diretamente afetada pelos incêndios, o Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtiva (REPOR), este apoio é atribuído sob a forma de subvenção não reembolsável e incide sobre diferentes despesas, nomeadamente relativas à aquisição, instalação, transporte ou reparação de máquinas e equipamentos, incluindo equipamentos informáticos, e a obras de construção, remodelação ou adaptação das instalações, indispensáveis à reposição da capacidade produtiva. Num total das empresas afetadas nesta região foi aprovado um investimento total de cerca de 2,5M de euros (REPOR, 2022), mas nenhuma relacionada com a atividade turística.

O Governo também tomou as medidas necessárias para assegurar a tramitação célere e o apoio aos projetos apresentados no âmbito da ação do «Restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020), com incidência na área dos incêndios, que cumprissem as normas de elegibilidade e fossem selecionados de acordo com os procedimentos em vigor.

O IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas em parceria com o Fundo Revita atribuíram um total de 82,06M de euros, no âmbito das medidas de apoio aos agricultores, visando a recuperação da sua atividade produtiva e dos seus meios de subsistência, implementadas e operacionalizadas na sequência dos incêndios ocorridos no ano de 2017.

Programas como “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” que o Governo posteriormente lançou, vieram ao encontro da necessidade de se criar mais e melhor prevenção de incêndios, programas de sensibilização e de apoio à população, com vista a melhorar a sua segurança. Também, as medidas de gestão de combustível em torno das casas não são suficientes, reconhece-se que há um trabalho muito amplo a realizar para tornar as comunidades mais resilientes e aptas para se defender dos efeitos do fogo, mesmo sem o apoio de entidades operacionais. O facto de nestes incêndios terem morrido relativamente menos pessoas em fuga, ou fora de casa, deveu-se certamente à perceção, por parte da população da mensagem: “que não se deve sair de casa à última hora e com o fogo por perto”. É igualmente importante identificar antecipadamente, em cada aldeia ou lugar, locais ou casas seguras, que possam servir de refúgio ou abrigo, para moradores ou visitantes, em caso de incêndio. Verificou-se que em muitos casos não apenas faltou uma informação sobre o comportamento geral dos incêndios junto da população, como também uma capacidade de avaliação do seu comportamento local.

5.3.2. Apoios e Iniciativas ao setor do turismo

Logo após os incêndios o governo duplicou para 60M as verbas de apoio ao turismo, com efeito imediato, pois perante a gravidade da situação dos incêndios, entendeu-se necessário adotar medidas excecionais destinadas a promover a recuperação dos territórios atingidos, nomeadamente, no que ao Turismo respeita.

Também os apoios do Programa Valorizar - programa do Turismo de Portugal de apoio ao investimento na promoção da qualificação do destino turístico Portugal cujo objetivo se pautava por dotar os agentes públicos e privados que atuam na área do turismo, de um instrumento financeiro que permita potenciar e melhorar a experiência turística- a projetos que tenham em vista a recuperação de ativos das empresas do turismo afetados pelos incêndios, incluindo a reparação de instalações e a substituição de equipamentos danificados, deduzindo as indemnizações recebidas, foram alargados.

Criada no âmbito do Programa Valorizar, referido anteriormente, foi criada uma linha - Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, que visa promover a contínua qualificação dos destinos através da regeneração, requalificação e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e da valorização do património cultural e natural do país. Esta Linha tem como principal objetivo o apoio ao investimento a iniciativas/projetos com interesse para o turismo, que promovam a coesão económica e social do território, em linha com o Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT). Para fazer face à necessidade de requalificação e regeneração dos concelhos atingidos pelos incêndios como são o caso de Arganil e Pampilhosa da Serra. No âmbito desta iniciativa foram criados programas divididos em tipologias de projetos e iniciativas (Linha De Apoio À Valorização Turística Do Interior, 2018):

-
- “Projetos de valorização ou incremento da oferta de Cycling & Walking, nomeadamente no contexto dos percursos cicláveis, pedonais e de fruição espiritual;
-
- Projetos de valorização do património e dos recursos endógenos das regiões ou de desenvolvimento de novos serviços turísticos com base nesse património e nesses produtos, nomeadamente no contexto do turismo cultural, termal, equestre, gastronómico, de natureza, militar e ferroviário que contribuam para o reforço da atratividade de destinos de interior ou para a dinamização de crossselling regional;
-
- Projetos de valorização e de qualificação das aldeias portuguesas, tendo em vista a melhoria da sua atratividade e da experiência turística nestes espaços;

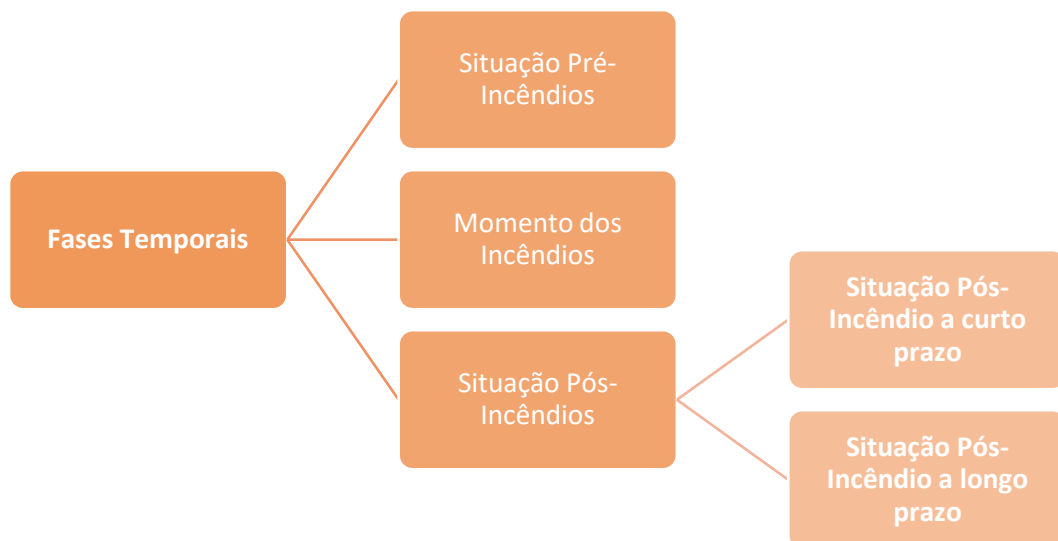
-
- Projetos que tenham em vista a estruturação de programas de visitação turística em destinos de interior;
-
- Desenvolvimento de calendários de eventos com potencial turístico e com impacto internacional realizados nos territórios do interior ou com impacto nesses territórios, apenas podem ser apresentados pelas respetivas entidades regionais de turismo ou pelos órgãos regionais de turismo competentes nas regiões autónomas;
-
- Os seguintes projetos e iniciativas, a desenvolver nos territórios que compõem os concelhos Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande, Ansião, Alvaiázere, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertão:
 - Projetos que visem a criação de zonas de proteção das aldeias contra potenciais incêndios, inseridas em redes de oferta, nomeadamente as Aldeias do Xisto, nomeadamente através da adequada limpeza e assoreamento, quando necessário, das zonas lineares e/ou confinantes dessas aldeias; cumprindo as seguintes condições:
 - Realização de eventos suscetíveis de promover os concelhos atingidos e de atrair turistas aos territórios atingidos pelos incêndios, podendo ser apresentados diretamente pelos respetivos promotores.”

Para além de apoios financeiros foram também criadas estratégias de solidariedade para atrair os visitantes, movimentando assim turistas para estas regiões com intuito de o fazerem para ajudar os alojamentos afetados e ajudar a economia local. Estas iniciativas foram criadas pelos respetivos municípios, como por exemplo, estes distribuíram visitantes convidados por o município para vários eventos, por diferentes alojamentos ao longo de 2018, como artistas ou empresas convidadas, para conseguir dar alguma ajuda aos alojamentos da região.

CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

6.1. Enquadramento das Dimensões de Análise

Neste capítulo são apresentados os resultados do presente estudo e a sua análise. Já identificado no capítulo anterior “Metodologia”, o tipo de amostragem mais adequado para implementar neste trabalho foi a não probabilística intencional. Para conseguir alcançar os objetivos pretendidos é pertinente segmentar o estudo em dimensões temporais, identificando as diferentes fases do acontecimento dos incêndios florestais nestes concelhos, como foi realizado nos capítulos anteriores na descrição teórica e inspirado no modelo de Tedim *et al* (2020) em que existe um momento antes, durante e pós catástrofe, podendo assim associar esta metodologia à construção da entrevista. Foi então necessário seguir o mesmo raciocínio, dividindo assim a análise da amostra por fases temporais:



A análise da Situação Pós-Incêndios é também segmentada por duas fases temporais que complementam a análise da amostra para chegar aos resultados da previsão do futuro da mesma. Esta última segmentação irá ajudar a responder às questões que são colocadas para o futuro desta região e demonstrar as iniciativas realizadas ou que se desejaria que fossem realizadas no futuro e perceber o que se poderá melhorar.

6.2. Identificação e Caracterização da Amostra

Para a realização das entrevistas foram então selecionadas de entre as empresas e alojamentos registados legalmente nos concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra um número negócios/empresas, procurando diversidade na amostra, quer do tipo de setor na área do Turismo, quer no que se refere à sua localização.

Existe uma grande diferença no número de alojamentos turísticos de 2017 para 2023, tornando-se assim a amostra bastante mais reduzida caso este estudo fosse implementado no cenário atual. Como mencionado anteriormente, na tabela 8 ambos os municípios tinham em atividade legal 64 alojamentos até aos incêndios, enquanto até a data de hoje são já 188 (RNT, 2024), mas para o estudo em questão apenas importa estudar aqueles que abriram atividade até ao final de 2016 para se conseguir ter um resultado correto, pois em análise está também a situação pré-incêndio, tentando procurar os alojamentos que estivessem abertos há mais anos e com uma oferta mais estruturada.

Inicialmente para se construir a amostra foram enviados emails a diversos alojamentos para um primeiro contacto, ao qual existiu pouca adesão avançando assim para o contacto telefónico e direto. Desta forma, foi então decidido retirar uma amostra de cerca de 10 destes negócios/empresas de turismo, ao qual apenas sete foram bem-sucedidas, pois houve alguma dificuldade de colaboração e disponibilidade, provocadas também pelo facto de alguns terem fechado atividade fisicamente durante este período. A pesquisa para escolher os entrevistados apenas se baseou em registos do RNT, pois fazendo uma pesquisa em plataformas de reservas online, como o Airbnb, existiam muitos mais alojamentos do que os registados, ou seja, a funcionarem em ilegalidade, o que pode ter sido o motivo do aumento de alojamentos desta região após aos incêndios devido ao aumento de fiscalização. Ao longo da realização do trabalho um dos alojamentos retirou o seu registo no RNT o que dificultou a sua caracterização, mas mesmo assim vai ser introduzido no estudo pois a sua entrevista tinha informação indispensável de ser aplicada neste estudo. O objetivo foi também escolher locais dispersos geograficamente, mas sendo que a maioria tem uma maior afluência nas zonas de mais interesse turístico existindo assim mais entrevistados nesses locais. Assim dentro destes parâmetros foram escolhidos os seguintes alojamentos:

	Ano de Registo	Localização - Concelho	Data de Entrevista	Duração de Entrevista
E1	2009	Arganil	08/08/2023	00:17:53
E2	2010 / 2012	Arganil	05/06/2022	00:21:12
E3	2016	Arganil	12/11/2022	00:22:42
E4	-	Pampilhosa da Serra	12/08/2022	00:15:54
E5	2004	Pampilhosa da Serra	20/08/2022	00:22:07
E6	2010	Pampilhosa da Serra	23/08/2022	00:16:48
E7	2016	Pampilhosa da Serra	25/05/2022	00:19:27

Tabela 16 - Identificação da Amostra, Fonte: RNT 2023 e Elaboração Própria

Após identificar os alojamentos entrevistados é necessário caracterizar os mesmos em relação à sua oferta e caracterização física, assim como a pessoa responsável entrevistada.

	Modalidade	Nº de camas	Função	Faixa etária	Residente nos municípios em estudo	Atividade principal de subsistência	Apoio para Início de atividade
E1	AL - Estabelecimento de hospedagem	14	Gerente não proprietário	Adulto 18-65	sim	sim	-
E2	ET - Casas de Campo	16	Sócia Gerente	Adulto 18-65	sim	não	PRODER (na construção da segunda casa)
E3	AL - Estabelecimento de Hospedagem	6	Gerente e proprietário	Adulto 18-65	sim	não	-
E4	-	30	Gerente não proprietário	Adulto 18-65	sim	não	Cofinanciado pela UE
E5	AL - Moradia	3	Sócia Proprietária	Adulto 18-65	não	não	-
E6	AL - Apartamentos	13	Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa da Serra – Entidade exploradora	Adulto 18-65	sim	não	-
E7	AL- Moradia	8	Gerente e Proprietária	Adulto 18-65	sim	não	-

Tabela 17 - Caracterização da Amostra, Fonte: RNT 2023 e Elaboração Própria

A tabela anterior não só foi idealizado com a informação disponível no RNT mas também com a informação recolhida na realização das entrevistas, que numa parte inicial de introdução de perguntas fechadas o entrevistado apresentou o seu negócio. A maioria dos alojamentos é gerida pelo proprietário com residência no território em estudo, tendo

assim uma proximidade com o negócio, tornando-o mais pessoal e familiar, mas estes alojamentos tratam-se de atividades secundárias de sustento pois a maioria tem um emprego principal. Apenas o gerente da Comissão De Melhoramentos Dos Pardieiros vive do sustento deste espaço pois explora o restaurante a ele associado. Todos os entrevistados encontram-se numa faixa etária de atividade ativa, maioritariamente entre os 40-60 anos idade.

Como acontece no geral desta região, os Alojamentos são maioritariamente compostos por moradias reconstruídas ou herdado de antepassados, moradias de carácter artístico da região como se pode observar ao pesquisar estes casos de estudo, albergando assim um número reduzido de pessoas (E5).

“...sociedade de irmãos ...foram casas que herdamos da minha mãe, que a minha mãe nos deu, inclusivamente a casa da moita era uma casa velhinha, e que nós restauramos e resolvemos que aquela casa seria para turismo... (E5)”

Outros alojamentos transformaram espaços públicos, como o de E4, o edifício existente era uma antiga prisão que foi remodelada para se tornar uma residencial. Outro exemplo é o E6 em que uma antiga escola primária foi transformada em diversos apartamentos turísticos e explorados depois pela Junta de Freguesia de Pampilhosa da Serra.

“...o alojamento das escolas das aldeias localiza-se numa antiga escola primária que junta as duas aldeias que é a Aldeia Cimeira e a Aldeia Fundeira, essa escola que servia para as crianças do primeiro ciclo na altura. Entretanto fechou e ficou muito tempo abandonada, anteriormente um executivo teve a ideia de dar lhe uma vida nova, e então decidiram fazer um alojamento local neste equipamento.”

Ao questionar se existiu alguma ajuda para criar inicialmente o negócio, todos os entrevistados negaram, referindo que todo o investimento foi feito pelos mesmos sem recurso a fundos de apoio ao investimento, recuperando os edifícios por recriação e motivação própria. Apenas E2 para expandiu o seu negócio recorrendo ao PRODER, instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente.

“...para a recuperação da segunda casa da casa do forno daí fizemos um projeto ao PRODER para a reconstrução.” (E2)

Todos estes alojamentos encontravam-se numa margem de sucesso antes dos incêndios de 2017 como vamos ver no capítulo seguinte. O facto de já terem atividade aberta algum tempo antes também são casos de estudo com alguma maturidade no mercado turístico nestes concelhos.

6.3. Enquadramento geral da situação pré-incêndio

Os municípios em estudo como referido anteriormente são municípios de baixa densidade populacional e envelhecidos, em que os rendimentos são baixos, mas que procuram atrair turistas que vão ao encontro de experiências genuínas por um valor mais reduzido. Podemos afirmar que tudo é mais barato nestas regiões e a oferta turística não ficava de fora dessa tendência em 2017. Os preços dos alojamentos em estudo variavam entre os 25€ e os 70€ por quarto duplo ou a casa completa, indo ao encontro do que estes podem oferecer de comodidades, pois são casas simples com o básico, apesar de os estabelecimentos até poderem estar bem equipados têm sempre de conjugar com a oferta exterior, se os acessos e os transportes públicos são favoráveis, se as redes comunicações são boas e a distância dos grandes centros urbanos e aeroportos.

“O preço é de 30 euros por adulto, por noite, com pequeno-almoço incluído. E as crianças, até aos três anos, não cobramos nada, e depois, até aos 12 anos, cobramos a cama extra, que é 15 euros por noite...” (E2)

“...até quatro pessoas podem ficar na casa principal por 55€ a noite e têm acesso a wifi e aquecimento como uma lareira” (E3)

“Nos temos um preço baixo que é 34€/noite.” (E6)

Não existe uma grande variação de preços conforme a sazonalidade, ou seja, os preços pouco variam entre a época baixa e a época alta, variando consoante o número de dias que o visitante pernoitava, fazendo preços mais reduzidos se permanecerem mais dias.

“...fazemos o preço da seguinte forma, uma noite são 70€ mas imaginemos que 2, 3 ou uma semana isso fazemos a 60€, agora se forem 15 dias também fazemos um preço mais razoável.” (E5)

Outros alojamentos apostam apenas em alugar por largos períodos de tempo e apenas em época alta como é o exemplo do AL E7, pois a receita na época baixa não era o suficiente para manter o negócio aberto.

“Era semanal, não havia alugueres diários, eram alugueres semanais e variavam os 300 os 500 euros por semana. Basicamente eram um negócio sazonal, funcionava nos meses de verão, até pelas características do Alojamento e as características da região.” (E7)

Os turistas que se deslocam para esta região, procuram a tranquilidade e sossego que a natureza destes municípios oferece, procurando usufruir de locais únicos com características únicas.

“...as reservas mais comuns provêm de pessoas que querem caminhar e como o alojamento fica numa zona natural eles escolhem porque querem estar na natureza.” (E3)

Com a vida citadina mais ocupada, a procura por regiões em que o Turismo de Natureza é predominante aumenta, o que faz deslocar muitas famílias de nacionalidade portuguesa para esta zona, o que se pode confirmar quando se questionou os entrevistados sobre que tipo de turista mais recebiam.

“... nacionalidade principal é portugueses. (...) é mais famílias, mais entre duas e quatro pessoas. É mais ou casais, ou casais com filhos...” (E2)

“Famílias, basicamente famílias ou grupos de amigos. (E7)

“...temos malta nova, grupos novos, ate mesmo estudantes universitários que vêm para ali para se divertir como temos pessoas serias e alguns ate vem com os netinhos ali passar um diazinhos de ferias, pronto e estar ali em família.” (E6)

O facto de o turismo não ser a principal atividade dos entrevistados é visível na falta de controlo e monitorização do tipo de turistas que entram nos seus alojamentos, especialmente da nacionalidade. Dois entrevistados destacaram-se por terem um nicho de mercado estrangeiro bastante particular antes dos incêndios que para uma região como esta não são comuns. Um dos casos é E2 que antes dos incêndios de 2017 trabalhavam com uma Agência Sueca que trazia muitos clientes para a região.

“...Antes de 2017 uma coisa que também te posso dizer é que eu recebia, embora o nosso público seja maioritariamente portugueses sim, por causa das aldeias de xisto, mas antes também recebi muitos estrangeiros do norte da europa, Suécia e Finlândia porque é um tipo de paisagem que gostam muito e trabalhávamos com uma agência na suécia que nos trazia esse cliente, claro que depois dos incêndios essa clientela acabou ate a própria agência terminou e desde então que a esmagadora a maioria é portugueses.” (E2)

Outro que se destaca é a proprietária do alojamento E3 que apresentava uma taxa de quase 90% e a maioria de nacionalidade estrangeira, este fator pode estar relacionado com a sua estratégia de marketing que se direccionava para o público estrangeiro e vendia o seu produto como um local de retiro.

“Eu tenho um registo desde que comecei há oito anos atrás, e registei todas as nacionalidades e é muito interessante e tem sido muito diverso, e parece que há um padrão, quando há um feriado ou férias em Israel eu tenho visitantes israelitas, o mesmo para visitantes alemães e holandeses (...) ocupação de 88% no Airbnb mas é mais que isso, é muito raro não ter reservas,” (E3)

Para um território isolado a taxa de ocupação apresentava valores muito promissores, com valores superiores à taxa de ocupação média de ambos os concelhos como podemos ver na tabela 12, do capítulo anterior em que a taxa média em 2017 era de 42,3% em

Arganil e 19,7% na Pampilhosa da Serra. Esta taxa segue o mesmo padrão do resto do país em que na época alta a taxa é superior, na particularidade que esta se começou a alargar por mais meses.

“Durante o verão sim 90% sim, durante o verão. (...) mas a partir de maio já se trabalhava bem” (E2)

“...com uma taxa de ocupação provavelmente entre os 50% e os 90%. Nos meses de Junho, Julho, Agosto e até meio de Setembro.” (E7)

O concelho da Pampilhosa da Serra, em especial a Freguesia de Fajão, tem a particularidade de ter uma rede de eólicas de considerável dimensão assim como uma produção florestal significativa, o que movimentava trabalhadores para esta região que necessitavam de um espaço para pernoitar.

“Antes do incêndio de 2017 nós funcionávamos sobretudo de turismo mas também de algumas empresas que estavam aqui na área da floresta e na indústria das eólicas que acabam também por vir trabalhar para esta região.” (E4)

Concluímos assim, que apesar de ser uma região isolada e com uma oferta turística simples conseguia atrair um grande número de visitantes, destacando famílias portuguesas, motivadas pelos preços e o ambiente envolvente aos alojamentos. Procuravam a calma da natureza e usufruir das inúmeras zonas balneares que a região oferece, como as que foram descritas na oferta turística dos concelhos.

6.4. Momento dos incêndios

A 7 e 15 de Outubro ocorreram vários incêndios que afetaram toda a região em estudo, foi considerada uma catástrofe natural em toda a área afetada, não só nestes concelhos pela EM-DAT, pois existiram mais de 10 óbitos, mais de 100 pessoas foram afetadas e foi declarado estado de emergência assim como pedido de ajuda internacional, classificando assim este evento com um nível de intensidade IV segundo a classificação de Kobiyama *et al* referida anteriormente, que descreve um evento de muita grande intensidade, com

impactos muito significativos e prejuízos de grandes dimensões. Como referido anteriormente a maioria dos entrevistados são residentes na região e viveram esta catástrofe de muito perto, estando a maioria presente na região.

“Aquilo foi um dia, uma noite muito trágica...” (E5)

Uma grande prioridade no momento do incêndio foi se existia risco para os funcionários e para os hóspedes, visto que alguns destes alojamentos ainda estavam a funcionar com alguma ocupação, mesmo sendo um mês de época baixa.

“Tinha duas pessoas a trabalhar, e mesmo na hora do incêndio...” (E1)

Como responsáveis dos alojamentos era necessário perceber a melhor opção de evacuação, nos incêndios de junho de Pedrógão Grande muitas pessoas perderam a vida no momento de fuga das chamas, e após esse acontecimento os procedimentos aconselhados pelo Proteção Civil que tem como um dos objetivos de prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidentes graves, era manter-se em casa e numa zona segura, assim os entrevistados cumpriram o seu dever em informar os hóspedes que o correto a fazer era manter-se na habitação.

“Acabamos por não sair do local e os próprios dois hóspedes que tínhamos optaram por não sair, mas aí também eu aconselhei a não saírem por causa das estradas, podia ser um risco e era muito mais seguro ficarem dentro do edifício...” (E2)

“...eles queriam ir embora, mas eu disse não, deixem -se estar aqui que estão mais seguros de que ir embora (...) porque nas estradas que temos não, era pior as pessoas meterem-se no meio da estrada.” (E1)

Após o primeiro choque muitos tiveram logo o impacto de como iria ficar o seu negócio, e esse pensamento não escapou no momento de aflição, apesar de não ter sido a prioridade.

“Sim tive claro. Imediatamente. O nosso turismo é muito baseado na envolvência, da natureza e a natureza ficou completamente destruída...” (E2)

Felizmente nenhum hóspede ou trabalhador esteve em risco eminente no momento dos incêndios, pois todas as medidas de evacuação foram respeitadas e alguns ajudaram mesmo a apagar a chamas que lavravam junto das habitações.

“...eu estive aqui presente a ajudar a apagar. Não tivemos perigo para hóspedes...” (E4)

Após assegurar a segurança de todos e de dar um tempo de luto, é que se começa a pensar na recuperação, avaliando os danos no destino assim como nas próprias propriedades.

6.5. Análise Formal da situação pós incêndio a curto prazo

Após os incêndios terem sido controlados, chega o momento de avaliar os prejuízos imediatos. Esses prejuízos podem ser avaliados como impactos diretos e impactos indiretos, seguindo o mesmo modelo da avaliação teórica dos impactos nesta região, pois para além de infraestruturas afetadas também toda a floresta envolvente foi destruída.

6.5.1. Impacto direto

Apesar de 6 unidades de alojamento terem sido afetadas na região em estudo, nenhuma foi afetada diretamente e a maioria nem foi afetada de maneira alguma, algo positivo pois a reconstrução das mesmas poderiam custar um valor bastante elevado (Beirman, 2012). Destaca-se E5 que sofreu danos na sua infraestrutura principal e E7 que oferecia atividades numa quinta complementar ao alojamento.

“Janelas e a porta principal, e um bocado da fachada em cima porque a fachada também é com madeira.” (E5)

“Sim ardeu toda a natureza em volta, arderam sistemas de rega que faziam parte de uma propriedade que era usada em complemento na estadia dos hóspedes, uma quinta que os hóspedes gostavam de visitar, toda essa infraestrutura da quinta ardeu. A casa em si onde funcionava o empreendimento não, mas a estrutura da quinta sim” (E7)

Outros alojamentos apenas sofreram danos no exterior, como jardim e área envolvente, assim como arrumos de arrecadação de material de apoio ao alojamento.

“Nada da própria habitação ardeu, apenas ardeu os arrumos do exterior e as nossas árvores, as oliveiras, perdemos cerca de 67 oliveiras.” (E3)

“...destruiu-nos um pouco a paisagem, o espaço envolvente, as árvores que tínhamos no AL também arderam, o nosso felizmente manteve-se.” (E6)

Como podemos averiguar os alojamentos em estudo não sofreram grandes danos nas suas infraestruturas. O mesmo não pode ser dito nas infraestruturas de apoio como comunicações, sinalética, redes de água e elétrica que são danos bastante significativos (Amaro e Barroco, 2018). O facto de os incêndios movimentarem depois pessoas para repor as infraestruturas veio atenuar um pouco situação em que o turismo se encontrava na altura, tirando aqui a vantagem de a região ser isolada.

“...cancelaram-se imensas reservas mas o que salvaguardou depois o funcionamento, houve reconstrução de algumas casas e houve o funcionamento da rede de telecomunicações e eólicas e estando esta residencial numa zona isolada onde não havia outro sítio onde ficar as empresas acabaram por alugar o nosso espaço para os funcionários, portanto não houve aqui grandes perdas económicas, porque, em vez de virem turistas acabaram por vir funcionários das empresas aqui dormir no nosso empreendimento.” (E4)

Uma consequência imediata foi o cancelamento de reservas, tanto por parte do promotor que não sentia que existiam condições de receber confortavelmente visitantes (E5), assim como por parte dos turistas por não se sentirem seguros na zona, assim como esta não ter já nada para oferecer a não ser paisagens negras.

“Tivemos de cancelar algumas reservas, porque tivemos algum tempo a espera que as coisas fossem normalizadas.” (E5)

“Todas foram canceladas.” (E1)

“...os turistas desapareceram porque a serra estava preta, estava tudo destruído e as poucas pessoas que, por exemplo na passagem de ano recebi de facto dois grupos que foram especificamente com o intuito de ajudar porque eram pessoas que já lá tinham estado, mas foi uma estadia de uma/duas noites. (E2)

Esta tendência é compatível com a análise dos indicadores de procura turística analisados anteriormente, verificando uma descida de 2017 para 2018 de todos os indicadores, com exceção que Pampilhosa da Serra teve um aumento de cerca de mais 400 dormidas como é possível verificar nas tabelas dos indicadores de procura turística mas apresentando na mesma uma taxa de ocupação menor que o ano de 2017.

Aqui os alojamentos tomaram atitudes diferentes perante a situação de reservas nulas, infelizmente muitos não se puderam dar ao luxo de reduzir preços pois estes já se encontravam muito abaixo da média (E2), enquanto outros tiveram essa possibilidade, o que acabou por ter algum impacto positivo (E3).

“...continuei e a minha ideia era aumentar preços e não o fiz, há muitos anos que não aumentamos a nossa tarifa...” (E2)

“Eu imediatamente ofereci arrendamento muito barato, e acrescentei na descrição do Airbnb: - tivemos uma catástrofe de incêndios na região e está muito queimado e por este motivo estou a oferecer o alojamento mais barato – eu acho que ofereci o alojamento a 25€ a noite (...) E as pessoas vieram para ver os estragos do fogo, estavam muito interessadas naquilo que se tornou uma atração turística,” (E3)

No caso E3 transcrito anteriormente existiu uma estratégia de vender o destino como um destino necessitado, apelando para a solidariedade das pessoas para visitarem e ajudarem a região ficando no seu alojamento por um preço bastante reduzido, o que

gerou um interesse por parte de turistas que procuram emoções diferenciadas e verdadeiras em procura de um lado diferente psicológico, o “Dark Tourism” (Yan 2016). Seguindo o tema de solidariedade, também alguns dos alojamentos ofereceram os seus espaços para acolher população que ficou desalojada devido aos incêndios.

“Aliás nós ate chegamos a propor o alojamento como uma das casas, possíveis casas, caso fosse necessário, para solucionar as pessoas que ficaram sem habitações.” (E6)

Apesar de todas estas consequências, os proprietários dos alojamentos mantiveram sempre a atividade aberta com a esperança que a procura turística aumentasse, e que os visitantes regressassem a esta região. O turismo é visto como uma atividade económica resiliente que tem a capacidade de se adaptar e transformar (Lew 2014).

6.5.2. Impacto indireto

Tudo o que era floresta e natureza da região foi gravemente afetado, os montes ficaram negros e os rios poluídos de cinzas. A beleza do território desapareceu, e com ela os pontos mais atrativos da região, um dos grandes impactos de uma catástrofe natural (Beirman, 2012). A recuperação da paisagem infelizmente é lenta e fora do alcance humano e ainda hoje é possível ver vestígios dos incêndios na região. Por Exemplo Percursos Pedestres ficaram completamente em cinzas e toda a oferta turística no âmbito do Turismo de Natureza e Aventura desapareceu.

“Ficou tudo ardido, a paisagem era umas das coisas que a pessoas passavam por aquela zona, a paisagem ficou completamente desértica...” (E5)

Um de outros impactos indiretos com grande peso foi a imagem do destino, em que este deixou de passar a imagem de um destino seguro, o que resulta no declínio do número de turistas (Hanqin Qiu Zhang, 2005). A dimensão desta catástrofe no destino foi de tal forma que influenciou os turistas a procurarem nos anos seguintes destinos mais seguros, criando aqui uma pressão sobre os responsáveis dos alojamentos de tentar recuperar a imagem perdida.

“Depois do fogo de Pedrógão, portanto 3 meses antes do nosso fogo o negócio caiu a pique, as pessoas ficaram com medo e reduziram de imediato as reservas (...) bastou a notícia do fogo de Pedrógão para as pessoas cancelarem de imediato as reservas.” (E4)

A população da região também sofreu com esta catástrofe, não só ficou de luto pelas vidas que se perderam nestes concelhos mas também pela natureza e paisagens envolventes, trazendo um sentimento de tristeza e derrota de ver as suas terras em cinzas.

6.5.3. Ajudas e medidas tomadas para atenuar os impactos na região

Numa catástrofe desta dimensão seria de esperar a criação de medidas e apoios para atenuar os impactos na setor do turismo, como foi referido anteriormente o Estado duplicou as verbas para o turismo para 60M de euros e programas como o Programa Valorizar foram criados. Questionando os entrevistados sobre as ajudas ou medidas que viram ser implementadas no setor ou que estes pudessem usufruir a resposta foi unânime, pois nenhum teve conhecimento de qualquer apoio ou fundo para ajudar a atenuar os impactos nos seus alojamentos, assim como não sentiram apoio de divulgação para as pessoas voltarem para esta região.

“Não, não foi feito nada...” (E1)

“Não, não vi nada óbvio no setor do turismo...” (E3)

“Não tivemos nenhuma ajuda nacional ou europeia a seguir aos fogos, e não houve medidas para a reconstrução desta área do turismo, portanto basicamente acabamos por fazer tudo por própria conta.” (E4)

Esta falta de apoio fez com que os próprios tivessem de se adaptar e recuperar dos efeitos desta catástrofe recorrendo aos seus meios, alguns com o apoio dos seguros dos alojamentos no caso de danos físicos e outros com publicidade e palavra para mostrar que o destino ainda era seguro para visitar.

“Sim nos tínhamos seguro, como toda a gente deve ter, e aí ativamos o seguro para que nos ajudasse com as despesas.” (E5)

“Tentamos mostrar as pessoas que era seguro vir para cá, independentemente de termos um aspeto cinzento de paisagem mas que ainda tínhamos muito para dar.” (E8)

Apenas um apoio é notado, das próprias câmaras que tentaram com alguma divulgação mas pouco visível pelo menos por parte dos entrevistados, mas que houve um esforço para tentar ocupar os alojamentos com pessoas que vinham para trabalhar na região, como foi referido anteriormente, sendo exemplos jornalistas, investigadores, entre outros.

“A câmara municipal da Pampilhosa ajudou sim, de vez em quando mandam alguém para visitar e acabam por pagar a noite, pagar a estadia, isso sim já tivemos umas 4/5 estadias.” (E5)

Este desastre natural veio trazer um apoio solidário enorme para com a população que não se traduziu da mesma forma para o turismo, segundo os entrevistados poucas reservas foram feitas com esse intuito.

“...por exemplo na passagem de ano recebi de facto dois grupos que foram especificamente com o intuito de ajudar porque eram pessoas que já lá tinham estado, mas foi uma estadia apenas...” (E2)

Como podemos estudar anteriormente diversos apoios foram criados no âmbito social e especialmente no setor ambiental, floresta e agricultura em particular, e aí sim, alguns usufruíram a apoios para requalificação dos terrenos envolventes, mas que não se tratavam de apoios ao setor do turismo.

“Sim tive ajuda, não diretamente com o empreendimento mas como lhe disse nessa quinta que no fundo funcionava de algum modo como apoio ao empreendimento, tive ajuda da IFADAP para reposição no fundo do sistema de rega que tinha.”

Podemos então concluir que apesar dos apoios apresentados pelo governo para o setor do turismo terem existido, estes não foram sentidos por parte dos alojamentos desta região, talvez por falta de informação e de uma divulgação focada apenas no turismo e não só no ambiente.

6.6. Análise Formal da situação pós incêndio a longo prazo

6.6.1. Situação atual

Como podemos observar nas tabelas 10, 11, 12, 13 o concelho de Arganil foi o que mais sofreu nos anos seguintes aos incêndios (2018 e 2019) reduzindo em todos os indicadores de procura, apesar de um sentimento de melhora por parte dos entrevistados, os resultados pretendidos para estes anos ficaram muito aquém do esperado.

“Foi um bocadinho de retoma, 2019 já estava a correr um bocadinho melhor, mas mais no verão, enquanto em 2017 apanhou mais meses, 2018 foi só mesmo no verão e 2019 também assim a partir de maio, mas poucas, muito menos reservas.” (E2)

“Mais ou menos razoável, começou a ficar tudo verde, as pessoas começam a vir mais, mas pronto depende das alturas mas agora tem estado melhor.” (E1)

Já no concelho de Pampilhosa da Serra estes indicadores subiram (tabelas 10,11,12 e 13) apresentando valores superiores aos de 2016, mostrando assim que este desastre não teve impactos significativos na procura turística, diferenciando assim os concelhos entre si, em que um recuperou e até aumentou a sua procura enquanto o outro diminuiu significativamente a sua procura.

“Ao fim de um ano com os incêndios e logo a seguir recuperou e como tinha dito a pandemia teve algum impacto mas no seu global recuperou o negócio, estávamos como estávamos antes.” (E4)

O mesmo já não pode ser dito nos anos de pandemia Covid 19, 2020 e 2021, em que o cenário se inverteu, apesar de ambos sofrerem descidas significativas nestes anos, o

concelho de Arganil teve uma menor percentagem de descida, apresentando valores acima da média da taxa de ocupação da região de Coimbra. Um dos motivos que poderá justificar estes valores foi a procura por parte dos turistas de locais isolados e de pouco contacto físico, especialmente beneficiado casas separadas e bastante isoladas como o caso do alojamento E3.

“Está excelente. Continuou excelente durante o covid. Não tive problemas nenhuns, Tive sempre reservas durante o covid e agora continua um sucesso, sempre completos com reservas.” (E3)

É importante mencionar aqui que durante o processo de entrevistas foi possível distinguir dois tipos de visão da situação atual do turismo nos municípios em estudo, uma visão positiva, como é o caso da E3 referido acima, e uma não tão positiva como o caso da E5. Como foi apresentado no estudo teórico Otrachshenko & Nunes (2021) têm a previsão que as zonas ardidas nos próximos anos terão tendência de perder visitantes, o que gera algum sentimento de insegurança perante o negócio, pois a região em estudo está classificada como uma área de alto risco de incêndio, devido a todas as suas características.

“não acredito que no interior... não acredito que seja um turismo assim tão grande...e tão eficiente e que ganhe tanto...” (E5)

Podemos então concluir que a situação atual tem vindo a melhorar apesar dos entraves que a região encontrou ao longo deste período de tempo, não só os incêndios mas também a pandemia que olhando para os dados estatísticos podemos perceber que teve um impacto bastante superior que os incêndios nesta região, algo que foi visível a nível mundial devido à paragem global do turismo. O turismo é uma atividade económica resiliente e que tem uma grande capacidade de adaptação e de ultrapassar adversidades (Lew 2014) e estas regiões não são exceção.

6.6.2 Iniciativas e melhorias implementadas

Os desastres são causadores de prejuízos que exigem um planeamento e estratégia por parte dos setores públicos e privados de forma a atenuar os impactos de uma catástrofe natural (Toubes e Brea Fraiz), assim depois de toda a destruição foi necessário erguer infraestruturas destruídas e investir não só na segurança das pessoas mas também na maneira de receber os visitantes, apostando em novas tecnologias e melhorando os alojamentos.

Como referido anteriormente para proteger a população das aldeias isoladas desta região foi criado o programa aldeias seguras, mas este programa não só engloba a população mas também quem a visita, pois no caso de um incêndio florestal o hóspede terá de seguir as mesmas medidas que a população local, e assim este programa veio trazer também alguma segurança para o destino em estudo.

“...sobretudo o sentimento de segurança, aquilo que ouvimos da parte dos nossos clientes é que o projeto das Aldeias Seguras é importante mas as pessoas têm de se sentir seguras, portanto essa comunicação para o exterior nomeadamente das camaras municipais para o sector de turismo de que a área é segura e que não há fogos e que se está a fazer tudo para evitar os fogos, tranquiliza as pessoas, porque basta haver notícias e as pessoas cancelam logo.” (E4)

Muitas infraestruturas foram afetadas, nomeadamente estradas, não só pelo próprio fogo em si mas depois também devido às cheias consequentes da destruição do solo da região. Estas foram arranjadas ao longo deste período, não com a rapidez desejada pelos entrevistados, mas foi feito, proporcionando assim um melhor acesso para os visitantes se deslocarem para a região.

“As infraestruturas foram afetadas mas entretanto já foram melhoradas, estou a falar de estradas, proteção de rails isso foi feito, não foi feito uno depois mas foi feito 2, 3 anos depois... (E2)

Como foi referido anteriormente estes alojamentos não sentiram o grande apoio por parte do estado, mas isso não os desmotivou para inovarem e continuaram a acreditar no

turismo da região, apostando em diversas áreas dos seus alojamentos. Destacando E6 que investiu em fechaduras eletrónicas no alojamento, algo pouco comum na região, e assim conseguiu dar mais liberdade aos turistas de poderem entrar no alojamento e sair sem terem de entregar a chaves pessoalmente.

“...fechaduras eletrónicas que também nos dá aqui uma facilidade, está deslocado da vila a 5km e dá-nos aqui uma margem de segurança e também para uma entrada e saída dos ocupantes (...) saem de Lisboa ou do porto, de grandes cidades já assim a uma hora tardia, para fazer chegar a chaves nós tínhamos sempre esse problema, e assim damos-lhes o código da chave e eles chegam lá e a qualquer hora entram e saem, e pronto tem outra comodidade tanto para eles como para nós...”

Neste ponto foi dada a liberdade para os entrevistados mostrarem as iniciativas que gostariam que tivessem sido implementadas durante este período, iniciativas que tivessem beneficiado o território. A maioria sentiu a falta de divulgação e investimento na limpeza da natureza envolvente, nomeadamente os percursos pedestres, sendo eles um dos maiores atrativos da região, assim com a falta de informação sobre a região como mapas ou explicações nos pontos turísticos mais atrativos.

“...não foi feita a limpeza dos terrenos da madeira queimada que lá continua e que alterou a paisagem.” (E2)

“... a divulgação da região é essencial e a divulgação de atividades complementares ao alojamento, é também essencial, e de atividades por exemplo de lazer, os festejos, a promoção da tradição, quem nos visita acha que sempre gosta e valoriza. A manutenção dos percursos pedestres que nem sempre é feita adequadamente, são de facto criados alguns trilhos, mas esses trilhos nem sempre estão adequadamente mantidos e limpos, que é difícil que é uma tarefa difícil e tem que ser permanente, porque de facto a natureza tem uma capacidade de se multiplicar e os trilhos ficam muitas vezes intransitáveis e num curto espaço de tempo, é necessário manutenção permanente dos trilhos de caminhada, na reposição da sinalização todo esse tipo de questões que são no fundo complementares no alojamento.” (E7)

“A única coisa que me lembro foi os visitantes pedirem mapas para saber por onde caminhar...” (E3)

Ao longo da realização das entrevistas também foi mencionado a importância de criar medidas de prevenção para o turismo, pois estas são fundamentais para o planeamento da gestão turística de qualquer destino (Madininos e Vassiliadis 2008), para que haja uma maior formação para tornar este destino um destino seguro e com uma visão de sucesso para o futuro.

6.6.3. Visão para o futuro

O interior do país encontra-se em crescimento e com ele previsões promissoras para o futuro, e o território em estudo não é diferente, analisando todos os dados de procura turística é visivelmente esse crescimento apesar de todas adversidades que tiveram de enfrentar estes anos. O setor do turismo tem vindo a tornar-se um ponto de grande importância no desenvolvimento económico de diversas localidades, gerando emprego, fortalecendo a economia local e trazendo diversas regalias para o território (Ouriques, 2005), e a região em estudo não é exceção.

Mas para que este território se desenvolva, é necessário investimento em várias áreas do turismo assim como manutenção e melhoria de espaços turísticos. Numa fase final os entrevistados foram questionados em qual seria a sua visão para o futuro e que mudanças e melhorias gerais e específicas gostariam de ver implementadas. Mais uma vez aqui é bastante mencionado não só a manutenção dos percursos pedestres como a criação de novas rotas, assim como a sua devida sinalização.

“Percursos de xisto, nem só o que existe que também nem está conservado e fazer novos” (E1)

“...faz falta apostar em caminhos pedestres, na sua sinalização porque os caminhos já existem, a limpeza é fácil de fazer, é mais a sinalização e a divulgação.” (E2)

Os cursos de água existentes no território são também um ponto que os entrevistados desejam ver melhorados, a sua limpeza e manutenção, mencionando locais de atração turística de grande relevância que necessitam de ser mantidos e reconstruídos.

“A Fraga da Pena, podia melhorar muito, mas muito mesmo, que está muito abandonada.” (E1)

“Alí no nosso caso concreto estamos à espera que haja um investimento no rio e já estávamos antes do incêndio...” (E2)

Outro apelo feito pelos entrevistados é a aposta na divulgação da região e dos serviços que esta oferece, assim como o investimento na mesma.

“Mais divulgação da região dos serviços, uma melhoria na oferta de restauração, os tais investimentos em coisas simples de Natureza que é o que nos interessa ali, são os caminhos, acessos a vários sítios do rio, boa sinalização e mais informação da parte do município.” (E2)

Apesar de haver muito a melhorar para o futuro, os proprietários das unidades de alojamento também identificaram elementos bastante positivos que têm contribuído para o crescimento do turismo na região. Acreditam que estes mercados têm o potencial de gerar riqueza turística para o futuro.

“Para o futuro temos novas atividades, descobrimos agora o astro turismo para além do turismo de natureza, turismo de grupo e turismo desportivo, basicamente são essas as áreas, a caça, e estão a fixar-se novas empresas na área da tecnologia na região de Fajão mais ligadas à exploração espacial, e portanto temos aqui um novo mercado nesse sentido, sobretudo as aldeias dark sky, portanto as zonas que depois se podem tirar fotografias ao espaço etc.. tem sido assim um pouco um motor para uma nova área turística.” (E4)

“...temos a questão dos percursos pedestres, temos circuitos de btt, temos aqui vários programas e iniciativas que até mesmo não só pela camara mas também dos privados,

para que as pessoas que venham visitar a Pampilhosa possam usufruir deste espaço verde, da natureza, que é o que nos temos para dar.” (E6)

O território em estudo apresenta uma potencialidade de desenvolvimento turístico enorme como podemos verificar ao longo dos resultados obtidos, mas também apresenta várias limitações para esse desenvolvimento. Baseada em toda a recolha de dados descritivos e estatísticos e dos testemunhos dos entrevistados foi criada uma Análise SWOT, que se trata de uma ferramenta de gestão que serve para fazer o planeamento estratégico de empresas e novos projetos identificando as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças, que nos vai ajudar a identificar os pontos de estudo para o futuro para mitigar o efeito dos incêndios florestais nesta região no turismo, pois esta continua a ser uma zona de risco elevado de incêndio.

Forças	Fraquezas
⇒ População acolhedora ⇒ Paisagens de carácter único ⇒ Diversidade ambiental, paisagística e gastronómica ⇒ Património natural único no país ⇒ Oferta significativa de alojamento ⇒ População resiliente	⇒ Escassa divulgação do território enquanto destino ⇒ Território isolado e a grande distância de centros urbanos e serviços primários ⇒ Difícil acesso e escassez em transportes públicos ⇒ População envelhecida ⇒ Número reduzido de Agentes de Atividade Turística ⇒ Pouco cuidado na manutenção das atrações turísticas
Oportunidades	Ameaças
⇒ Aumento da procura por territórios de interior ⇒ Crescente valorização dos recursos endógenos e das experiências que permitem contacto com as tradições e a população local ⇒ Tendência crescente de investimento no setor turístico ⇒ Descoberta de novos mercados em desenvolvimento (astro-turismo) ⇒ Municípios trabalharem em rede	⇒ Aumento da frequência e intensidade de desastres naturais, nomeadamente incêndios florestais. ⇒ Aumento do abandono da região por parte de jovens e pessoas qualificadas ⇒ Mercado turístico pouco apelativo a nível profissional e consequente falta de mão-de-obra

Tabela 18 - Análise SWOT do destino em estudo, Fonte: Elaboração Própria

As catástrofes naturais continuam a ser uma grande ameaça para o turismo desta região, e associadas aos pontos fracos descritos anteriormente podem se tornar numa grande ameaça para o desenvolvimento do destino turístico em estudo. Mas os entrevistados acreditam que pequenas medidas poderão fazer a diferença.

Medidas Para Tornar O Destino Mais Atrativo

- ⇒ Manutenção do património natural
- ⇒ Manutenção do património cultural material
- ⇒ Melhoria das acessibilidades
- ⇒ Realização de trabalhos de limpeza pós-incêndios
- ⇒ Diversidade da oferta
- ⇒ Apoio técnico aos promotores
- ⇒ Divulgação do destino mais elaborada
- ⇒ Trabalho em rede

Tabela 19 - Medidas Para Tornar O Destino Mais Atrativo. Fonte: Elaboração Própria

Estes acreditam que se medidas como estas forem tomadas o destino continuará a desenvolver se de forma positiva e com um futuro promissor, e como foi referido anteriormente um destino turístico de sucesso terá influência em toda a comunidade e economia local. Os entrevistados também estão confiantes de que há muito para desenvolver na região e que esta tem um potencial enorme de exploração.

“Eu penso que sim, estamos numa região lindíssima maravilhosa com uma natureza incrível e que é de valorizar.” (E5)

CONCLUSÃO

Considerações finais

Com base no estudo teórico foi possível identificar três fases de atuação contra os impactos de um desastre natural. O pré-desastre natural que engloba a prevenção, a preparação e a formação para que um território esteja preparado para qualquer eventual catástrofe, para isso necessita de conhecer os riscos da sua localização assim como as suas características físicas para saber o que fazer para atuar no momento de um desastre natural. A segunda fase, o momento, em que é necessário saber quem são as primeiras entidades a atuar, como proceder a uma evacuação e como fazer chegar o socorro a todos os necessitados. Por fim, a terceira fase pós-desastre natural, em que são avaliados os danos e que medidas poderão ser tomadas para mitigar os impactos de uma catástrofe nos territórios afetados. Conclui-se que é necessário planejar estes três pontos para prevenção de um território contra desastres naturais, para que os impactos sejam mais reduzidos e para que este esteja preparado para qualquer eventualidade.

Os destinos turísticos não são exceção, muitos estão localizados em zonas de risco, como zonas propícias a tsunamis ou zonas classificadas como regiões de alto risco de incêndio, e por isso é imprescindível que estes estejam preparados para uma eventual situação de catástrofe, sendo assim importante planejar todo o processo com antecedência seguindo as três fases mencionadas no parágrafo anterior.

Através da avaliação dos efeitos dos incêndios florestais em Portugal, foi possível identificar áreas críticas onde o turismo é particularmente afetado, incluindo danos a infraestruturas, redução da atratividade turística e perda de receitas para empresas locais. No entanto, também foi possível observar a resiliência demonstrada pelas comunidades locais e o potencial para iniciativas de mitigação e recuperação.

Com base na análise dos dados e das conclusões obtidas neste estudo sobre o "Impacto dos Incêndios Florestais de 2017 nos Concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra no Setor do Turismo e Contributos para a Sua Mitigação", é possível perceber a extensão dos danos causados por este desastre natural. Os resultados destacam não apenas as perdas materiais e ambientais, mas também os impactos profundos sobre a indústria do turismo nessas regiões.

Arganil e Pampilhosa da Serra são conhecidos pela sua beleza natural, riqueza cultural e autenticidade, atraindo visitantes que procuram experiências genuínas e contacto com a natureza, e ao serem afetados pelos incêndios de outubro de 2017 viram toda essa beleza e atratividade turística ameaçada. Apesar de ambos terem características idênticas, no sector do turismo existem visivelmente algumas diferenças, nomeadamente no investimento em alojamentos turísticos e no seu crescimento no município de Arganil, em que na generalidade apresenta uma maior oferta e procura que o município de Pampilhosa da Serra. Mas enquanto os impactos dos incêndios são visivelmente negativos nos indicadores turísticos de Arganil, os mesmos já não mostram a mesma tendência na Pampilhosa da Serra, em que é visível o aumento de visitantes.

Para perceber se esta tendência corresponde à realidade sentida por proprietários de alojamentos foram feitas entrevistas com intuito de apurar a realidade do território. Os resultados destacaram que ambos os concelhos se encontravam em crescimento antes dos incêndios, ambos apresentavam valores bastante positivos não só na recolha de dados estatísticos mas na recolha do testemunho dos entrevistados. Podemos concluir assim que o território se encontrava em crescimento acompanhando o crescimento do turismo no país.

No momento do incêndio foi também visível que estes se encontravam algo preparados para proteger os hóspedes e funcionários de perigo eminente, devendo-se esta preparação em especial pela ocorrência dos incêndios de Junho em Pedrogão Grande que mostraram atitudes de evacuação que não foram as mais corretas. É de salientar que apesar de estarem preocupados com os seus alojamentos no momento, as prioridades foram atuar e ajudar a população e as entidades presentes a extinguir as chamas. A sensibilidade perante este evento foi bastante sentida na realização das entrevistas, pois foi visível a emoção e o sentimento de frustração no momento em que foi questionado se se encontravam na região, ao que se apurou que maioria estava presente e assistiu a esta catástrofe.

Apesar de nenhum dos alojamentos ter sido gravemente afetado pelas chamas todo o ambiente envolvente foi destruído, criando uma insegurança nos visitantes destes municípios, assim como o território deixou de ser atrativo. Segundo todos os

entrevistados essa redução de reservas foi notável, mesmo os entrevistados do concelho da Pampilhosa da Serra em que os valores estatísticos apresentaram uma subida.

Para responder a um dos grandes objetivos deste estudo, verificando medidas implementadas para mitigar os efeitos desta catástrofe, foi claramente visível que estas não foram tomadas de maneira a satisfazerem os entrevistados. Como foi possível identificar ao longo do estudo das medidas de apoio após os incêndios, diversos apoios e medidas foram criadas para responder às necessidades do setor do turismo, mas o mesmo não foi possível apurar na realização das entrevistas, pois todos declararam que não obtiveram qualquer informação sobre esses apoios assim como não sentiram que foram uma prioridade para os municípios ou para o estado. Levantando aqui a questão se foi feito um trabalho de divulgação e apoio para o setor do turismo por parte das entidades competentes suficientemente exaustivo ou não, pois claramente a informação não chegou a estes proprietários.

Também os entrevistados evidenciaram vários pontos que gostariam que fossem melhorados no destino, criando aqui uma base de inspiração para o desenvolvimento do setor do turismo dos destinos em estudo, avaliando o que estes têm como potencial e o que têm de melhorar. Abrindo assim um caminho para pesquisas futuras de aproveitamento do território e do desenvolvimento do setor do turismo do concelho de Arganil e do Concelho da Pampilhosa da Serra.

Além disso, este estudo destaca a necessidade de uma abordagem proactiva e de longo prazo para a gestão de incêndios florestais, que inclua medidas de prevenção, monitorização e resposta rápida. A colaboração entre autoridades locais, empresas turísticas, comunidades locais e organizações não-governamentais é fundamental para garantir uma resposta eficaz e sustentável aos desafios apresentados pelos incêndios florestais.

Limitações

É importante reconhecer algumas limitações metodológicas que podem ter influenciado os resultados deste estudo. Primeiramente, a amostra utilizada foi restrita a apenas duas

regiões geográfica afetadas pelos incêndios, limitando a generalização dos resultados para outras áreas. Além disso, a amostra utilizada neste estudo foi limitada em tamanho e pode não ter sido totalmente representativa dos alojamentos turísticos. Isso pode ter impactado a capacidade de generalização dos resultados para todo sector do turismo da região, pois inicialmente a amostra pretendida era de 10 entrevistados e apenas 7 foram entrevistas foram realizadas com sucesso.

Uma outra limitação encontrada foi a dificuldade de encontrar dados e informação sobre estes concelhos, pouco aprofundadamente estudados e que carecem de informação estatística e informativa sobre os seus recursos e atrações turísticas.

E por fim, talvez a maior limitação, o meu envolvimento emocional com o tema que poderá afetar a objetividade da investigação. Este envolvimento emocional pode moldar as minhas escolhas metodológicas, a minha interpretação dos resultados e até mesmo a maneira como comunico as minhas descobertas. Para mitigar esta limitação, fui comprometida a adotar uma postura reflexiva e crítica, baseando-me apenas nos dados adquiridos.

Contribuições

As descobertas deste estudo têm implicações práticas significativas para a gestão deste destino turístico, identificando aspetos em que é necessário investir para mitigar os impactos de um incendio florestal, assim como as potencialidades de futuro investimento por parte de públicos e privados.

Contribui também para perceber o que falhou nos apoios e medidas para mitigar os impactos dos incêndios florestais de 2017 nos Concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra, abrindo um caminho de estudo para encontrar soluções para que em futuras eventualidades desta dimensão não sejam cometidos erros semelhantes.

Concluindo assim, que uma das grandes contribuições é o facto de ser mais um estudo de um território pouco conhecido e estudado, que tem um potencial enorme de continuar a crescer a desenvolver no setor do turismo, apresentando assim um futuro promissor.

BIBLIOGRAFIA

- Agência Lusa. (2017). Mais de 145 casas destruídas pelos incêndios em Arganil. *Observador*. Obtido de <https://observador.pt/2017/11/06/mais-de-145-casas-destruidas-pelos-incendios-em-arganil/>
- Alexander, D. (2001). *Natural Disasters*. Routledge. Obtido de <https://www.routledge.com/Natural-Disasters/Alexander/p/book/9781857280944>
- Amaro, S., & Barroco, C. (2018). *O Impacto dos Incêndios no Turismo em Espaço Rural na Região Centro*. Obtido de <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/5071>
- Becken, S., & Hughey, K. F. (2013). *Linking tourism into emergency management structures to enhance disaster risk reduction*. Obtido de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517712002063>
- Beirman, D. (2003). *Restoring Tourism Destinations in Crisis: A strategic marketing approach*. Obtido de researchgate: https://www.researchgate.net/publication/343428000_Restoring_Tourism_Destinations_in_Crisis_A_strategic_marketing_approach
- Beirman, D. (2012). Danger in paradise: resurrecting tourism after natural disasters. *The Conversation*. Obtido de <https://theconversation.com/danger-in-paradise-resurrecting-tourism-after-natural-disasters-3827>
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora LDA. Obtido de https://www.academia.edu/6674293/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_em_educacao
- Butler, R. W. (2017). *Tourism and Resilience*. Wallingford: CABI. Obtido de [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=l30yDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA121&dq=Cochrane,+J.+\(2017\).+Tourism+resilience+in+UK+national+parks.+Em:+R.+Butler+\(ed.\),+Tourism+and+Resilience.+CABI+Publishing.+Wallingford.&ots=Blf8G5kGOx&sig=aG4W1vI0NJ4PxkGCDD8i](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=l30yDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA121&dq=Cochrane,+J.+(2017).+Tourism+resilience+in+UK+national+parks.+Em:+R.+Butler+(ed.),+Tourism+and+Resilience.+CABI+Publishing.+Wallingford.&ots=Blf8G5kGOx&sig=aG4W1vI0NJ4PxkGCDD8i)
- Buultjens, J., Ratnayake, I., & Gnanapala, A. (2017). *Sri Lankan tourism development and implications for resilience*. Obtido de researchgate: https://www.researchgate.net/publication/353865852_Sri_Lankan_tourism_development_and_implications_for_resilience
- Câmara Municipal Pampilhosa da Serra. (2019). *Plano Municipal de Defesa Florestal Contra Incêndios*. Obtido de cm-pampilhosadaserra: https://www.cm-pampilhosadaserra.pt/cmpampilhosadaserra/uploads/document/file/1237/pmd_fci_caderno_i_informacaobase_2019_2028.pdf

- CCDR. (2018). *RELATÓRIO 14 CATEGORIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES PERMANENTES DANIFICADAS PELOS INCÊNDIOS QUE OCORRERAM NO DIA 15 DE OUTUBRO, POR MUNICÍPIO*. Obtido de <https://www.ccdrc.pt/pt/relatorio-14-categorizacao-das-habitacoes-permanentes-danificadas-pelos-incendios-que-ocorreram-no-dia-15-de-outubro-por-municipio-em-20082018-085749/>
- Cipriano, R. (2017). Os Estados Unidos da América vão sair do Acordo de Paris. E agora? *Observador*. Obtido de <https://observador.pt/explicadores/os-estados-unidos-da-america-vao-sair-do-acordo-de-paris-e-agora/>
- Comissão Técnica Independente. (2018). *Relatório: Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental*. Obtido de <https://www.parlamento.pt/Documents/2018/Marco/relatorioci190318n.pdf>
- Couto, F., Andrade, N., Salgado, R., & Serra, J. (2021). *Understanding atmospheric factors related to historical wildfires in southern Portugal and the impacts on tourism*. Obtido de <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/31736>
- Dimuccio, L. (2019). *Alterações climáticas, risco de incêndio florestal e a importância da*. Obtido de https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/93327/1/catarinapaiva_versaofinal.pdf
- EM-DAT. (2024). *The International Disaster Database*. Obtido de <https://www.emdat.be/>
- Fernandes, F. (2017). *Desastres naturais, destinos turísticos e estratégias de recuperação: o caso do 20 de Fevereiro de 2010 na ilha da Madeira*. Obtido de researchgate: https://www.researchgate.net/publication/322959383_Fernandes_Filipa_2017_Desastres_naturais_destinos_turisticos_e_estrategias_de_recuperacao_o_caso_do_20_de_Fevereiro_de_2010_na_ilha_da_Madeira_Revista_Turismo_Desenvolvimento_2728_pp1675-1687
- Franklin, A., & Crang, M. (2001). *The trouble with tourism*. Obtido de journals.sagepub: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/146879760100100101>
- Freeman, P. K., Martin, L. A., Mechler, R., & Warner, K. (2002). *Catastrophes and Development: Integrating Natural Catastrophes into Development Planning*. Obtido de <https://www.gfdrr.org/sites/default/files/publication/Catastrophes%20and%20Development%20Integrating%20Natural%20Catastrophes%20into%20Development%20Planning.pdf>
- Garde. (2021). *Yokohama, Hyogo e Sendai: o desafio da redução do risco de desastres*. Obtido de gardeassociation: <https://gardeassociation.org/pt/yokohama-hyogo-e-sendai-o-desafio-da-reducao-do-risco-de-desastres/>

- Ghaderi, Z., Som, A. P., & Henderson, J. C. (2014). *When Disaster Strikes: The Thai Floods of 2011 and Tourism Industry Response and Resilience*. Obtido de researchgate: https://www.researchgate.net/publication/271929316_When_Disaster_Strikes_The_Thai_Floods_of_2011_and_Tourism_Industry_Response_and_Resilience
- Hill, M., & Hill, A. (2000). *Investigação por Questionário*. Sílabo. Obtido de https://www.iium.pt/files/publicacoes/Cadernos/8/Cadernos_IUM_8_Orientacoes_Metodologicas_TI_2Ed.pdf
- Hystad, P. W., & Keller, C. P. (2008). *Towards a destination tourism disaster management framework: Long-term lessons from a forest fire disaster*. Obtido de researchgate: https://www.researchgate.net/publication/223016025_Towards_a_destination_tourism_disaster_management_framework_Long-term_lessons_from_a_forest_fire_disaster
- ICNF. (2017). *Relatório Provisório de Incêndios Florestais*. Obtido de <https://www.icnf.pt/api/file/doc/7b89239f0e8506f2>
- INE. (2017). *Portugal em Números*. Obtido de INE: https://www.ine.pt/ine_novidades/PIN2017/
- Jornal Sol. (2014). Tsunami: 10 anos após catástrofe, como estão as coisas em Banda Aceh? *SOL*. Obtido de <https://sol.sapo.pt/2014/12/23/tsunami-10-anos-apos-catastrofe-como-estao-as-coisas-em-banda-aceh/>
- Kerlinger, F. N. (1980). *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual*. EPU. Obtido de <https://home.ufam.edu.br/salomao/PIBIC/Kerlinger%20-%202,%203%20e%204.pdf>
- Kobiyama, M. (2006). *Prevenção de Desastres Naturais: Conceitos Básicos*. Obtido de <https://arquivo.ambiente.sp.gov.br/publicacoes/2016/12/desastresnaturais.pdf>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. d. (1992). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Editora Atlas S.A. Obtido de <https://formacademicospe.wordpress.com/2022/02/05/6-livros-de-metodologia-para-download/>
- Lew, A. (2014). *Scale, change and resilience in community tourism planning*. Obtido de researchgate: https://www.researchgate.net/publication/262579771_Scale_change_and_resilience_in_community_tourism_planning
- Lüdke, M., & André, M. E. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. EPU. Obtido de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_cap3.pdf

- Lusa. (2017). Incêndios: Pampilhosa da Serra perdeu 80% da floresta e 500 habitações foram afectadas. *Jornal de Negócios*. Obtido de <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/incendios-pampilhosa-da-serra-perdeu-80-da-floresta-e-500-habitacoes-foram-afectadas>
- Marcelino, E. V. (2008). *DESASTRES NATURAIS E GEOTECNOLOGIAS: CONCEITOS BÁSICOS*. Obtido de <http://mtc-m16c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m18@80/2008/07.02.16.22/doc/publicacao.pdf>
- Martins, G. (2022). Estatística Geral e Aplicada. São Paulo: Atlas.
- Ministério das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2017). *Decreto-Lei n.º 141/2017, de 14 de novembro. Diário da República n.º 219 – I Série*. Obtido de <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2017/11/21900/0602406025.pdf>
- Município de Arganil. (2018). *PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS 2018-2027*. Obtido de cm-arganil: <https://www.cm-arganil.pt/municipio/areas-de-intervencao/proteccao-civil/plano-municipal-de-defesa-da-floresta-contra-incendios/>
- Nasa. (2005). *The Impact of Climate Change on Natural Disasters*. Obtido de earthobservatory: https://earthobservatory.nasa.gov/features/RisingCost/rising_cost5.php
- Otrachshenko, V., & Nunes, L. C. (2021). *Fire takes no vacation: Impact of fires on tourism*. Obtido de researchgate: https://www.researchgate.net/publication/349927696_Fire_takes_no_vacation_Impact_of_fires_on_tourism
- Ouriques, H. R. (2005). *A PRODUÇÃO DO TURISMO: FETICHISMO E DEPENDÊNCIA*. Obtido de researchgate: https://www.researchgate.net/publication/287427656_OURIQUES_HELTON_RICARDO_A_PRODUCAO_DO_TURISMO_FETICHISMO_E_DEPENDENCIA_CAMPINAS_ALINEA_2005_159_P
- Paiva, C., & Santos, N. (2020). *Destinos Turísticos, Crises e Catástrofes: Os Incêndios de outubro de 2017*. Obtido de researchgate: https://www.researchgate.net/publication/348280970_Destinos_Turisticos_Crises_e_Catastrofes_Os_Incendios_de_outubro_de_2017_Tourist_Destinations_Crisis_and_Catastrophes_The_Fires_of_October_2017
- Poon, A. (1993). *Tourism, Technology and Competitive Strategies*. Nova York: CAB International.
- Popp, A. (2006). The effects of natural disasters on long run growth. *Journal on Major Themes in Economics*. Obtido de https://www.academia.edu/4818144/EFFECTS_OF_NATURAL_DISASTERS_ON_

- PORDATA. (2023 - A). *Censos de 2021: Resultados por tema e por concelho*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/censos/resultados/emdestaque-pampilhosa-da-serra-1212>
- PORDATA. (2023 - B). *Censos de Portugal em 2021: Resultados por tema e por concelho*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/censos/resultados/emdestaque-arganil-1199>
- PORDATA. (2023 - C). *Dormidas nos alojamentos turísticos: total e por tipo de alojamento*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/municipios/dormidas+nos+alojamentos+turisticos+total+e+por+tipo+de+alojamento-748>
- PORDATA. (2023 - D). *Estada média nos alojamentos turísticos: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/municipios/estada+media+nos+alojamentos+turisticos+total++residentes+em+portugal+e+residentes+no+estrangeiro-758>
- PORDATA. (2023 - E). *Proporção de dormidas nos alojamentos turísticos entre os meses de julho-setembro*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/municipios/proporcao+de+dormidas+nos+alojamentos+turisticos+entre+os+meses+de+julho+setembro-763>
- PORDATA. (2023 - F). *Proporção de hóspedes estrangeiros nos alojamentos turísticos*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/municipios/proporcao+de+hospedes+estrangeiros+nos+alojamentos+turisticos-762>
- PORDATA. (2023 - G). *Proveitos totais dos alojamentos turísticos: total e por tipo de alojamento*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/municipios/proveitos+totais+dos+alojamentos+turisticos+total+e+por+tipo+de+alojamento-769>
- Posner, R. A. (2006). *Efficient Responses to Catastrophic Risk*. Chicago. Obtido de https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2895&context=journal_articles
- Proteção Civil Arganil. (2016). *Plano Municipal de Proteção Civil de Arganil*. Obtido de cm-arganil: <https://www.cm-arganil.pt/wp-content/uploads/2015/11/PME15-Aprovado-CNPC-Versao-Publica.pdf>
- Redação Pensamento Verde. (2013). *Conheça os países que assinaram o protocolo de Kyoto*. *Pensamento Verde*. Obtido de <https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/conheca-os-paises-que-assinaram-o-protocolo-de-kyoto/>
- RNT. (2024). *Registo Nacional de Turismo*. Obtido de <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/HomePage.aspx>

- Rocha, M. M., & Mattedi, M. A. (2016). *Turismo e Desastres: o caso das enchentes e deslizamentos na destinação turística Costa Verde e Mar – Santa Catarina (Brasil)*. Obtido de <https://www.cabidigitallibrary.org/doi/pdf/10.5555/20173054661>
- Saraiva, J. G., Silva, M. C., Rego, M. L., Silva, R. C., Oliveira, F. P., Lopes, D., & Antunes, T. (2012). *Actas do Colónio. Catástrofes Naturais: uma realidade multidimensional*. Obtido de https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_catastrofes_final1_isbn.pdf
- Scott, N., Prideaux, B., & Laws, E. (2008). Tourism Crises and Recovery Strategies. *Journal of Travel & Tourism Marketing*. Obtido de https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J073v23n02_01
- Serrano, G. P. (2004). *Investigación Cualitativa. Retos e interrogantes – I. Métodos*. Editorial La Muralla, S. A. Obtido de https://concreactraul.weebly.com/uploads/2/2/9/5/22958232/investigacin_cualitativa.pdf
- Tedim, F., McCaffrey, S., Leone, V., Delogu, G. M., Castelnou, M., McGee, T. K., & Aranha, J. (2020). *What can we do differently about the extreme wildfire problem: An overview*. Obtido de https://www.fs.usda.gov/rm/pubs_journals/2020/rmrs_2020_tedim_f001.pdf
- Tominaga, L. K., Santoro, J., & Santoro, J. (2015). *Desastres Naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo. Obtido de https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/233/2017/05/Conhecer_para_Prevenir_3ed_2016.pdf
- Toubes, D. R., & Brea, J. A. (2012). *DEVELOPING A CRISIS MANAGEMENT POLICY FOR TOURISM DISASTERS*. Obtido de <https://tmstudies.net/index.php/ectms/article/view/358>
- Travel BI. (2023). *Taxas de Ocupação Cama 2023*. Obtido de Travel BI: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/alojamento/taxas-de-ocupacao-quartocama-dashboard/>
- Tsai, C., & Chen, C. (2010). An earthquake disaster management mechanism based on risk assessment information for the tourism industry-a case study from the island of Taiwan. *Tourism Management*, vol.31. Obtido de <https://ideas.repec.org/a/eee/touman/v31y2010i4p470-481.html>
- TSF. (2017). Incêndios: Psicólogos realizaram 126 intervenções a vítimas, familiares e bombeiros. *TSF*. Obtido de <https://www.tsf.pt/lusa/incendios-psicologos-realizaram-126-intervencoes-a-vitimas-familiares-e-bombeiros-8850625.html/>

- Turismo Centro de Portugal. (2018). *Relatório de Atividades de 2018*. Obtido de <https://turismodocentro.pt/wp-content/uploads/2022/04/Relato%CC%81rio-de-Atividades-2018.pdf>
- Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Lisboa. Obtido de https://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/Estrategia/Estrategia_2027/Paginas/default.aspx
- Turismo de Portugal. (2018). *LINHA DE APOIO À VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DO INTERIOR*. Obtido de <https://www.turismodeportugal.pt/pt/Financiamento/Ficha-informativa-linha-de-apoio-a-valorizacao-turistica-do-interior-fev-2018.pdf>
- Vilela, F. A. (2009). Tipos de Pesquisas: Enfoque na Educação Especial. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/277244923_Tipos_de_pesquisas_enfoque_na_educacao_especial
- Yin, R. K. (2005). *Estudos de caso : planeamento e métodos*. Bookman. Obtido de <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/943>
- Zhang, H. Q. (2005). Impact of the tsunami on Chinese outbound tourism. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 17. Obtido de https://www.academia.edu/4818144/EFFECTS_OF_NATURAL_DISASTERS_ON_TOURISM-A_CASE_STUDY_ON_JAPAN
- Zucco, F. D., Magalhães, M. d., & Moretti, S. L. (2010). *Gestão de Riscos e Desastres Naturais no Turismo: um estudo do município de Blumenau/SC*. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/270642626_Gestao_de_Riscos_e_Desastres_Naturais_no_Turismo_um_estudo_do_municipio_de_Blumenau-SC

APÊNDICES

Apêndice I – Guião de Entrevista

Identificação/ Apresentação	Questões Fechadas
	Nome/ Função
	Idade
	Nome do empreendimento/empresa
	Localização
	Início de atividade
	O que oferece
	Que tipo de turista mais recebe
	Preço
Linha cronológica	Questões Abertas
Situação Pré incêndio	Como se encontrava o negócio antes dos incêndios de 2017?
	Recorreu a algum fundo nacional/europeu para criar o seu negócio/projeto?
Momento dos incêndios	No momento dos incêndios encontrava-se presente na região?
	Existiu perigo eminente de hóspedes/ funcionários? Se sim como procedeu a evacuação?
	Teve noção do impacto que os incêndios poderiam ter no seu negócio?
Pós incêndios curto prazo (1 ano)	A que nível foi afetado o seu negócio?
	Logo após a esta catástrofe que atitude tomou perante o “negócio”?
	A nível de reservas e turistas, qual o impacto que teve de imediato?
	Recorreu a alguma ajuda nacional/europeia?
	Qual a sua opinião sobre as medidas tomadas no sector do turismo para mitigar os efeitos na região?
Pós incêndios longo prazo (+ 1 ano)	Agora passado mais de 1 ano como se encontra o seu negócio?
	Que iniciativas gostaria que tivessem sido implementadas neste período?
	Que iniciativas ou melhorias gostaria de ver no futuro a serem implementadas na região para melhorar o turismo na mesma?

